

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**DANIELE DO CARMO BALDNER**

**ESTIGMA E ATIVIDADE PROFISSIONAL:  
UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA  
PROFISSÃO DO SEXO**

**VITÓRIA**

**2011**

DANIELE DO CARMO BALDNER

**ESTIGMA E ATIVIDADE PROFISSIONAL:**  
UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA  
PROFISSÃO DO SEXO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.  
Orientador: Profº. Drº. Eloísio Moulin de Souza.

**VITÓRIA**

**2011**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

B176e Baldner, Daniele do Carmo, 1980-  
Estigma e atividade profissional : um olhar sobre o processo  
de profissionalização da profissão do sexo / Daniele do Carmo  
Baldner. – 2011.  
203 f. : il.

Orientador: Eloísio Moulin de Souza.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Prostituição. 2. Mulheres. 3. Trabalho – Mulheres. I.  
Souza, Eloisio Moulin de. II. Universidade Federal do Espírito  
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PPG  
ADM**

Programa de  
Pós-graduação  
em Administração  
UFES

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**  
Programa de Pós - Graduação em Administração  
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário -  
Goiabeiras  
CEP. 29075.910-ES-Brasil-Telefax (27)3335.7712  
e-mail [ppgadm@gmail.com](mailto:ppgadm@gmail.com) [www.ppgadm.ufes.br](http://www.ppgadm.ufes.br)

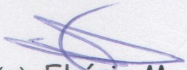
**"ESTIGMA E ATIVIDADE PROFISSIONAL: Um Olhar Sobre  
o Processo de Profissionalização da Profissão do Sexo."**

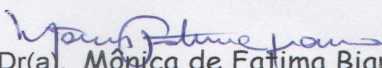
**Daniele do Carmo Baldner**


*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Administração da Universidade Federal do  
Espírito Santo como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Mestre em Administração.*

**Aprovada em 08 de novembro de 2011.**

COMISSÃO EXAMINADORA

  
Professor(a) Dr(a). Eloísio Moulin de Souza  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr(a). Mônica de Fatima Bianco  
Universidade Federal do Espírito Santo

  
Professor(a) Dr(a). Francis Kanashiro Meneghetti  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dedido este trabalho ao homem mais valente que já conheci: Paulo Henrique Baldner. Pai, que todo seu esforço e abnegação pela minha educação possa levar esperança àqueles a quem a sociedade esqueceu.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai que sempre generoso abriu mão de sua vida e seu conforto pela minha educação. Você moldou meu caráter e me ensinou a dignidade, sendo um exemplo de bravura em sua luta pela vida.

À minha mãe Maria do Carmo, que dentro de suas poucas possibilidades escolares soube com primor e sabedoria de MÃE, semear, estimular e fazer crescer qualquer coisa que suas mãos pudessem tocar. Sem você e o seu incentivo, sua força, amor e fé, eu não teria ido tão longe.

Agradeço a minha irmã Alessandra e ao meu cunhado Fábio, por cuidarem dos meus pais, e aos meus sobrinhos Clara e Pedro, por serem a materialização da esperança por dias melhores.

À minha segunda Mãe, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na representação de pessoas incrivelmente humanas: meu querido Seu Antônio (*in memoriam*), Prof<sup>o</sup>. Marquinho Batista e Prof<sup>a</sup>. Tânia Regina Vasconcellos Dias que sempre solícitos, zelaram e estenderam suas mãos em todas as minhas necessidades.

À Universidade Federal do Espírito Santo que me adotou. Em especial ao Prof<sup>o</sup>. Sérgio Robert Sant'Anna, por ter confiado na minha competência e ter me dado a primeira oportunidade profissional; Ana Paula e Leila, secretárias sempre prestativas e amorosas; Prof<sup>a</sup>. Teresa Cristina, por acreditar e sempre compartilhar suas possibilidades; Profa. Marilene, por me lembrar que é possível; Prof<sup>o</sup>. Lorenzoni, pela paciência nas dúvidas na construção das disciplinas; e à minha amiga querida Prof<sup>a</sup>. Simone Behr. Com vocês eu aprendi o que é ser profissional.

À todo corpo do Mestrado em Administração, em especial aos colegas de turma que fizeram os dias serem repletos de debates e alegrias, e aos professores Gelson,

Mônica, João Gualberto e Beth Barros (psicologia).

Ao meu orientador, Profº. Eloísio Moulin, por ter acreditado no tema e ter me guiado nesse intenso processo, sempre equilibrando a compreensão e o profissionalismo. Lembrarei sempre de nossas discussões acaloradas e nunca esquecerei de que “a vida não para”. Obrigada por ter sido fonte de amadurecimento profissional e pessoal.

Aos meus amigos: Victor por me abrigar, me dar forças e potencializar minha inteligência mesmo quando eu não acredito; Alvaro, pelas noites à fio na república discutindo sobre as inserções no campo e compartilhando idéias; e minha irmã de alma Roberta, por todo dia ouvir meus “DDD's” com ternura e paciência.

Ao meu companheiro, meu par, meu amigo, irmão: Evandro, pois sem você esta cidade me sufocaria. Obrigada por inspirar, por suscitar questionamentos e limites, por cuidar de mim e do Leo, me fazendo quebrar todas as barreiras que nem eu acreditava serem possíveis. Somos sob medida!

Ao Roberto, que me mostrou que havia outra “porta para bater” quando a primeira se fechou, às minhas “Flores” que me receberam de coração e que são co-autoras desse trabalho, e aos que direta ou indiretamente me mostraram o caminho, o meu muito obrigada!

Ao meu Deus, toda honra e toda glória!

“Quando qualquer sofrimento te abale os recessos da própria alma, entrega-te a fé, refugia-te em Deus, confia em Deus, porque acima de todas as tempestades e quedas, tribulações e desenganos, Deus te sustentará.” Emmanuel

“Há uma ligação íntima e tradicional na literatura entre o escritor, o professor, o intelectual, enfim, e a prostituta. Eles se amam porque compartilham o destino de sobreviver vendendo o que têm de mais íntimo.”

Orlando Miranda



## RESUMO

O presente estudo partiu do interesse em aprofundar o conhecimento acerca da profissão do sexo, visando identificar os aspectos e os sentidos do processo de profissionalização da prostituição para as mulheres que prestam serviços sexuais em uma das maiores zonas de meretrício do sudeste brasileiro. A pergunta que norteou a pesquisa foi: como as mulheres prostitutas compreendem o processo de profissionalização da profissão do sexo? Para tal, optou-se por uma pesquisa qualitativa, que utilizou como instrumentos: a análise da teoria existente, entrevistas semi-estruturadas e observações diretas. A análise dos dados baseou-se na categorização proposta por Bardin (2002), onde foram definidas cinco categorias *a posteriori*: a primeira buscou analisar as condições sobre as quais a prostituição é exercida: vulnerabilidades laborais, espaço e ambiente de trabalho. A segunda categoria levantou aspectos como atributos requeridos para o exercício da profissão e identificação desses profissionais. A terceira categoria tentou elucidar questões acerca da cidadania na prostituição investigando suas necessidades e seus anseios como profissionais. A quarta categoria buscou compreender o conhecimento das profissionais do sexo sobre o projeto lei 98/2003 de autoria do ex-deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), averiguando a conscientização política das entrevistadas, sua participação em sindicatos e articulação política através de ONG's. Por fim, a quinta e última categoria propõe a conjugação da profissão do sexo sob à ótica do projeto lei, onde a realização da profissão é confrontada com a autonomia trabalhista já requerida no Ministério do Trabalho e Emprego e, dessa forma, buscou-se compreender se a regulamentação da profissão do sexo interferiria positivamente ou negativamente na atividade laboral praticada e se há adesão das prostitutas à regulamentação. O estudo revelou que na ótica das entrevistadas todas as pessoas que fazem sexo em troca de pecúnia ou benefícios são consideradas prostitutas; que não deve haver categorização de profissionais que influencie na regulamentação da profissão; que o ambiente onde a prostituição é exercida impõem fortes riscos à trabalhadora do sexo; que elas almejam mudanças que só a regulamentação poderia lhes assegurar, mas que não desejam arcar com o ônus imposto pela legislação trabalhista; que a ação das ONG's é desestruturada e

particular, não abrangendo a categoria de maneira integral e, que esse abandono é refletido nas desarticulações políticas que impedem que sejam implementadas melhorias trabalhistas que lhes assegure salubridade e melhores condições, disseminando dentre elas uma falta de perspectiva futura; Que o trabalho do sexo é considerado inferior se comparado aos demais, apesar das entrevistadas afirmarem que este é sim uma profissão, suas falas refletem um conteúdo permeado de falta de sentido, valor, significado, marginalidade, inferioridade e estigma instituído historicamente pela sociedade. A contribuição do estudo, nesse primeiro olhar, é em apontar as necessidades das profissionais do sexo, sob sua ótica, ou seja, num olhar que nasce de baixo para cima, comprovando que medidas estratégicas nas políticas públicas e na articulação de ONG's precisam nascer nesse mesmo rumo, dando voz às prostitutas e conscientizando-as do seu trabalho e de seus direitos. A pesquisa propõe ainda a inserção de pólos de aprendizagem profissionalizante próximos aos bordéis para que a prostituição se torne opção de vida, e não destino de mulheres que comercializam seu corpo para sobrevivência.

Palavras-Chave: Prostituição como atividade de trabalho; Processo de profissionalização; Mulheres.

## **ABSTRACT**

This study began with the interest in deepening into the knowledge about the sex profession aiming to identify aspects and meanings of the process of professionalization of women prostitution that provides sexual services in one of the largest brothels area of southeastern Brazil. The question that guided the research was: how women prostitutes understand the process of professionalization of the sex profession? To this purpose, we opted a qualitative research, which were used as instruments: a literature review, a semi-structured interview and direct observation. The data analysis was based on the categorization proposed by Bardin (2002), where five categories were defined: the first was to examine the conditions under which prostitution is exercised: Laboral vulnerability space and work environment. The second category brought to discussion were the attributes required for the profession and identification of these professionals. The third category attempted to clarify questions about citizenship in prostitution it investigate the prostitutes needs and aspirations as professionals. The fourth category sought to understand the knowledge of sex workers on the project law 98 / 2003 authored by former Congressman Fernando Gabeira (PV-RJ) by examining the political awareness of the women interviewed, their participation in unions and political articulation by NGOs. Finally, the fifth and last category proposes the conjugation of the sex profession in the optical of the law project, where the realization of the profession is faced with labor autonomy required from the Ministry of Labor and Employment and, therefore, we sought to understand whether the regulation of the profession of sex interfere positively or negatively in the work activity practiced by them and if prostitutes are adhering to the regulation. The study revealed that in the view of all the people interviewed who have sex in exchange for money or benefits are considered prostitutes, that there should be no categorization of professionals who influence the regulation of the profession, that the environment where prostitution is practiced places high risks for sex worker, that they aspire to change that only a law could assure them, but do not want to bear the burden imposed by labor legislation; that the action of NGOs is unstructured and personal, not covering the category in an fully way, and that this abandonment is reflected in politics unarticulated ways that keeps

the labor improvement, that assures a healthy and better environment, away from them, spreading among them a lack of future perspective, that sex work is considered inferior when compared to the other types of work, despite the respondents claim that this is a real profession, its contents reflect a speech replete with nonsense, value, meaning, marginality, inferiority and stigma imposed by society historically. The contribution of the study, in this first look, is to point out the needs of sex workers under their vision, from a look that was born from below, showing that strategic measures in public policy and the articulation of NGOs must be born in this same direction, giving a voice to sex workers and educate them of their work and their rights. The research also proposes the inclusion of vocational learning centers close to brothels for prostitution becomes a lifestyle choice, not fate of women who sell their bodies for survival.

Keywords: Prostitution as work activity; Process of professionalization; Women.

## LISTA DE SIGLAS

AIDS - *Acquired Immune Deficiency Syndrome*

AMOCAVIM - Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CIUO ou ISCO – Classificação Internacional Uniforme de Ocupações

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DF – Distrito Federal

DST – Doença Sexualmente Transmissível

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

HIV – *Human Immunodeficiency Virus*

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

MG – Minas Gerais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Projeto Lei

PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PT – Partido do Trabalhador

PV – Partido Verde

RJ – Rio de Janeiro

RO – Rondônia

SP – São Paulo

VHS – *Video Home System*

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Perfil do Sujeito.....	130
<b>Quadro 2</b>	Histórico Profissional do Sujeito.....	133
<b>Quadro 3</b>	Preparo de si para o trabalho.....	135
<b>Quadro 4</b>	Depoimentos sobre necessidade de melhorias nas condições e no ambiente de trabalho.....	139
<b>Quadro 5</b>	Prostituição é Profissão?.....	152
<b>Quadro 6</b>	O que é ser Profissional do Sexo?.....	154
<b>Quadro 7</b>	Piso Salarial Mínimo e Carga Horária de Trabalho.....	162
<b>Quadro 8</b>	Depoimentos sobre o desejo de ter a carteira de trabalho assinada como Profissional do Sexo.....	174

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2	OBJETIVOS.....	22
1.2.1	<b>Objetivo geral</b> .....	22
1.2.2	<b>Objetivos específicos</b> .....	22
1.3	JUSTIFICATIVA.....	23
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO</b> .....	25
2.1	HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DAS PROFISSIONAIS NO OCIDENTE	25
2.2	HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DAS PROFISSIONAIS NO BRASIL.....	33
2.3	IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE AS PROSTITUTAS, ESTERÍÓTIPOS E SUA PREOCUPAÇÃO MORAL.....	42
2.3.1	<b>Contaminando-se com os novos hábitos</b> .....	44
2.3.2	<b>A dose de veneno posta no imaginário social</b> .....	45
2.3.3	<b>“Honestas” versus “Perdidas”</b> : as mulheres estão no <i>round</i> .....	47
<b>3</b>	<b>PROFISSIONALIZAÇÃO DAS PROSTITUTAS</b> .....	50
3.1	INDÚSTRIA DO SEXO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	50
3.2	O DISCURSO SOCIAL ACERCA DA PROFISSÃO DO SEXO.....	61
3.2.1	<b>O discurso jurídico e policial</b> .....	62
3.2.2	<b>A criminalização da sexualidade desviante</b> .....	73
3.2.3	<b>O discurso médico e suas influências sociais</b> .....	77
3.3	TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO NO BRASIL ...	82
3.4	SIGNIFICADO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA...	94
3.4.1	<b>Trabalho e mulheres</b> .....	102
<b>4</b>	<b>A DOMINAÇÃO DETERMINADA NA SEXUALIDADE E NO DESEJO DA MULHER</b> .....	107
4.1	A DOMINAÇÃO MASCULINA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CORPO E NO DESEJO DA MULHER.....	109
4.2	A REPRESSÃO DO CORPO PROSTITUÍDO.....	113
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	118
5.1	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	119
5.2	DAS PARTICIPANTES.....	121
5.3	COLETA DE DADOS.....	122
5.4	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	123

5.5	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	127
<b>6</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>130</b>
6.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES E PERFIL.....	130
6.2	HISTÓRICO PROFISSIONAL.....	132
6.3	QUESTÕES NORTEADORAS ACERCA DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO SEXO.....	138
<b>6.3.1</b>	<b>Trabalho, espaço e vulnerabilidade.....</b>	<b>138</b>
<b>6.3.2</b>	<b>Atributos e identificação do profissional do sexo.....</b>	<b>151</b>
<b>6.3.3</b>	<b>Cidadania no processo de profissionalização da profissão do sexo</b>	<b>161</b>
<b>6.3.4</b>	<b>Conscientização política sobre a prostituição.....</b>	<b>167</b>
<b>6.3.5</b>	<b>Imagens e adesão acerca do processo de profissionalização da profissão do sexo.....</b>	<b>172</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>181</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
	<b>APÊNDICE A:</b> Roteiro de entrevista da profissional do sexo.....	196
	<b>APÊNDICE B:</b> Carta de Apresentação.....	200
	<b>APÊNDICE C:</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Informado para Participação em Pesquisa.....	201
	<b>APÊNDICE D:</b> Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFES.....	203



## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, segundo dados publicados pela Organização Não-Governamental (ONG) DaVida (2009) situada do estado do Rio de Janeiro (RJ), verificou-se a presença de cerca de um milhão de mulheres acima de 18 anos, em todo território nacional, que exercem como sua fonte de principal de sustento a utilização do corpo como mercadoria, na prestação de serviços de caráter sexual.

Tais dados, se comparados a reportagem do programa “A Liga” veiculado em junho de 2010 pela rede de televisão “Band”, esse número sobe para um milhão e meio de profissionais do sexo, englobando nas estatísticas travestis, garotos de programa e acompanhantes vips.

Embora não haja certeza de quantos eles são, especialmente por trabalharem clandestinamente, sem gozar de quaisquer direitos trabalhistas como FGTS, férias e 13º salário, estima-se que 78% são mulheres, 15% travestis e 7% garotos de programa. Quanto ao local onde atuam a qualquer hora do dia ou da noite, 87% estão nas ruas, 9% em boates e 5% estão disponíveis pela internet (A LIGA, 2010).

De tal maneira, esse número de mulheres que se prostituem no século XXI afirma a necessidade de um debate amplo e esclarecedor sobre as condições em que “a profissão mais antiga do mundo<sup>1</sup>” (PEREIRA; 1976; LOPES; RABELO E PIMENTA; 2007) se afirma. Essas discussões, perpassam desde a garantia de que serviços sexuais prestados serão pagos ao fim do programa, tendo as prostitutas direito a contrato de trabalho e plano de saúde, até a desarticulação de atividades criminosas que existem por trás da prostituição, alimentando o tráfico de pessoas.

A questão da regulamentação da profissão do sexo, sempre exercida de maneira informal e marginalizada, causa profunda polêmica, uma vez que vem de encontro a fortes paradigmas enraizados na sociedade, que construiu a imagem da prostituta,

---

<sup>1</sup>Especula-se que a prostituição nasceu a partir de uma necessidade insatisfeita de um homem, por volta do ano 1600 a.C., ou seja, há mais de 3500 anos há relatos de pessoas que comercializam o sexo em troca de dinheiro (A LIGA, 2011).

degenerada nata e da mulher honesta, perpassando profundas e subjetivas questões a cerca da configuração da família, do trabalho, da mulher e de seu papel como mantenedora primária da sociedade. Além dessas questões, pode-se falar ainda em tantas outras questões impostas pela Igreja, chegando até mesmo a índices preocupantes na administração pública sobre o tráfico de pessoas no território nacional, como elucida Dimenstein (1992) sobre o lenocínio de meninas escravas na Amazônia Legal, tanto quanto para o exterior.

Em alguns países como a Holanda e Alemanha, a prostituição foi legalizada e é tratada como um negócio semelhante a qualquer outro. Porém, no Brasil, o debate está ainda tramitando na Câmara dos Deputados, levando em consideração diversas questões políticas, religiosas, econômicas e sociais.

Com a missão de formalizar pelo menos um milhão de trabalhadores autônomos, em 30 de junho de 2009, entrou em vigor em todo o país a lei que cria a figura do empreendedor individual. Profissionais que estão à margem da lei, como feirantes, camelôs e artesãos, podem agora regularizar seus serviços a custos reduzidos e passar a ter direito a um pacote com oito benefícios sociais, como aposentadoria, licença-maternidade e auxílio-doença. Tal legislação visa tornar as atividades informais exercidas com dignidade desde que os empregadores sejam fiscalizados e forçados a respeitar direitos trabalhistas, o que inclui assinar carteiras de trabalho, respeitar valores mínimos de remuneração por horas de trabalho, recusar menores de idade e proteger o trabalhador da degradação física, psicológica e moral (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2010).

Embora algumas prostitutas decidam declarar-se profissionais autônomas para ter direitos mínimos resguardados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, este, por carecer de uma cláusula própria que trate de tal trabalho não contempla todas as necessidades daquelas que alugam seus corpos e, portanto, a Rede Brasileira de Prostitutas reuniu representantes de associações e ONG's de diversos estados brasileiros que se unem hoje pela luta da regulamentação da profissão do sexo, formulando junto com o então deputado federal Fernando Gabeira o Projeto Lei nº

98/2003 (REDE DE PROSTITUTAS DO BRASIL, 2011).

Portanto, essa pesquisa, utilizando-se da análise de conteúdo, visa elucidar a proposta da regulamentação da profissão do sexo, analisando-a sob ótica de dez prostitutas que trabalham em um dos maiores conglomerados de bordéis do país. Localizado no Sudeste brasileiro e popularmente conhecido como Boca do Lixo, esses bordéis são comumente instalados às margens do centro da capital do Estado, ficando próximos aos portos e à urbanização das cidades. As mulheres que procuram tais locais para se prostituírem geralmente são pobres, arrimos de família e carentes de estudo que lhes possibilite o exercício de outra profissão que lhes traga o mesmo retorno financeiro, o que contribui para sua fixação na profissão do sexo.

Tal trabalho apresenta a pesquisa descritiva qualitativa, onde o instrumento de coleta de dados escolhido foi a observação e a entrevista aplicada com base em roteiro semi-estruturado, abordando as questões da prostituição feminina, do trabalho e das diversas propostas de regulamentação que já foram apresentadas ao Congresso Nacional.

Para cumprir o seu intento, a pesquisa está dividida em seis capítulos principais, além deste que traz ainda o problema de pesquisa, seus objetivos e a justificativa para o trabalho. Portanto, o segundo capítulo apresenta o histórico da emergência das profissionais no ocidente e no Brasil, elucidando ainda questões que permeiam esse universo no imaginário social, estereótipos e a preocupação moral sobre a prostituição. O terceiro aborda a profissionalização da profissão do sexo, a formação da indústria do sexo e suas relações sociais; o discurso social acerca do trabalho das prostitutas, dentre eles o discurso jurídico, policial e médico e suas influências sociais; a criminalização da sexualidade desviante; as tentativas de regulamentação da profissão no Brasil; e o significado do trabalho na sociedade contemporânea, em especial, para as mulheres. No quarto capítulo, mostra-se como a dominação masculina é determinada no corpo e no desejo da mulher; apresentando sua implicação na repressão do corpo prostituído. No quinto capítulo será apresentada a

metodologia da análise de conteúdo, os instrumentos e procedimentos utilizados, as participantes, além da coleta de dados, do tratamentos e análise destes; contextualizando ainda a pesquisa. O sexto capítulo traz a apresentação e a discussão dos dados, caracterizando as participantes conforme seu perfil pessoal e profissional, onde se dá início ao debate sobre as questões norteadoras acerca do processo de profissionalização da profissão do sexo, através de cinco categorias definidas, como segue: Trabalho, espaço e vulnerabilidade; Atributos e identificação da profissional do sexo; Cidadania no processo de profissionalização da profissão do sexo; Conscientização política sobre a prostituição; e as Imagens e adesão acerca do processo de profissionalização; para, enfim, fazer-se as considerações finais apresentadas no capítulo sete.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Pretende-se questionar nesta pesquisa como as profissionais do sexo vêm o processo que pretende formalizar a existência dos serviços de natureza sexual e tornar legal a relação de trabalho entre empresários e profissionais do sexo, além de tentar elucidar as implicações que tal profissão, mesmo que exercida na clandestinidade, exerce sobre suas vidas, visando assim uma melhor compreensão do sentido subjetivo de seu trabalho.

O movimento organizado de prostitutas no Brasil, representado pela Rede Brasileira de Prostitutas, foi criado em 1987 durante o I Encontro Nacional de Prostitutas na cidade do Rio de Janeiro. Reuniram-se associações de prostitutas e entidades colaboradoras de todo o Brasil defendendo o reconhecimento legal da profissão. Foi através desta que o então deputado Fernando Gabeira apresentou em 2003 o projeto de lei nº 98/2003 reconhecendo a existência de serviços de natureza sexual e dando direitos a quem os fornece, tirando o empresário do crime. O Ministério do Trabalho já reconhece prostituição como uma atividade profissional, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Tal projeto visa estudar o reconhecimento da prostituição como atividade profissional, com os respectivos direitos sociais, considerando o trabalho sexual como um direito de se exercer a sexualidade, revertendo a criminalização do trabalho sexual. A proposta é eliminar do código penal brasileiro todas as normas que permitam ou incentivem a violação dos direitos das prostitutas, não confundindo porém, trabalho sexual com a exploração sexual de menores ou outras formas de exploração sexual ou migração com tráfico de pessoas.

Tem ainda a pretensão de ampliar informações sobre aspectos legais e normas de saúde para trabalhadoras sexuais que desejem migrar, garantindo a disponibilidade de preservativos masculinos e femininos, lubrificantes e materiais educativos, além do acesso universal à informação.

O projeto lei contempla também a questão da testagem soro positiva voluntária com aconselhamento e acesso aos tratamentos, proibindo a testagem de sangue obrigatória para as trabalhadoras sexuais, tal como definido em normas nacionais e internacionais, promovendo a não violação dos direitos humanos e trabalhistas das prostitutas vivendo com HIV.

Portanto, o questionamento proposto é: Como as mulheres prostitutas analisam e avaliam o processo de profissionalização da profissão do sexo?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de profissionalização da profissão do sexo sob a ótica das

mulheres que se prostituem em uma das maiores zonas de comércio sexual do sudeste brasileiro.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- 1) Entrevistar mulheres profissionais do sexo, acima de 18 anos, *in locu*;
- 2) Analisar as condições sobre as quais a profissão do sexo é exercida, atributos requeridos, riscos inerentes, carga horária atribuída, retorno financeiro e ambiente de trabalho;
- 3) Compreender se para os sujeitos entrevistados a regulamentação da profissão interferirá positivamente ou negativamente na realização de sua atividade laboral;
- 4) Avaliar se a proposta de regulamentação da profissão do sexo possui adesão das trabalhadoras ou se há algum tipo de categorização de trabalhadores que poderia interferir neste processo;
- 5) Entender o sentido da regulamentação trabalhista para as profissionais do sexo, e no que a regulamentação se diferirá da autonomia já requerida no Ministério do Trabalho Brasileiro.

### **1.3 JUSTIFICATIVA**

A prostituição fora considerada um dos trabalhos mais antigos do mundo por leigos e por alguns estudiosos do tema. Porém, há de ser concebida por seu caráter histórico, como proposto por Rago (1997, 2008a), estando de encontro apenas com a caça e a agricultura relatadas pela antropologia. Sua existência é divulgada com

minúcias em livros tradicionalmente conhecidos como a Bíblia (1997). Noutras religiões não-cristãs, como o judaísmo que possui como princípio a lei mosaica e outras disseminadas especialmente no oriente, o trato com as mulheres adúlteras que vendem seu corpo também é encontrado.

O trabalho de aluguel do corpo para satisfação dos desejos carnis fora comumente realizado em guetos na noite, de maneira marginalizada e criminalizada tendo em sua maioria trabalhadoras mulheres que necessitavam se vestir de maneira característica para diferenciá-las das mulheres honestas, de maneira que a célula familiar pudesse ser preservada das condutas desviantes que atravessavam o cotidiano social. Embora os clientes fossem homens casados ou não, este mal-necessário fora tolerado como forma de ritual de iniciação à puberdade e como forma de saciar os desejos libidinais, implicando um modelo protecionista à constituição moral e religiosa de estruturas familiares existentes.

Com o advento da revolução industrial, as mulheres passaram a somar-se a força de trabalho e a prostituição começa a expandir-se, já que inúmeras trabalhadoras eram submetidas a condições desumanas e muitas passaram a prostituir-se em troca de favores<sup>2</sup> dos patrões e capatazes, expandindo não apenas o aluguel do corpo como também a exploração e o tráfico de mulheres.

Dentro de um mercado que movimenta milhões, é possível levantar o questionamento de porquê não há lei que regulamente a profissão do sexo, assegurando à esses profissionais cidadania, proteção contra o não pagamento pelos serviços, ao abuso sexual como o estupro dentre outras reivindicações.

Já fora a plenário no congresso nacional diversos projetos leis sobre o tema, porém, o mais debatido e que ainda tramita é o PL nº 98/2003. Esse projeto de lei federal dispõe, essencialmente, sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os artigos nº 228, 229 e 231 do Código Penal que versa sobre a criminalização da prostituição e daqueles que de alguma maneira a fomenta.

---

<sup>2</sup> Para saber mais veja CECARELLI (2008).

Tendo em vista os escassos debates de estudiosos do trabalho sobre a profissão do sexo e sua regulamentação, este trabalho justifica-se pela busca do conhecimento de como as prostitutas avaliam tal processo de profissionalização proposto em lei. Buscando compreender o que elas desejam com o trabalho regulamentado e, acima de tudo, se o desejam regulamentado ou se há outras propostas que às satisfazem como a autonomia já requerida no Ministério do Trabalho, bem como quais seriam os possíveis benefícios ou malefícios com a profissão regulamentada.

Há ainda, que se levar em consideração para quem as leis são feitas e em qual sociedade ela é proposta, uma vez que a população em debate, por ser posta à margem, mesmo movimentando altas somas monetárias, continua a sofrer de uma mudez compulsória, já que as práticas sociais constituídas pelo social-histórico tratam a prostituição como naturalização de um “mal-necessário”. A proposta desse trabalho é deixar as vozes serem ouvidas e vividas.



## 2 HISTÓRIA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO

### 2.1 HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DAS PROFISSIONAIS NO OCIDENTE

A palavra prostituição vem do latim “prostituere” derivado de “prosto” que significa “colocar diante”, “à frente”, “expor aos olhos”, que quer dizer “estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público. É a prática sexual remunerada habitual e promíscua” (FRANÇA, 1994 p.145).

Na literatura não existe uma data precisa de quando se encontra a prostituição no mundo, sabendo-se apenas que é um dos primeiros trabalhos relatados antropológicamente junto com a agricultura e a caça. Porém, encontra-se relatos que dizem que “a história da prostituição perdeu-se na poeira do tempo, porque é tão antiga quanto a história da humanidade, onde nenhuma civilização escapou à sua convivência e nenhum berço foi respeitado” (TORRES, DAVIM E COSTA, 1999 p. 9 e 10). Pereira (1976) observa que desde que o homem criou o dinheiro, criou também a figura da prostituta, “Nesse momento, a mulher ingressou na categoria de mercadoria encontrada no mercado. Não é a prostituta senão a resultante da ausência do amor e da presença do dinheiro” (PEREIRA, 1976, p.7).

Assim sendo ela passa a abrigar em sua história que se consolida na prática social diferentes formas de exploração sexual: a de luxo, a do lixo, a do turismo, a do tráfico para os países estrangeiros, a infantil e a de fronteira.

Porém, cabe ressaltar que o corpo tido como mercadoria não se restringe a troca de sexo por dinheiro. Pode-se barganhar relações sexuais por favores profissionais, informações, bens materiais e muitas outras coisas. Partindo desse pressuposto da não exclusividade da moeda como troca, a prostituta, essencialmente é “uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor” (BRAGA, 1982 p.62). Na troca de favores sexuais, ainda que muitos homens se prostituam, historicamente a prostituição feminina é mais freqüente que a masculina (CECCARELLI, 2008).

Para fins cronológicos, Pereira (1976) apresenta a prostituição no mundo

categorizando-a em 5 períodos distintos, que indicariam as dominantes éticas e filosóficas da humanidade no tempo. São eles os períodos sacro e tutelar, epicuriano, cristão, de tolerância e abolicionista:

1º Período: possuiu um caráter “sacro e tutelar” onde a prostituta nasce e se nutre à margem e paralelamente à família, revestindo-se de aspecto místico;

2º Período: “epicuriano” onde seu papel é menos religioso, mais estético e político. Nesse período seu trabalho é gerenciado pelo Estado, lhe é cobrado impostos e a elite dominante enriquece;

3º Período: “cristão” onde a prostituta é vista como a lepra. Em nome da moral e da família a meretriz é chicoteada, embora Santo Agostinho venha em seu socorro, chamando-a de ignominiosa cloaca que defende a pureza da donzela.

4º Período: da “tolerância”, onde sob o signo da ciência sua figura nasce como o “mal-necessário” (MAZZARIOL, 1976). A prostituta submete-se ao regulamento e move-se sob o controle sanitário. Nesse momento, o mundo vê surgir o exército de decaídas de maneira nunca presenciada;

5º Por fim, o período contemporâneo ou também conhecido como “abolicionista”, onde ela converte-se a presa do homem, seu algoz e explorador, não havendo qualquer fiscalização ou exigência médico-policia. Os regulamentos são revogados e a mulher é livre para exercer a atividade, mas não perdendo o status de vítima e escrava.

Para Carvalho (2000) a percepção dessa prática e sua representação social varia segundo a época, a cultura e a moral vigente. A posição social que a prostituta ocupa hoje na sociedade ocidental é tributária da visão que temos da sexualidade, algo bem diverso da antiguidade Grega, em que não havia a noção de pecado ligado ao sexo. Um exemplo disso é encontrado na história da Mesopotâmia, do Egito e da Grécia antiga, onde a prática sexual ritualizada com as sacerdotisas era sagrada

sendo percebidas como divindades que ofereciam serviços sexuais em ocasiões especiais, mas não correspondendo exatamente ao que entendemos por prostitutas. Elas eram vistas como a encarnação de Afrodite e respeitadas pela população e pelos governantes por evocarem o amor, o êxtase e a fertilidade (CECCARELLI, 2008).

Na cultura judaica a prostituição passou a ser severamente punida, tendo respaldo na lei mosaica que previa sanções severas aos praticantes, inclusive com pena de morte. Ceccarelli (2008) ainda relata que a moral cristã também passou a condenar veementemente tal prática, que também era tida como a responsável pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, por exemplo, o que evidenciou-se no estigma que o Ocidente lhe atribui na contemporaneidade.

Ceccarelli (2008) aponta que foi a partir do século XII que o “amor cortês” expressão herdada da literatura francesa que tornava permissiva a prática da atração sexual, da cortesia e do adultério, elevando o status do amor ao de uma religião, passou a regular a sociedade européia. Já que haviam interesses político-econômicos que regiam a sociedade, isso passou a se refletir nos casamentos, as uniões arranjadas entre famílias nobres, onde não se levava em conta os sentimentos mútuos entre os parceiros, o que contribuiu para ampliar a prática da prostituição, que passou a ser regulamentada e protegida pela lei. Assim em muitas cortes, as prostitutas alcançaram grande poder, tendo conhecimento de questões estratégicas.

Nos seus estudos, Ceccarelli (2008) afirma que com o advento da Reforma Religiosa no século XVI, o puritanismo passou a controlar os costumes e ditar a moral e, por sua vez, a Igreja Católica lançou mão, então, de seu arsenal teológico para lidar com o problema de prostituição. Assim, a prostituição criminalizada aos olhos da ação conjunta das igrejas católica e protestantes, cai na clandestinidade. Rago (2008a) esclarece que marginalizadas, as cortesãs continuam a existir nas cortes européias e colônias, não sendo eliminadas mas apenas restritas no local e horário de sua atuação e tendo que caracterizar-se para se diferenciar das mulheres honestas.

Já em 1648, criou-se uma delegacia (*maison de force*) para as prostitutas. Uma ordem impõe o emparedamento em *Salpêtrière* das moças pobres que haviam caído na devassidão ou que estiverem em perigo evidente de fazê-lo. Deste modo, elas eram submetidas a um regime de trabalhos forçados, com expressa recomendação de alimentação simples e frugal (PEREIRA, 1976).

Como nessa época, as doenças venéreas tomavam corpo, rasteando o vício e suas sacerdotisas, as autoridades municipais simplesmente as encarceravam no Hospital de Bicêtre, onde passavam por sofrimentos dantescos, entre eles a flagelação, a fome e a promiscuidade, como se criminosas empedernidas fossem (PEREIRA, 1976, p. 4).

Na França, em Paris, cria-se o *Department des Demoiselles*, preocupado apenas em combater a prostituta e não a prostituição, onde compulsoriamente cerca de 32.000 mulheres inscrevem-se. Ao inspetor de polícia é concedido todo o poder sobre a decaída e as casas onde trabalhavam. “Soberano para fechar os antros ou abrir novos, prender as filhas, mandá-las à prisão, ou encarcerá-las no hospital venéreo, podia, a seu talante, registrar como prostitutas qualquer que encontrasse na rua” (PEREIRA, 1976, p.4).

A Revolução Francesa constitui um hiato no processo de criminalização e marginalização. A Convenção Nacional, derrubou com um único golpe os regulamentos, o regime de caserna, o terror hospitalar instituído desde o século XVII. A assistência hospitalar se humaniza, os médicos passam a se preocupar com a cura das doenças venéreas e não mais com o castigo aplicado para a correção dos corpos desviantes, instituindo-se um serviço organizado de inspeção domiciliar às mulheres prostitutas. Porém, com Napoleão e os governos subseqüentes, consolida-se novamente o regulamentarismo e o regime de caserna volta a reinar, e a legião de mulheres proletárias reingressam nos sistemas de registros e da internação compulsória na prisão ou no hospital. Assemelha-se ao acontecido na Inglaterra em 1864, país de hábitos sadios e tradição liberalista, onde se votou uma lei sobre doenças contagiosas obrigando as mulheres públicas a exames médicos e cominando-lhe a pena de prisão de até três meses em caso de recusa (PEREIRA, 1976).

Desta forma, vale ressaltar a cronologia feita de alguns acontecimentos que

marcariam o século XIX (ARANHA, 2005, p. 8):

- 1860: Aprovação de medidas regulamentadoras da prostituição em quase todos os países europeus. Estas legislações, em geral, obrigavam as prostitutas a se registrar na polícia de costumes e a submeter a exames médicos periódicos.
- 1869: Primeira oposição política à regulamentação das prostitutas, na Grã-Bretanha, uma coligação de reformadores morais da classe média, formada por vários setores da sociedade, exigiu a revogação da legislação.
- 1871: Relatório parlamentar britânico que dizia que: “não havia hipótese de comparação entre as prostitutas e os homens que tinham relações com elas, que elas eram tão assexuadas que mostravam um desejo sexual masculino.”
- 1874: Estabelecimento da legislação regulamentadora em St. Louis, onde foi rapidamente revogada graças a uma oposição religiosa e feminina maciça.
- 1883: Suspensão do sistema de regulamentação na Grã-Bretanha.
- 1885: Publicação na Pall Mall Gazette, de um artigo sensacionalista sobre a prostituição infantil: “O Tributo Virginal na Babilônia Moderna” pelo jornalista W. T. Stead, persuadido por Josephine Butler e suas aliadas.
- 1888: Funeral de Marie Jean Kelly, uma das vítimas de Jack, o estripador; o caixão da mesma estava coberto de coroas de flores de ‘amigos’ da assassinada, o que demonstra a camaradagem do *pub* (ARANHA, 2005, p. 8).

Torres, Davim e Costa (1999) esclarecem que foi durante a Revolução Industrial que a prostituição aumentou em toda a Europa devido ao êxodo rural, às condições de pobreza e a promiscuidade das aglomerações urbanas, trazendo um elemento significativo à prostituição, pois já que as mulheres tiveram de enfrentar condições desiguais no trabalho em relação aos homens, passaram a prostituir-se em troca de favores e de melhores condições de vida.

Construído no século XIX a partir de uma referência médico-policial, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas.

Como tal, o conceito é saturado de conotações extremamente moralistas e associado às imagens de sujeira, do esgoto, da podridão, em suma, daquilo que constitui uma dimensão rejeitável da sociedade. Condenando e estigmatizando a prostituição, quer-se eliminá-la como a uma parte cancerosa. Vale lembrar a constância com que a metáfora orgânica do “cancro social” é utilizada para designar o comércio amoroso (RAGO, 2008a, p.26).

O século XIX viu o início do reinado da máquina e a total eclosão do capitalismo, assistindo ao mais desenfreado avanço da prostituição e a mais estarrecedora experiência com o tráfico em massa de mulheres para fins prostitucionais, o lenocínio<sup>3</sup>. “Foi a demanda insana de prazer sexual de uma sociedade, que começava a desfrutar de riqueza e conforto, que determinou a intervenção do Estado no sentido de disciplinar legiões de decaídas das grandes cidades” (PEREIRA, 1976, p. 2). Assim os valores sociais começam a ser revistos e acontecem os primeiros movimentos internacionais contra a exploração sexual de mulheres e adolescentes já no final do século.

Ceccarelli (2008) relata que em 1921, a Liga das Nações designou um comitê para tratar o problema do tráfico de mulheres e crianças e, em 1946 a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma convenção a fim de erradicar a prostituição. As questões tornaram-se mais agudas com a epidemia da *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS) na década de 80, exigindo providências urgentes e eficazes. Se as medidas profiláticas de higiene e o advento dos antibióticos contribuíram para diminuir a incidência de doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS representava uma ameaça fatal tanto para as prostitutas quanto para os clientes, obrigando o poder público a intervir. Não se podia mais, sobre um pretexto moral, negar a existência de certas camadas do tecido social, ignorando o comércio marginal do sexo. Como consequência, ocorreu uma reorganização dos costumes e valores, ou seja, um retorno as políticas sanitárias.

Então, nessa reorganização de costumes e valores de uma população relativamente grande e que se infiltrava em diversas camadas da sociedade, as prostitutas passaram a ser estigmatizadas e discriminadas em diversos aspectos, “ora com uma visão romântica de seu ofício, o que implicava a total ausência do desejo e do prazer sexual feminino ou, obrigadas a permanecer em uma vida de clandestinidade, como se nunca fossem dignas de respeito como as demais mulheres” (ARANHA, 2005, p. 8).

---

<sup>3</sup> Lenocínio é considerado o ato do agenciamento ou intermediação de forma direta ou indireta, logrando vantagem econômica sobre os serviços sexuais de outrem.

Torna-se possível a partir desse resgate cronológico compreender os três sistemas legais instituídos no mundo para regularizar a prostituição: o abolicionismo, anteriormente apresentado por Pereira (1976), o regulamentarismo e o proibicionismo relatados por Silva (2005). Assim:

a) Abolicionismo: Adotado pela maioria dos países, como por exemplo, o Brasil. Nesse sistema, a prostituta é entendida como vítima e só exerce a atividade por coação de um terceiro, o “explorador” ou “agenciador”, que receberia parte dos lucros obtidos pela profissional do sexo, o que, segundo estudiosos do direito, facilita a corrupção. Na legislação abolicionista quem está na ilegalidade é o empresário ou o patrão, mas não há qualquer relação quanto a proibição da prostituta ou algum cliente negociar sexo diretamente com ela. O Brasil adota esse sistema desde 1942, quando entrou o Código Penal em vigor, em reforma há mais de nove anos, e é nessa legislação que o PL 98/2003 pretende oferecer alterações, tanto para a prostituta no exercício da profissão quanto para o empresário que sai da criminalidade e legaliza o negócio.

b) Regulamentarismo: Nesse sistema a profissão é reconhecida e regulamentada, conseqüentemente, para as profissionais, há vantagens e desvantagens. Este é um sistema mais conservador e há exigências para que se exerça a prostituição, como a de que a mulher se submeta a exames periódicos, o que não é exigido para outras profissões ou a de que só exerça a atividade em locais determinados. Entre as vantagens, há a possibilidade de ter um contrato de trabalho, seguridade social, inclusive aposentadoria, garantias legais e outros. Exemplos de países que adotam o sistema regulamentarista: Uruguai, Equador e Bolívia, assim como Alemanha e Holanda. Porém, na Europa, não há mais exigência de exame de saúde.

c) Proibicionismo: Por esta visão, é ilegal prostituir-se, ou seja, o Estado decide o que a pessoa pode ou não fazer com seu corpo. É percebido como de difícil aplicação em certos casos, uma vez que um presente após uma noite de sexo pode ser entendido como pagamento pelo serviço sexual. Tanto a prostituta quanto o dono de casa de prostituição e até o cliente são puníveis pela lei. É adotado por pouquíssimos países, mas, como é o sistema vigente nos Estados Unidos, é muito

conhecido.

Dessa maneira, os sistemas legais refletem a sociedade que os endossa, parecendo que ora negam a existência e a prática da prostituição, ora fiscalizam a exploração capitalista desta, e ora assumem o posicionamento de regulamentar sua prática, o que à primeira vista pode significar um maior controle político destas relações sociais de escape.

Pode-se notar que há um movimento em países ocidentais nos últimos anos para regulamentar a profissão do sexo. Alguns países europeus, como Alemanha, Países Baixos, Dinamarca e Noruega legalizaram a prostituição, em outros, como no Reino Unido, é tolerada. Em Portugal, a prostituição não é ilegal, desde que não haja incentivo para essa atividade (CECCARELLI, 2008). Já na França, não é legal nem proibida, embora o lenocínio seja uma infração.

Outros países ainda a penalizam, como a Suécia, onde vender sexo é tão ilegal quanto comprá-lo, o que pode resultar na punição com até seis meses de prisão para a prostituta e o cliente (CECCARELLI, 2008). Nos países mais pobres, assolados pela miséria, a prostituição e o tráfico de pessoas tanto dentro do próprio território quanto no tráfico internacional de pessoas para o lenocínio, as tentativas de melhorar as condições de vida das prostitutas têm sido ineficazes, já que na maioria deles verifica-se um engessamento do Estado quanto à legislação vigente.

O mito masculino continua perpetuando que a prostituta se vende em um ato livre de disposição do seu corpo, desconsiderando que estas mulheres possam estar sendo impulsionadas à prostituição devido a elementos de ordem social como a miséria, o desemprego e deficiências do meio familiar como pobreza, por serem abandonadas pelo marido, por serem expulsas do lar por causa de gravidez indesejada, por terem filhos ilegítimos, dentre outros tantos motivos (FOLHA FEMINISTA, 2003).

Há uma pesquisa realizada por Espósito e Kahhale (2006), na qual as profissionais do sexo entrevistadas põem a família de origem como desencadeadora da entrada na prostituição e os filhos como os responsáveis pela permanência nesta o que em parte confirma as deficiências do meio familiar como desencadeadora da



prostituição.

A fragilidade social e econômica da mulher continua sendo a maior responsável pela prostituição, cabendo destacar que o desemprego está associado indiscutivelmente à venda do corpo, uma vez que o gênero feminino, devido às características sexuais da sociedade patriarcal, têm o recurso do comércio do seu sexo, em lugar do roubo ou de golpes, sendo esta uma das razões da menor delinquência entre as mulheres. Mas a prostituição ainda é gerenciada por homens, visto que o Estado e a classe dominante assentam o seu poder e os seus recursos econômicos sobre a exploração das mulheres. A prostituição, assim como a tortura domiciliar, estupro e o femicídio<sup>4</sup> constituem um claro expoente do machismo social. (FOLHA FEMINISTA, 2003).

## 2.2 HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DAS PROFISSIONAIS NO BRASIL

A atração do homem por tudo que está relacionado ao sexo e ao prazer sempre esteve presente em toda civilização e, na sociedade brasileira, isso não foi diferente inclusive gerando inúmeras discussões e polêmicas a seu respeito.

A prostituição apesar de ter surgido muito cedo sempre foi um trabalho, ora aceito, ora mal visto e combatido pela sociedade, não só porque foge à moral e aos costumes estabelecidos, mas por ser marginalizada – recebendo durante décadas fortes críticas tanto do discurso jurídico, quanto do policial e do discurso médico - e também por estar sempre ligada a atividades criminosas como a prostituição infantil e o tráfico de drogas, entre outras (ALMEIDA e DAHER, 2003).

Na pesquisa que analisou as características da prostituição feminina na Rua Augusta, na capital de São Paulo, e sua implicação no turismo, Almeida e Daher (2003) verificaram no levantamento bibliográfico que a prostituição teve sua expansão com a chegada de D.João VI e os bailes populares, o que mostra que as

---

<sup>4</sup> O assassinato de mulheres motivado por questões de gênero é conhecido como femicídio ou feminicídio (NADER, 2009).

prostitutas começaram a existir ainda no período colonial, tendo em vista que essa prática veio da Europa e teve no Brasil uma rápida e duradoura aceitação.

Apesar da própria história da prostituição incitar que no período colonial algumas índias da população nativa do Brasil praticaram sexo em troca de pequenos presentes trazidos pelos colonizadores, vê-se a eficaz expansão e consolidação cultural de suas práticas a partir do período da industrialização brasileira (RAGO, 2008b).

Mazzieiro em 1998 estudou a sexualidade criminalizada, abrangendo a prostituição, o lenocínio e outros delitos em São Paulo no período de 1870/1920 referenciando à Moraes (1925) o qual afirmou que a prostituição com os aspectos característicos como hoje conhecemos resultou do desenvolvimento urbano das cidades. Esse período foi exatamente aquele em que tanto a cidade de São Paulo, como outros núcleos do mesmo estado (principalmente Campinas e Santos) estavam se formando. São Paulo se transformava num centro industrial e de serviços, Campinas era o principal centro cafeeiro e Santos o grande porto do estado, por onde passava toda a exportação e importação de mercadorias e, principalmente, imigrantes (MAZZIEIRO, 1998).

Mesmo sendo uma instituição anterior ao capitalismo, a prostituição assumiu características próprias nesse contexto social, tomando proporções diferentes, principalmente se for levada em conta a vida na cidade (MAZZIEIRO, 1998).

Para Moraes (1921), a revolução industrial brasileira que fomentou as grandes indústrias tendeu a destruir os elos e freios familiares. Os baixos salários femininos faziam com que a prostituição fosse um fenômeno econômico, como sendo o complemento do salário insuficiente, ou a falta absoluta de salário, onde 95% das prostitutas, nessa perspectiva, vinham das classes pobres, como forma de sobrevivência (MAZZIEIRO, 1998). A partir dessa análise é possível perceber que “a imensa maioria das meretrizes provém das camadas mais pobres, quer do campo,

quer dos centros urbanos e das profissões mais modestas” (ABREU, 1968, p.9) e portanto, faziam parte da classe trabalhadora, pertencendo a uma parcela proletária de baixo poder aquisitivo que complementavam sua renda através da venda do corpo enquanto objeto sexual.

Existiria portanto, a troca de dinheiro de quem estava a procura de satisfação sexual pela prestação de prazer proporcionado pelo aluguel do corpo. A prostituição não podia ser comparada com a vagabundagem, ação unilateral, pois o meretrício era bilateral: "sem a intervenção de duas pessoas, das quais uma se prostitue à outra, é incompreensível a triste indústria do prazer” (MORAES, 1921, p. 236).

Assim, a prostituição criou um mercado especial, o tráfico de mulheres, que no final do XIX e no início do século XX, foi reprimido de forma constante pelo aparelho de Estado, alegando-se um volume muito grande de estrangeiras entre as meretrizes que na maioria das vezes, entrava no Brasil através dos portos, especialmente o de Santos em São Paulo (MAZZIEIRO, 1998).

Com o aumento significativo da presença dessas mulheres na vida cotidiana da sociedade (RAGO, 2008a) e com a inexistência de leis penais ou mesmo de regulamentação da prostituição, no final do século XIX foi instalado na capital de São Paulo, assim como em outras cidades populosas como o Rio de Janeiro, os pontos permitidos aos prostíbulos e casa de tolerância.

Na capital fluminense, por exemplo, alegou-se que era preciso reestabelecer a moral em ruas e praças<sup>5</sup> da cidade e, impulsionados pela transformações sanitárias promovidas por Oswaldo Cruz, pela construção do metrô, do teleporto e da sede do Governo municipal<sup>6</sup> os prostíbulos escandalosos saem da zona central (LEONI et al., 2007), pois a proximidade entre esses hotéis, clubes e *maisons meublées* e as

---

<sup>5</sup>A prostituição em ruas e praças é conhecida como *trottoir*.

<sup>6</sup>Os dois prédios da prefeitura do Rio de Janeiro são conhecidos popularmente como “piranhão” e “cafetão”, antigo ponto onde se localizava a prostituição de rua, o que obrigou uma nova realocação geográfica da prostituição, a exemplo da Vila Mimosa (LEONI et al., 2007).

regiões centrais das cidades era responsabilizada por levar à grave prejuízo da ordem e do decoro público pelas autoridades policiais que passaram a regular tais estabelecimentos (MAZZIEIRO, 1998).

Segundo Motta, em 1897, a campanha contra a prostituição desenvolvida pelo Chefe de Polícia anterior a ele visou à "combater e reprimir os desmandos das mulheres da vida airada, que nas ruas centrais, nos teatros, nas festas e nos divertimentos públicos, incomodavam e até impediam as famílias de comparecer aos pontos de reunião mais visitados, ou às diversões de maior concorrência" (MAZZIEIRO, 1998, p.3).

Com base em Leal (1918) alegava-se ainda que:

Nas ruas onde existia o meretrício, passavam bondes cheios de famílias, menores para as escolas, moças para o atelier ou para a aula sendo ofendidas no seu pudor pelo espetáculo deprimente, que podia "servir de sugestão deletéria a espíritos menos fortes". Argumentava-se que a ação da polícia, "intimando essa gente a mudar-se, é toda preventiva, visa evitar crimes". A vigilância ao local de prostituição não eliminava o atentado ao pudor, sendo necessário um policial em cada porta para evitar os "atos obscenos" ou "exibições impudicas". A forma da polícia agir devia ser, então, a que levasse à localização da prostituição em certas ruas onde não fosse necessário à gente honesta passar, evitando que ficasse exposta ao ultraje" (MAZZIEIRO, 1998, p.3).

Mazzieiro (1998) ainda relata que ao se encarar a prostituição como um trabalho, descriminalizava-se esse tipo de vida, o que Moraes referia-se quando chamava a prostituição de indústria do prazer: a prostituta vendia seu corpo, então passava a tratar-se de uma mercadoria. Ele ainda afirmou um "direto relacionamento entre o desenvolvimento industrial e a prostituição precoce: o ambiente da fábrica aproximava os sexos, afastava a vigilância familiar, criava o trabalho noturno, propiciava a autoridade do contramestre e do patrão, que podiam abusar imoralmente da situação" (MORAES, 1921, p.75). Além disso, os baixos salários pagos às menores e às mulheres por longas jornadas de trabalho contrapunham-se à

um meio corruptor e cheio de seduções: (...) com a expansão da nossa atividade industrial, e concorrendo a crise econômica, sofreremos aqui, no Brasil dos mesmos males: a prostituição precoce, também deriva, entre nós, em parte considerável, das condições sob as quais meninas e moças trabalham nas fábricas e nas oficinas (MORAES, 1921, p. 75).

Alegava ainda que a falta de instrução profissional era causa da vagabundagem e criminalidade dos menores masculinos e da prostituição feminina precoce e essa instrução seria a forma de inculcar o amor ao trabalho, ensinando-lhes uma arte ou um ofício. Entretanto, a prostituição, especialmente das francesas era deslumbrante pelo luxo das sedas e jóias, seduzindo as menores que nela viam uma forma de obter prazeres e alegrias inacessíveis para assalariadas (MORAES, 1921, p. 76), brilhos que poderiam desencadear o desejo pela prostituição em outras moças (RAGO, 2008a).

Houve inúmeras tentativas para eliminar e mais tarde controlar a prostituição tanto na capital paulista quanto na fluminense no século XIX e XX. Fato, que inúmeras vezes o controle fora feito através da restrição e exílio das prostitutas em Zonas de Meretrício, a exemplo da antiga zona do Mangue no Rio de Janeiro (RJ), que fora cada vez mais reduzida até atingir a configuração atual da Vila Mimosa (PEREIRA, 1976; LEITE, 2009; SOARES, 1985).

Em sua pesquisa de cunho policial no Rio de Janeiro, Pereira (1976) relata que o Mangue havia sido um esplendor de vício com cerca de duzentas pensões nas terras baixas do Engenho Velho com aproximadamente três mil mulheres, de todos os tipos e raças, “brasileiras retintas, brancas, francesas autênticas, francesas falsificadas, polonesas, russas, argentinas, paraguaias, bolivianas e até umas portuguesas” (PEREIRA, 1976, p. 65).

Esse ofício teve uma relativa importância para a manutenção da ordem social no período de transição pelo qual a sociedade passava, já que a industrialização e a urbanização das cidades fazia-se crescente com a chegada de imigrantes europeus que ajudariam a reconfigurar os costumes, hábitos e comportamentos. Uma vez que sua “função principal seria a de aliviar esporadicamente a tensão criada pela imposição de regras de comportamento sexual, permitindo aos homens e às mulheres “desviantes” dar vazão aos impulsos libidinais represados no interior da família nuclear” (RAGO, 2008a p.24).

Se moralmente condenável, essa função desempenhada em bordéis localizados nas cidades era bem-vinda na sociedade, uma vez que ajudaria os moços de elite ou das camadas menos favorecidas a serem introduzidos nas “artes do amor” ou nos “vícios elegantes”, extravasando seu impulso sexual, contribuindo para castidade das moças até o casamento (VAIRO, 1925; RAGO, 2008a).

A presença espetacularizada das meretrizes francesas nos teatros, ruas, bares, praças e restaurantes desviavam o foco de atenção das antigas escravas que serviam de amantes dos senhores de engenho para as cortesãs francesas, que influenciariam costumes e comportamento, considerados mais civilizados. Algumas delas se tornariam damas da sociedade, casando-se com homens de posição privilegiada (RAGO, 2008a). A prostituta simbolizava a modernidade do mundo das mercadorias, possuí-la, especialmente as estrangeiras francesas, dava *status* ao seu proprietário momentâneo. Ela mostrava o que as outras mulheres da sociedade não podiam, mas tinham oculto em si, todos os mistérios que a diferenciavam das prostitutas e escravas brasileiras.

“Prostituição e modernidade, nesse sentido, foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais para se auto-representarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações européias (RAGO, 2008a, p.50).

Segundo Fonseca (1982), que fora Delegado de Polícia em São Paulo na década de 80 do século XX, o desenvolvimento urbano foi, paulatinamente, expulsando as decaídas das partes mais centrais da cidade uma vez que as autoridades policiais procuravam confinar as prostitutas no gueto para evitar seu livre trânsito. Semelhante ao que aconteceria na Zona do Mangue no Rio de Janeiro

em 1911, com o alargamento da Praça da Sé, acabavam várias ruas e becos do meretrício e as prostitutas foram deslocadas pela polícia. O alargamento da Libero Badaro também expulsou as “mariposas”, elas se deslocaram para o Vale do Anhangabaú, os Largos dos Piques e São Francisco, a Av. Ipiranga e as Ruas Amador Bueno, Benjamim Constant, Timbiras e Senador Feijó. No final do século XIX, a Rua Cruz Branca, no Brás, já era de meretrício, sendo que ali a Polícia sempre prendia ladrões e jogadores. As prostitutas presas recebiam uma ducha de água fria ou uma surra e tinham a cabeça raspada (FONSECA, 1982, p.151, 153).

A marginalização que começava a surgir com a formação dos guetos não se restringia à região e à rua, ela se expressava também no confinamento da prostituta na casa. A casa de tolerância devidamente licenciada, que teve seu surgimento no berço europeu, passou a ser a base da polícia de costumes ficando mais fácil a fiscalização (PEREIRA, 1976; MAZZIEIRO, 1998). O que fortaleceu ainda mais o discurso de ligação da prostituição com a marginalidade foram afirmativas como a de Fonseca (1982) que afirmou que não só de amor viviam as "pensões alegres":

Os crimes contra o patrimônio e, nos primeiros anos deste século, o tráfico de entorpecentes passaram a ter destaques nas estatísticas. Esse tráfico atingiu seu auge na década de 20, mas já se consumia antes o éter, a cocaína, a morfina, o ópio e a maconha. Em 1918, o Delegado de Polícia [de São Paulo] concluiu que os "vícios elegantes (...) em todas as suas degradantes modalidades vai se alastrando perigosamente, contaminando a flor da mocidade". Além das mundanas, os garçons e os porteiros das "pensões" serviam de intermediários no tráfico. Nos bares, confeitarias e restaurantes, ao som do "jazz band", os jovens consumiam o absinto. A maconha era vendida em cigarros nas tabacarias e bares, sendo comercializada livremente no início do século XX como medicamento. Na praça Antônio Prado e na Travessa do Comércio, era adquirida a cocaína. Numa luxuosa "garçonniere" da Avenida Paulista, funcionava uma casa de fumadores de ópio (FONSECA, 1982, p. 65,66).

Mesmo havendo relatos de épocas em que as prostitutas faziam parte da alta sociedade, interferindo até mesmo em questões políticas e estratégicas, representando um comportamento de vanguarda, lutando contra a opressão feminina em busca da liberdade e dos direitos das mulheres (PADILHA, 2000), as discussões acerca da profissão mais antiga do mundo não cessam. Desta maneira, é possível visualizar o quão abrangente, repleta de significados e difícil é a presença da prostituição na sociedade atual.

Em 1979, devido a um forte esquema de repressão policial à prostituição no centro de São Paulo, que resultou na morte de um travesti e duas prostitutas, uma das quais grávida, ocorre a primeira grande mobilização por direitos envolvendo pessoas que se prostituem, sendo este o estopim para a organização de uma passeata em caráter de denúncia às arbitrariedades da polícia (BARBARÁ; LEITE, 2007).

Mas só oito anos depois, em 1987, que ocorreria o I Encontro Nacional de

Prostitutas no Brasil, que culminou na fundação das Associações Estaduais e na criação da Rede de Prostitutas do Brasil. Esse encontro marcaria o começo de uma ação mais estruturada de organização de um movimento associativo em prol da redução do estereótipo, estigma e da discriminação ao redor da atividade laboral, voltando seu foco para a melhoria das condições de trabalho e para a qualidade de vida das prostitutas, estabelecendo com organizações governamentais e não-governamentais um debate reivindicatório mais estreito (MOARES, 1995):

O primeiro desses encontros que aconteceu em 1987, contou com o apoio e a participação de artistas, intelectuais, autoridades públicas e representantes das organizações internacionais, reunindo lideranças de movimentos em torno da discussão sobre a violência em face de atos repressivos perpetrados por policiais (MEMÓRIA RODA VIVA, 2009).

Esses movimentos seriam decisivos para que em 2003 o então deputado federal Fernando Gabeira apresentasse ao Congresso nacional o projeto de lei nº98/2003 que propõe a formalização das relações de trabalho na prostituição.

Porém, por sua aproximação do mundo do crime, a prostituição mesmo que confinada e marginalizada se reinventa para sobreviver no sub-mundo, atualizando, também, seu estigma.

Muito se questiona sobre os fatores que causam a prostituição, podendo ser eles endógenos, corrente biologizante Lombrosiana, ou exógenos e sociais que considera o indivíduo produto do meio (PEREIRA, 1978). Dimenstein (1992), Mazzeiro (1998) e Abreu (1998) afirmam que a causa primeira da prostituição é a pobreza e a pouca educação das famílias. Porém, Pereira (1978) é rigoroso ao questionar: se a prostituição é tão só uma questão do meio, ligada à fatores econômicos, e portanto, exógena ou social, as mulheres submetidas às mesmas condições deveriam fatalmente sucumbir.

Já Rago (1997) questiona a presença das maiores zonas de prostituição próximas a



grandes centros urbanos, especialmente quando o retrato é de cidades litorâneas, sendo essas também mais propícias para o turismo sexual (ALMEIDA; DAHER, 2003), uma vez que essas zonas se concentram próximas as cidades desenvolvidas, normalmente em bairros da média e alta classe, e onde há concentração de hotéis.

Para Peluso e Goldberg (1996), o mercado do sexo no Brasil está em ebulição, crescendo a cada dia e encontrando terreno fértil para prosperar os negócios do sexo na era da AIDS. Há ainda um discurso oficial que se preocupa com a expansão do mercado do sexo, que seduz, cada vez mais, as jovens a abandonarem suas profissões convencionais para tentar a sorte neste ramo. Por outro lado, existem estudiosos que tentam compreender os significados da prostituição entre profissionais do sexo como, por exemplo, o estudo de Guimarães e Merchán-Hamann (2005), que demonstram que a representação sobre a venda do sexo está se modificando e uma nova categoria está sendo re-significada: a profissional do sexo é aquela que trabalha com a realização de fantasias eróticas.

Rago (2008a) em sua tese de doutoramento pela UNICAMP em São Paulo penetrou nesse universo difuso, enfrentado as representações e mitologias existentes no imaginário social, já que desde meados do século XIX o assunto esteve estreitamente ligado “à preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial” (RAGO, 2008a, p.21). Portanto, faz-se necessário questionar uma leitura que transforma a prostituição em objeto natural, invariante trans-histórico que poderia ser observado em todas as épocas e sociedades. (RAGO, 2008a, p.25).

Portanto, há uma naturalização, onde “somos levados a pensar que as “mulheres públicas” nunca foram importantes para a sociedade, a não ser na função de garantir a ordem na desordem das paixões” (RAGO, 2008a, p.22), sem que haja muita publicidade.

No Brasil a prostituição adulta é legal na medida em que não existe lei que a proíba, mas é incriminada quando existir incitação pública ao ato sexual ou comércio do

sexo caracterizando exploração. Igualmente, o incentivo e atração à prostituição ou sua facilitação, assim como impedir ou dificultar que alguém abandone a comercialização do sexo também são crimes com penas de reclusão previstas de dois a cinco anos e multa (CÓDIGO PENAL, 1940).

Independente de quaisquer motivos para confinar ou reprimir a prostituição, fato é que esta continua sendo reatualizada, escapando do controle público imposto, encontrando novas dimensões e características, redimensionando sua geografia e reafirmando que seu maior algoz é também o maior fomentador dos seus negócios, afinal só existe prostituição porquê há sociedade que a aceite.

No próximo capítulo serão elucidadas questões à respeito de como o esteriótipo da mulher prostituta foi moldado no imaginário social, além disso, as consequências resultantes dessa imagem, como por exemplo a preocupação moral na preservação da família nuclear.

### 2.3 IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE AS PROSTITUTAS, ESTERIÓTIPOS E SUA PREOCUPAÇÃO MORAL

A sociedade percebe como perigo mortal qualquer movimento contrário que ataque a sua própria realidade social histórica e, quando se traz tal debate à esfera da sexualidade e a ligamos a um passado social histórico composto por repressões que se tornaram menos densas a partir da emancipação feminina e da revolução sexual, podemos começar a elucidar questões sobre o que é considerado anormal e patológico, pois dentro do imaginário se constituiu a impossibilidade de questionamento e transgressão da ordem sócio-cultural pré-estabelecida.

Questões como o incesto, a virgindade, a masturbação, a homossexualidade, a pedofilia, o pansexualismo, a zoofilia, a prostituição dentre tantos outros tabus, foram estabelecidos dentro do imaginário social como sinônimo de pecado ou de anormalidade, criando representações solidificadas pela sociedade que

estabeleceram esteriótipos, determinantes de uma preocupação moral e religiosa capaz de restringir e pré-conceituar quaisquer indivíduos que percorram tal fronteira. Assim, Castro (1988) chama a atenção para uma concepção moralista e ambígua da prostituição. Vista, tradicionalmente, como um “mal necessário” (MAZZARIOL, 1976) para a preservação da sociedade e da família, no início do século XIX as prostitutas eram consideradas importantes para a preservação da instituição do casamento, já que o homem não conseguiria manter o desejo sexual pela mesma parceira ao longo dos anos, necessitando assim de estímulos extra-conjugais para manter acesa a sua sexualidade e, ao mesmo tempo, manter-se “fiel” a seus votos matrimoniais (RAGO, 2008a).

Esse mesmo discurso é confirmado na pesquisa realizada em Goiás onde Lopes; Rabelo e Pimenta (2007) entrevistaram garotas de programa em Goiânia. Segundo seus relatos “um homem, ao procurar seus serviços, pode ter tudo aquilo que anseia sexualmente sem o inconveniente de ter que manter relações de compromisso com elas, podendo então livremente voltar para o lar e cumprir o seu papel dentro dele” (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007, p.74).

Assim, a prostituição apresentou uma função agregativa onde se refizeram solidariedades subterrâneas fundamentais, “possibilitando a aproximação dos indivíduos enquanto espaço de sociabilidade, o mundo do prazer propiciou a fusão do indivíduo no coletivo, uma diluição do eu na confusão dos corpos” (RAGO, 2008a, p.27).

Concebendo com eloquência tal análise, especialmente quando é considerado o período de transição pelo qual a sociedade passava, já que a industrialização e a urbanização das cidades fazia-se crescente com a chegada de imigrantes europeus que ajudariam a reconfigurar os costumes, hábitos e comportamentos, Rago (2008) mostra que a prostituição instaurou novas formas coletivas e diferenciadas de circulação de fluxos desejantes. Prostituir-se é ser de todos e de ninguém exclusivamente. Desse modo, o espaço da prostituição possibilita uma nova “respiração” das coisas e das pessoas, necessária para o equilíbrio da sociedade (RAGO, 2008a).

Além disso, o universo das práticas sexuais ilícitas desempenhou uma função “civilizadora” na sociedade provinciana do período. Muitos romances e depoimentos destacam essa dimensão da vida dos bordéis e cabarés, onde as prostitutas estrangeiras, experientes e viajadas, ensinavam as regras sofisticadas de conduta aos paulistas deslumbrados com as conquistas da modernidade e com o progresso. Juntamente com a venda do prazer, o mundo da prostituição destilava práticas eróticas, sexuais e sociais mais refinadas, já que aí se praticavam formas de sociabilidade referenciadas pelos padrões da cultura européia. Homens de idades, classes, profissões, nacionalidades diversas participavam desse microcosmo, discutindo política, jogando cartas, bebendo, dançando, acompanhados pelas cocotes ou pelas meretrizes mais pobres (RAGO, 2008a, p.28).

Existiu uma forte influência das francesas, as famosas cocotes, no redesenho da cultura e, por conseguinte, da sociedade Paulista na transição do século XIX para o XX. Sua fama, muitas vezes internacional, contribuiu para o desenvolvimento do comércio local e para os modos de vida que alteravam-se com sua presença.

No alto-meretrício, existia todo um “clima de excitação e deslumbramento, recorda Cícero Marques” (RAGO, 2008a, p.39), caracterizando os encontros dessa sociedade enriquecida com o desenvolvimento urbano-industrial e desejosa de importar mercadorias e hábitos parisienses. Havia toda uma circulação de fluxos desejantes que emergia, contrastando com o conservadorismo social, com a imagem idealizada da família-refúgio que se tentava instituir.

### **2.3.1 Contaminando-se com os novos hábitos**

Alguns jornais, como o *A Província de São Paulo*, tentavam tomar algumas precauções, procurando “orientar as leitoras do “sexo frágil” contra o perigo de contaminação dos novos hábitos introduzidos pelo progresso” (RAGO, 2008a p.40), na tentativa de conter o ingresso das mulheres como figuras participantes no seio social.

Fenômeno tipicamente urbano, o crescimento da prostituição passava a ser vivenciado como um problema público – o lado negativo do progresso – e era transformado em poderosos fantasmas de contenção às mulheres que pressionavam para ingressar na esfera pública. Os tempos tinham

efetivamente mudado. Não parecia fácil aceitar a convivência feminina em espaços tidos como essencialmente masculinos.

Nesse contexto, a prostituta foi recoberta com múltiplas imagens que lhe atribuíram características de independência, liberdade e poder: figura da modernidade, passava a ser associada à extrema liberalização dos costumes nas sociedades civilizadas, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e à multiplicidade de novas práticas sexuais. Figura pública por excelência, podia comercializar o próprio corpo como desejava. Dissociando prazer de amor, aventurando-se, através da livre troca pelo dinheiro, em viagens desconhecidas até mesmo para os homens dos países mais atrasados. Poderosa, simbolizava a investida do instinto contra o império da razão, a exemplo de Salomé, ameaça e subversão dos códigos de comportamento estabelecidos (RAGO, 2008a, p.42).

Assim, a prostituta torna-se a mulher que rompe os laços do processo sócio-cultural de formação familiar, libertando-se da imagem de esposa-mãe, passiva ao domínio privado do patriarca provedor do lar, o que poderia se tornar um risco, incitando às mulheres a uma nova forma de agenciamento, mais dinâmico, uma vez que menos dependente e especialmente num momento onde

a urbanização e o crescimento socioeconômico da cidade embaralhavam as tradicionais demarcações entre as atividades masculinas e femininas e a entrada em cena das mulheres de várias classes sociais nas fábricas, escritórios, escolas, comércio ou nos serviços de infra-estrutura urbana ameaçava subverter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social, a figura da prostituta emergia como um poderoso fantasma no imaginário social (RAGO, 2008a p.42).

Contra essa figura que era vendedora e mercadoria ao mesmo tempo, que simbolizava a “fragmentação do sujeito moderno e a separação radical entre o erótico e o amor” (RAGO, 2008a p.43) levantavam-se vozes de homens cultos, especialmente juristas e médicos, que se manifestavam contra a possibilidade de perigo que poderia habitar no corpo dessas mulheres.

### **2.3.2 A dose de veneno posta no imaginário social**

#### **A prostituta na sociedade**

simbolizava aquilo que se via como degradação: uma sociedade onde as

relações sociais são mediadas pelo equivalente geral: o dinheiro. Não foi tranqüila a relação da sociedade com a profissionalização dos ofícios e com a instituição das relações assalariadas de trabalho. Em especial, foi extremamente complexa sua relação com a separação entre o amor puro e o prazer sexual, principalmente para as mulheres. A atração pela prostituta – imagem da modernidade – significava total empatia do homem com o universo alucinante das mercadorias, (...) (RAGO, 2008a, p. 46)

Alugando o seu corpo e customizando o serviço conforme o gosto do freguês, a sociedade passa a ver a necessidade de instituir fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que confinava tal comércio a espaços geográficos da cidade particulares - os guetos - especialmente destinado as práticas da vida noturna e das “pensões alegres”. Mais a frente foi visto que esse movimento de formação de guetos delineou uma “geografia do prazer” onde baixo e alto meretrício eram separados mas constituídos em um mesmo bairro, território onde poderia se dar vazão aos “vícios urbanos” modernos, segundo o imaginário da época.

Sempre compondo o perfil da *femme fatale*, com sua força vulcânica ameaçando destruir os elos racionais da civilidade, nocivamente inquietando a pacata vida cotidiana da cidade, o charme da francesa era construído no imaginário social suscitando sua maior capacidade de sedução e seu domínio sobre as regras de comportamento europeu civilizado. Rago relata que:

Prostituição e modernidade, nesse sentido, foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais para se auto-representarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações européias (RAGO, 2008a, p.50).

Dessa forma, o esteriótipo das mulheres é concebido. São criados dois pólos para diferenciá-las e colocar cada uma no seu devido lugar. As honestas, mulheres de família, que deveriam ser recatadas e santificadas e as prostitutas, mulheres da vida que se perderam.

### 2.3.3 “Honestas” versus “Perdidas”: as mulheres estão no *round*

Em torno das mudanças que afetaram radicalmente a posição social da mulher, especialmente nas camadas médias e altas da sociedade, desde o último quarto do século XIX vê-se a polarização entre mulheres “honestas” e “perdidas”, estas últimas vistas como ameaça a desestabilização social e, as primeiras, representadas até recentemente pela figura da senhora ociosa e descuidada das grandes propriedades de terra - mesmo que tendo sua existência empírica limitada à algumas regiões do país, especialmente durante a época do coronelismo (RAGO, 2008a).

Sua imagem prevaleceu como uma forte representação no imaginário social até anos recentes e na memória da construção histórica da mulher no país uma vez que a sociedade mostra-se fadada a reproduzir incessantemente suas construções, o que justificaria a concepção da identidade da mulher na sociedade.

É nesse sentido – de uma sociedade reproduzindo incessantemente suas construções e instituições - que Bourdieu (2002), apresenta o conceito do *habitus* (lei social instituída), onde a dominação masculina encontra-se tão fortemente ancorada no subconsciente social, que sequer é percebida. Tal subconsciente é considerado produto da ação de inúmeras instâncias de inculcação e de reprodução.

O autor explora a sociedade da Cabília, na Argélia, revelando as evidências e as estruturas simbólicas do inconsciente androcêntrico que se reproduz cotidianamente, em ambos os sexos, determinando de certa forma, um comportamento do gênero pré-estabelecido pelo *habitus*.

Bourdieu (2002) analisa a mulher como reprodutora consentida do androcentrismo imposto à sua condição feminina, sendo esta responsável pela aceitação e dominação masculina. Ou seja, em sua concepção, a mulher não tem escolha, não tem fuga ou saída, cabendo unicamente a ela a aceitação de sua condição de subalternização e composição de inferiorização ao masculino, sendo responsável

ainda por reproduzir por suas próprias mãos, através da inculcação do *habitus* em seus filhos, do mesmo mecanismo que a domina.

A partir de tal elucidação é possível compreender a situação de anonimato e de invisibilidade que caracterizava a vida da esposa do fazendeiro, restringida a ser a esposa do grande proprietário, não se encontrando apenas na posição de subordinação ao homem, mas compondo-se de maneira desvalorizada enquanto mulher, frente à concorrência dos muitos corpos rijos e jovens das escravas (RAGO,2008a).

Suas atividades - que mais a caracterizavam como a maior escrava do lar - resumiam-se “aos bordados, à preparação de doces, às conversas com as negras, ao cafuné, ao manejo do chicote e, eventualmente às visitas a igreja” (RAGO, 2008a, p.54). Assim elas acabavam despreocupando-se e desleixando-se da própria aparência, engordando e envelhecendo precocemente, desrespeitadas em sua condição de companheiras vivenciando uma humilhação violenta, numa concorrência ostensiva que criava um mal-estar latente.

A família tornava-se o núcleo da sociedade, e para sua perpetuação, a mulher brasileira, mesmo que pertencente a elite, mantinha-se numa posição subalterna a do marido, sendo ela o apoio, o esteio familiar.

Por mais ativas e participantes na organização da vida doméstica, essas mulheres não se percebiam positivamente, uma vez que até então a sociedade não as viam como indivíduos dotados dos mesmos direitos que os senhores. Assim, os melhores lugares eram reservados aos senhores, as refeições eram servidas primeiro a eles, e a liberdade, também a eles pertenciam.

Tais senhores mantinham relações extraconjugais, muitas vezes mantendo até mesmo um relacionamento de longa data com uma única prostituta, mas sempre à revelia da família, já que esta representava o santuário, o aconchego, garantindo a



imagem do senhor austero, que se preocupa com a educação dos filhos e é vigilante com a moralidade das filhas. Sua função é basicamente produtiva, enquanto à mulher cabe a administração interna do lar. Nesse contexto, a mulher foi elevada à condição de “rainha do lar”, destituída portanto de uma função produtiva de relevo. O espaço doméstico foi diferenciado da esfera pública do trabalho e santificado como “oásis”, lugar de calor e intimidade, da confraternização de seus membros, de uma solidariedade representada como orgânica e natural (RAGO, 2008a).

A promoção da mulher à condição de soberana do lar e a destituição de sua importância como força produtiva aparece como debate nas crônicas de “A Mensageira” escrita por Maria Emília em 1899 e citada por Rago:

São muitos os autores que defendem a tese segundo a qual a urbanização e a industrialização apenas degradaram a condição feminina, retirando-lhe funções valorizadas tradicionalmente pela sociedade. A mulher deixa de ser vista como um ser necessário, útil e participante da vida social e produtiva, responsável por parte do suprimento material visto que pão, vela, doces, sabão e uma série de consumo imediato passam a ser produzidos em fábricas e adquiridos fora do lar (RAGO, 2008a, p.57).

Porém alguns autores da “Revista Feminina” de 1923 viriam destacando o contrário, defendendo que a emancipação advinda das relações sociais, com a abertura de novos espaços para a circulação social e urbana favoreceriam a diminuição das pressões familiares para as mulheres.

A partir de tais concepções históricas e, para elucidar questões contemporâneas, cabe destacar algumas questões acerca da profissão do sexo: Há uma indústria do sexo? Havendo, como são suas relações com a sociedade? Como é o discurso social à respeito do trabalho de comercialização do corpo? E atualmente, qual é o significado do trabalho na sociedade?

### 3 PROFISSIONALIZAÇÃO DAS PROSTITUTAS

#### 3.1 INDÚSTRIA DO SEXO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

Na passagem do século XX para o XXI, presenciamos a expansão da cultura erótica no mundo que com o advento da tecnologia, em especial a internet, começa a expandir-se também na sociedade brasileira. Por aqui começam a circular os primeiros materiais eróticos trazidos especialmente da Europa e Estados Unidos. Todo um universo exótico, erótico e fetichista em busca de sensações mais intensas de prazer é criado ao redor do impróprio, propagando-se entre os sujeitos assíduos que freqüentam os espaços virtuais ou reais que ofertam o serviço.

Esse mercado não fora configurado recentemente e, embora ganhe novas roupagens e se recomponha conforme a demanda, há relatos históricos de suas reinvenções para adequações às imposições sociais. Já no início do século XX, foi possível presenciar sucessivos deslocamentos geográficos das zonas de meretrício, geralmente localizados em grandes centros urbanos, que mesmo sendo empurrados para áreas que se localizavam à margem da cidade não chegaram a significar uma limitação das atividades na vida do submundo que se construía:

Pelo contrário, proliferaram e diversificaram-se as formas de consumo do prazer, aumentando os lucros que aí se formavam. Ágeis figuras femininas do mundo da prostituição procuravam suprir as demandas de uma *nova* clientela, formada por homens de diferentes setores da sociedade, que se encontravam na busca de uma forma erotizada e sedutora de expressão do desejo. Toda uma indústria e todo um comércio especializados se desenvolveram em torno da prostituição – máquinas de prazeres -, referenciando-se ambiciosamente pelo “erotismo aristocrático” difundido no interior da burguesia francesa. Divulgavam-se, ao lado das inúmeras tecnologias importadas, novos equipamentos do desejo: desde roupas íntimas de mulher, fetiches como ligas, calcinhas rendadas, meias pretas, até perfumes afrodisíacos, drogas, objetos de flagelação ao gosto do freguês, revistas pornográficas e filmes proibidos. A decoração dos interiores, com muitos vidros, espelhos, tapetes aveludados, almofadas ornamentadas e cheiros especiais, procurava evocar climas exóticos e exacerbar as sensações, com seus objetos múltiplos de evasão e excitação, a exemplo das famosas fotos de “nus artísticos” que causavam sucesso na sociedade (RAGO, 2008a p.107).

Cabe salientar que nesse contexto histórico de formação da indústria do sexo não há interesse de privilegiar a visão edulcorada e também higienizada dos bordéis

tendendo à eliminar do passado qualquer manifestação de conflitos (RAGO 1997, 2008). A intenção é chamar atenção para toda uma rede subterrânea de sociabilidade que se constituía em torno da prostituição, possibilitando as múltiplas formas de manifestação cultural inicialmente influenciada pela cultura européia.

Rago salienta que “muitos procuravam os espaços marginais não apenas como linha de fuga desejante: aí encontravam amigos, velhos conhecidos, faziam contatos políticos, discutiam negócios, escreviam poesias e inspiravam-se para futuras composições literárias” (RAGO, 2008a, p.111) e vai além:

Os espaços marginais, que se constituíam na cidade em processo de crescimento econômico e demográfico, concentrando-se em torno de “pensões de artistas” e cafés-concerto, ampliavam suas funções: além de contatos sexuais, possibilitavam a evasão, o desenraizamento, a desterritorialização dos corpos, a perda das identidades fixas, em compensação à rotina monótona da vida familiar. Ali buscava-se viver as fantasias projetadas sobre as sociedades civilizadas, reais ou imaginárias (RAGO, 2008a, p.117).

Porém, esse processo de modernização também era vivenciado pelas prostitutas brasileiras, que codificavam suas condutas operacionalizando seus modos de vida através dos paradigmas europeus, o que influenciava na especialização e sofisticação que ocorria no universo da comercialização de corpos:

Progressivamente, os cabarés elegantes se refinavam enquanto ambientes masculinos de prazer, onde se podia dançar acompanhado pelas cocotes, ao som das valsas bem tocadas, ou onde os homens jogavam pôquer e podiam consumir cocaína, éter e demais drogas em moda (RAGO, 2008a, p.119).

As drogas eram comercializadas e difundidas nos cabarés muitas vezes abertamente, e muitas prostitutas também tornavam-se viciadas, já que várias recebiam a droga gratuitamente dos fregueses da casa, o que influenciou posteriormente a elaboração de teorias médico-policiais baseadas no poder de corrupção que a prostituta exercia sobre os jovens frequentadores das casas de diversão:

(...) a prostituta, situada no último degrau de decadência feminina, era responsabilizada como “corruptora de menores” pela existência de jovens viciados, pois considerava-se que a grande maioria delas ingeria frequentemente amplas doses de drogas, muito embora nem o Serviço

Sanitário nem a Delegacia de Costumes dispusessem de estatísticas oficiais para informar essas suposições (RAGO, 2008a, p.124).

No entanto, houveram movimentações sociais que discutiram a prostituição e as formas de como esse mercado afetou as instituições nesse período, especialmente a familiar, de maneira que cabe destacar algumas de suas reações:

A expansão do comércio do prazer e a sofisticação crescente do mundo da prostituição provocaram reações moralistas entre os setores diversificados da população. Ao lado de chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes da vigilância do submundo. Logo mais, médicos, juristas e criminologistas tentaram unificar seus esforços para definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer, o que, na verdade, quase nunca deu bons resultados (RAGO, 2008a, p.127).

A rua deixava de ser um ponto tranquilo de socialização familiar passando a se tornar “palco para onde afluíam os nômades e “resíduos” de outros países”(RAGO, 2008a p.128). A imprensa ajudava a disseminar a preocupação em inibir a formação de futuros vadios e prostitutas, alertando com o aval da polícia sobre a necessidade de retirar as crianças da rua.

Um sentimento de repulsa pelo número crescente de marginais - muitos deles trabalhadores europeus que não conseguiriam recolocação após a imigração - que circulavam, levava a polícia a abordar cáftens<sup>7</sup> e prostitutas “escandalosas”, detendo-os por atentarem contra a moralidade pública. As meretrizes eram obrigadas a assinar um termo do bem viver, comprometendo-se a não encenar na frente da população sua devassidão (PEREIRA, 1976). Assim,

A presença mais numerosa de figuras qualificadas como “indesejáveis e associadas ao crescimento da prostituição e do crime levava a que se acentuasse a preocupação com o controle das formas de entretenimento da população. Passava-se a pensar mais explicitamente sobre os locais onde se estabeleciam os prostíbulo e as casas de tolerância, configurando uma territorialidade geográfica do prazer, sem qualquer interferência direta dos poderes públicos. Embora se discutisse a necessidade de confinar a prostituição, o sistema regulamentarista era criticado como “regime ainda pouco compatível com o nosso meio e recursos administrativos (RAGO,

---

<sup>7</sup> O masculino de cafetina. Aquele que vive à custa de meretrizes, rufião. Empresário de prostíbulo que faz comércio explorando a prostituição. Alcoviteiro, proxeneta. (DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1999).

2008a p.130).

Já quando o assunto é o consumo de serviços sexuais, destaca-se o interesse crescente da população masculina pelas novidades européias, contribuindo para expandir o mercado de consumo de materiais eróticos proporcionando aos consumidores a participação numa atmosfera contemporânea das práticas desviantes do passado.

Definiam-se novas demandas sociais em prol daquilo que era tido como moderno na Europa, inclusive no âmbito sexual. “Configurava-se uma sociedade “*voyeurista*”, em que dificilmente se poderia reprimir o desejo de assistir ao jogo do “esconde-esconde” dos corpos femininos, propiciado pelos espetáculos de *strip-tease* ou pelas fotos eróticas” (RAGO, 2008a, p.146).

Na passagem do século, o desvendamento propiciado pela introdução do *strip-tease*, a possibilidade de pagar pela dança com uma companhia feminina, de ver sua imagem nua à distância, no palco ou na foto, fascinava um certo público que incitava a uma outra produção de olhares, de representações, de modos de ver, em busca de uma contínua ampliação do campo de visibilidade às regiões mais recôndidas do corpo e da vida (RAGO, 2008a, p.146).

Essas práticas desejanças que foram introduzidas, transformaram-se em tímidos pontos de partida dos *sex-shops*, cabarés, inferninhos, revistas e filmes pornô, *dancings* e muitos outros “divertimentos” que se difundem enormemente até o presente (RAGO, 2008a).

O relato historizado<sup>8</sup> versa sobre a classe pobre tida como perigosa, e geralmente eram nas tavernas, pensões alegres e casas de tolerância que compunham a geografia do baixo meretrício que mais sofriam com a atuação dos poderes disciplinadores do Estado, alegando a incivilidade e a irracionalidade destes, mesmo que dentre eles estivessem trabalhadores (MAZZIEIRO, 1998; RAGO, 2008a).

---

<sup>8</sup> A leitura historicizada de um texto significa que o leitor analisará as condições de produção desse texto, não restringindo-se a análise de quem o escreveu, quando, sobre o quê escreveu, ampliando o escopo da interpretação textual para o sócio-histórico (quais as filiações históricas do texto; qual o interdiscurso no qual esse texto se inscreve; que aspectos materiais da língua estão indiciando um modo ou outro de funcionamento discursivo, e um conseqüente direcionamento dos sentidos) (ASSOLINI, 2008).

Contudo, também é preciso notar que as práticas ilícitas do desejo não foram erradicadas e, ao contrário, expandiram-se e sofisticaram-se enormemente. Há o aspecto econômico da questão que é relevante: constituía-se um mercado de oferta e consumo em torno do prazer; a prostituição transformava-se numa atividade lucrativa que exigia cada vez maiores investimentos, como várias outras. As prostitutas profissionalizavam-se com o crescimento urbano-industrial, constituindo um mercado de trabalho disputado. As novidades introduzidas com a modernização tecnológica eram consumidas avidamente por uma sociedade em que o peso da cultura européia, especialmente a francesa, era considerável. (RAGO, 2008a, pg.146, 147)

É curioso notar que a maior clientela dos bordéis de luxo não eram de homens humildes, trabalhadores das fábricas, que residiam nos cortiços dos bairros pobres, sendo claramente compostas por políticos, fazendeiros e artistas da época. O proletariado masculino não podia freqüentar teatros, restaurantes e cafés-concerto ao lado das cocotes, mas isso não significava que eles não participavam de alguma maneira do mercado do pecado. Para os demais consumidores – homens que na maioria das vezes tinham influência e poder político - especialmente aqueles do alto meretrício, a eliminação desse território desejante não convinha, já que ele era considerado vital para si mesmo e para seus filhos – a nova geração de consumidores que se fazia presente ao menos durante o primeiro período da sua vida, antes do casamento.

Talvez houvesse o desejo de que com o regulamentarismo, as condições sanitárias fossem melhores para quem consumia e vendia o corpo, almejando até mesmo uma maior privacidade aos homens públicos e influentes que freqüentavam a zona de baixo ou alto meretrício. E ainda, por parte da sociedade, a repercussão de tais atos fosse imprescindível para o alastramento da sífilis e outras doenças venéreas, que poderiam contaminar filhos, maridos e políticos, além de toda a contaminação moral que o submundo já produzia.

É significativo que, em 1913, ano em que se inicia a organização da Polícia de Costumes em moldes europeus, o vereador Armando Prado, quando propôs na Câmara Municipal um projeto de regulamentação da prostituição baseado no do vereador José Oswald (pai do escritor modernista), de 1908, tivesse sofrido enorme oposição e fosse fragorosamente derrotado. Certamente, há muitas questões sendo decididas periféricamente à discussão do projeto, mas não há como negar o interesse em facilitar o acesso às relações extraconjugais e aos espaços de prazer.

Os principais itens do projeto de Armando Prado determinavam que se proibisse a localização das casas de tolerância nas proximidades dos quartéis, escolas, fábricas, templos religiosos, estabelecimentos de diversão pública, teatros, praças e ruas muito movimentadas(...).

(...) Contudo, uma política de confinamento propriamente dito, segregando geograficamente as meretrizes, só se efetivou na década de 1940, quando as prostitutas pobres foram alocadas nas ruas Itaboca, Aimorés, Timbiras, Carmen Cintra, no Bom Retiro, em São Paulo, e no Mangue, no Rio de Janeiro (RAGO, 2008a, p.149).

Cabe salientar que a política de confinamento que segrega geograficamente as meretrizes, realinhando os contornos da cidade e marginalizando os bordéis nasce na mesma década que o Código Penal Brasileiro, 1940.

Diante dos constantes despejos, as prostitutas revoltavam-se e faziam passeatas. Não era oferecido a elas qualquer alternativa concreta, muitas não tendo para onde ir, nem outra fonte de renda, nem mesmo habilitação profissional para encontrar outro emprego que mantivesse seu sustento, alugavam pequenos quartos em hotéis ou casas-de-cômodos que se transformariam em prostíbulos disfarçados.

Dessa forma, o “fenômeno da prostituição também deve ser analisado pelo aspecto econômico, visto que envolve, emprega e sustenta um número significativo de pessoas” (PASINI, 2005, p.204):

O número de pessoas que trabalham no mercado prostitucional é incontável, entretanto, segundo Leonini, a atividade ocupa o terceiro lugar, depois do comércio de armas e de drogas dentro dos negócios ilegais mais rentáveis, de acordo com as estimativas da ONU. Inclusive, por esses motivos a autora afirma que o exercício da prostituição deveria ser entendido como um fenômeno de massa (PASINI, 2005, p.205).

Já Piscitelli (2005) elucida e apresenta outras questões que norteiam o mercado do sexo, uma vez que “o sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria” (PISCITELLI, 2005, p.7). A autora analisa o trabalho de Laura Agustín, a qual afirma que considerar os elementos que integram a prostituição conduz a percepção de que há uma diversidade de trabalhos sexuais sendo produzidos e fomentados pela indústria do sexo, que não se restringe apenas ao aluguel do corpo para fins sexuais:

“bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua.” (PISCITELLI, 2005, p.7)

Segundo a autora, trazer o foco apenas para a questão da prostituição pode obscurecer a compreensão que há, de fato, um mercado, uma indústria sexual, e, portanto, desviar a atenção da demanda, não levando em consideração a percepção dos consumidores sobre a amplitude de um mercado global do sexo que não se restringe à comercialização do corpo para serviços sexuais, mas estende-se para o turismo sexual e até para aqueles sujeitos que “ajudam” financeiramente uma mulher sem ela ser considerada explicitamente como prostituta.

As definições correntes da prostituição tampouco contribuem para pensar nos diversos tipos de inserção em um jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que, marcado pela mercantilização, não necessariamente assume a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro. Em outras palavras, a inserção no mercado do sexo está longe de restringir-se à realização do que, no Brasil, é popularmente conhecido como programas. Como exemplo cito a conhecida figura, no país, do “velho que ajuda”, meio através do qual jovens das camadas populares, inclusive garotas que não são consideradas prostitutas, procuram apoio econômico e muitas das interações presentes nos universos do turismo à procura de sexo, em diversas partes do mundo, envolvendo viajantes (homens ou mulheres) dos países ricos em direção a regiões pobres (PISCITELLI, 2005, p.7-8).

Dessa forma, temos uma abrangência no termo indústria do sexo que normalmente é utilizado para se referir às empresas que fornecem produtos ou serviços considerados eróticos com algum nível de relação com a prática do ato sexual (PISCITELLI, 2005; 2007; PASINI; 2005). Nas pesquisas realizadas não é difícil notar que os serviços oferecidos para o entretenimento adulto, tem a maioria de usuários homens.

Segundo uma pesquisa realizada pela BBC Brasil em 2007, o negócio é tão rentável que, anualmente, estima-se que o faturamento da indústria de filmes adultos alcance US\$ 57 bilhões (cerca de R\$ 125 bilhões) no mundo, sendo que só os Estados



Unidos são responsáveis por algo entre US\$ 12 bilhões e US\$ 20 bilhões, sendo uma atividade que movimenta mais recursos que os principais eventos esportivos do país. Só a feira realizada em Las Vegas reuniu cerca de trinta mil pessoas para a convenção anual da indústria de filmes adultos dos Estados Unidos onde podia se observar uma multidão de pessoas comuns circulando pelos corredores, conhecendo novos produtos e fazendo compras.

Na reportagem realizada com representantes do mercado e intitulada “Feira em Las Vegas revela pujança da indústria pornô” constatou-se que o crescimento da indústria se deve à incorporação de novas tecnologias. O entretenimento adulto foi importante, por exemplo, para consolidar o domínio das fitas de tecnologia VHS sobre as que utilizam outros sistemas como o Beta. Novos sistemas logísticos ajudaram a reduzir os custos das operações de distribuição, possibilitando que cerca de 200 filmes sejam realizados semanalmente nos Estados Unidos. A indústria também desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do vídeo via Internet e agora cumpre a mesma função em relação aos telefones celulares. Relatou-se ainda que no início da Internet, quando havia certa dificuldade para se alcançar o mercado em larga escala, foi o entretenimento adulto que realmente trouxe a inovação. A indústria do sexo tem como objetivo agora levar as imagens para os telefones celulares que disponibilizam de telas de alta resolução.

Em se tratando de Brasil, o repórter Caco Barcellos mostrou que os filmes pornôs produzidos aqui geraram cerca de 300 milhões de reais, apenas em 2007. Apesar do mundo inteiro consumir, a principal compradora desse tipo de mercadoria é a cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos. Apesar deste ser o país que mais produz filmes pornôs, os consumidores preferem o filme brasileiro que possui baixos custos e consideram que os atores tem melhores performances. Curiosamente, os atores ficam com uma pequena fatia do faturamento, não necessariamente a menor, mas a atriz ganha em média R\$ 1.500,00 por um filme, e o ator quase sempre a metade desse valor. A jornada de filmagem dura cerca de 5 dias, todos com aproximadamente 12 horas de trabalho, incluindo-se a produção (BARCELLOS,

2008).

Já as empresas que trabalham com o tele-marketing sedutor, um dos ramos da indústria do sexo que vendem os filmes por telefone, arrecadaram cerca de R\$ 1.700 milhões só em 2007, sendo apenas o intermediário entre a produtora de filmes, que produz cerca de 12 novos títulos por mês (BARCELLOS, 2008).

Em comparação com a atuação das atrizes pornôs que recebem apenas uma parcela do faturamento das indústrias que tem o sexo como mercadoria, pode-se reafirmar tal conceito a partir da pesquisa que Pasini (2005) fez na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro.

A prostituta não é quem recebe menos dinheiro na Vila [Mimosa], entretanto, é a atividade mais desvalorizada. Certamente, não é porque ela realize os desejos dos homens, mas talvez porque seja ela quem explicita que se trata de um negócio da prostituição. Em outras palavras, é a prostituta quem abstrai a qualidade de romance e intimidade na relação com o homem para torná-la um serviço prestado. Com isso quero afirmar que fica a cargo da prostituta explicitar o mercado da prostituição: ela oferece um serviço específico e o vende (o serviço, não o corpo) (PASINI, 2005, p.208).

Porém a autora revela uma relação interessante, que não expressa apenas a ambição pelo dinheiro, mas principalmente com o poder, uma vez que “menos do que o valor real do lucro que se tem com o negócio da prostituição, na Vila o poder simbólico dá aos agentes o lugar de sujeito social” (PASINI, 2005, p. 208).

Sua pesquisa realizada na Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa (AMOCAVIM) apresenta que, dentro deste que é considerado o maior complexo de prostituição à céu aberto do Brasil, o sexo é para quase todos. Diferentemente daquilo visto na cidade de São Paulo do início do século passado, onde as francesas eram vistas como artigos de luxo, apenas para aqueles que pudessem pagar, a Vila Mimosa, conhecida zona do baixo meretrício carioca, oferece serviço para todos os gostos, tendo mulheres brasileiras e estrangeiras, inclusive as francesas, legítimas ou não (PEREIRA, 1976).

Outras tantas, que trabalham na orla de Copacabana, conhecida zona de alto meretrício, atendendo à inúmeros clientes estrangeiros, relatam o perfil e interesse desse público, assim como o preço pago por seus serviços, como publicado em edição da revista “Beijo da Rua” (2004):

Entre 24 e 45 anos, bem-sucedido, freqüentador de barzinho, apreciador do erotismo, admirador da cidade, não reclama do preço e é apaixonado pela sensualidade e corpo da mulher brasileira. Este é o perfil dos clientes estrangeiros das prostitutas que trabalham na orla de Copacabana, traçado por cinco delas, que só fazem programas em moeda estrangeira com turistas alemães, franceses, suíços, gregos, italianos, ingleses, dinamarqueses, norte-americanos e alguns latino-americanos. Os europeus são a maioria. As meninas garantem ainda que eles não querem fazer programas com menores para não serem acusados de exploração sexual. Maria Célia, 25 anos, Nicole, 24, Marijane, 19, Bruna, 22, e Cristiane, 24 anos, explicam que o preço do programa vai de 150 a 250 dólares, dependendo da qualidade da menina e da generosidade do cliente. Há casos, porém, em que a saída custa apenas 50 dólares. Em geral, elas explicam, os turistas "não esquentam" com o preço, por encontrarem no Rio mulheres que atendem aos seus sonhos<sup>9</sup> (LENZ; NOBRE, acesso em 10 de out.2010).

Outro relato interessante que apresenta as propostas desses estrangeiros às prostitutas, é o de uma entrevistada da pesquisa feita por Lenz e Nobre em março de 2004 abordando o negócio do sexo, que foi seduzida a buscar seus euros na Suíça:

Magra, 1,65 cm, libriana, risonha e de cabelos pretos nos ombros, Cristiane, aos 19 anos, acredita que sua beleza mulata pode lhe render um ótimo pé de meia durante cinco meses. Não no Rio de Janeiro, mas na Suíça, para onde deve embarcar para trabalhar numa boate a convite de um suíço que conheceu em Copacabana. O homem se interessou pelo seu tipo físico e disse que ela pode ganhar um bom dinheiro como profissional do sexo, de beleza diferente. "Lá, uma chupada no pênis do cara é um preço, sexo anal outro, lambida outro, e assim por diante", explica Cristiane. Ela disse que pode ganhar uns 1.500 euros mensais, e, depois de um ano, voltar com a bolsa cheia de dinheiro para comprar uma casa. Cristiane, além de falar inglês, é cantora, tem cursos de secretariado e informática, e parou de estudar depois de concluir o curso médio. Seus parentes moram em Búzios. Ela vive em Copacabana, onde divide um apartamento com três garotas. Cristiane afirma que nunca escondeu sua atividade da família, que não vê problema em ela ser profissional do sexo<sup>10</sup> (LENZ; NOBRE, acesso em 10 de out.2010).

---

<sup>9</sup> Citação da Revista on-line Beijo da Rua, edição de março de 2004, disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/>

<sup>10</sup> Ibid.

Na pesquisa realizada em 2004 pela prefeitura do Rio de Janeiro, foi traçado o perfil do turista estrangeiro que visita a cidade, concluindo que este hospeda-se em hotéis da orla entre cinco e dez dias na cidade, gastando em média 180 dólares por dia, direcionando suas preferências de turismo entre a praia e o patrimônio histórico da cidade. A prefeitura ainda revelou que o cume do turismo ocorre entre o réveillon e o carnaval, período em que também cresce a presença de profissionais do sexo na Zona Sul, principalmente em Copacabana, sendo que boates situadas nas redondezas do bairro como a “Help” e bares como “Mab's” e “Balconi” estão entre os mais procurados para o entretenimento adulto pelos turistas.

No Brasil, segundo o Código Penal o ato de prostituir-se não é crime, sendo essa talvez uma das elucidações que se possa fazer a respeito do volume de turistas e mulheres que buscam e oferecem o serviço do sexo em Copacabana . Entretanto, todo o mercado no entorno da prostituta é considerado uma contravenção, como descrito no capítulo V do mesmo código:

“Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem” (art. 227); “Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone” (art. 228); “Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente” (art. 229); “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça” (art. 230); “Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro” (art. 231). A lei não proíbe a troca de sexo por dinheiro. (HUNGRIA, 1947, p.210)

Certo é que nessa questão haja elementos fundamentais para compreensão do lugar desses sujeitos no “mundo” da prostituição. Além disso, as últimas tentativas de legalização da atividade no país continuam a ter como base um olhar em que a prostituta desempenha uma função naturalizada, pertencente a sociedade, sendo portanto desnecessária sua discussão, onde permanece quase sempre o discurso vitimizador de um sistema econômico opressor.

Contudo, interessa aqui entender como um lugar específico de comércio sexual é organizado, apesar de ser compreendido como ilegal. Arrisco a afirmar que se trata justamente de um descaso e hipocrisia social que insistem em deixar de lado questões sobre a moralidade e a sexualidade.

Essa discussão nos faz perceber que a atividade da prostituição requer um olhar cuidadoso e um debate em que a sociedade enfrente a questão como uma prática social. É preciso trazer os sujeitos em situação de prostituição para junto do debate e da compreensão e, assim, propor a possibilidade da mudança social (PASINI, 2005, p. 209 a 211).

Visando aprimorar as discussões acerca da atividade da prostituição, com o objetivo de promover o debate sobre essa prática social marginalizada, será abordado no capítulo seguinte os discursos sociais a seu respeito.

### 3.2 O DISCURSO SOCIAL ACERCA DA PROFISSÃO DO SEXO

A condição do feminino sempre fora composta por dicotomias, limitações e preconceitos e suas escolhas não permitiam oscilações entre um lado e outro, delimitando um tênue limiar onde as escolhas devem ser radicais, definitivas e assertivas. Carvalho (2000, p. 89) mostra que a dubiedade que compõe o universo das mulheres “são ampliadas para campos diversos do comportamento feminino, delimitando o certo e o errado e o que as mulheres devem ou não devem escolher, agir, fazer”.

É verdade que nesse jogo é muito mais explícito o “não” do que o “sim”. E permanece a nebulosidade em torno das sexualidades ilícitas em oposição às sexualidades consideradas lícitas, e o controle dos comportamentos, através de ameaças de exclusão. Quanto menos precisas as regras, maior o efeito sobre o imaginário (CARVALHO, 2000, p. 89).

A identificação do que vem a ser “mulher honesta”, dentro dos limites da intimidade e das representações sociais não é muito claro, apesar das “mulheres de vida fácil” serem facilmente identificadas (CASTRO, 1995; RAGO, 2008a; PASINI, 2000; COSTA, 1996). Porém, o papel da prostituta que se comporta de uma forma mais ousada e independente do que as “mulheres direitas”, devendo ter uma performance menos passiva que estas últimas, tanto por circularem em um espaço culturalmente atribuído ao homem (a rua) como por tomarem a iniciativa de conquistar e seduzir seus possíveis clientes (CARVALHO, 2000), uma vez que dentre seus papéis encontram-se jogos e práticas sexuais negociados com seus clientes, que as

"mulheres de casa" normalmente não permitiriam.

Contudo, fora da "batalha" ou da "vida" seus valores morais são tão rígidos em relação a filhos, família e ao lar como de qualquer outra mulher. Inclusive, durante os programas várias prostitutas declaram motivar-se pensando em quantos tijolos conseguem comprar com o pagamento que será recebido pelo cliente, para construção da sua casa, sustentando o mesmo discurso da normalidade que em momentos caracterizados como aquela que realiza desejos, poderiam rejeitar (LEITE, 2009).

Temos como objetivo principal desse capítulo elucidar como as prostitutas foram tratadas historicamente pelos códigos jurídicos, pela polícia e pela medicina até os dias de hoje, indagando se é crime, porquê? Desde quando? Todas as formas de prostituição são criminosas? E qual a punição? Para tanto, foram separados tópicos que abordarão os diversos discursos, deixam claro desde então que a proposta é para o melhor entendimento desse resgate da história da prostituição, uma vez que eles se entrelaçam e não podem ser analisados separadamente.

### **3.2.1 O discurso jurídico e policial**

Atualmente, segundo Castro (1988), o Código Penal brasileiro relaciona-se com a prostituição de forma ambígua, já que ao mesmo tempo que condena o lenocínio (exploração comercial e incitamento à prostituição, como por exemplo a manutenção de prostíbulos), omite a prostituta como pessoa jurídica, uma vez que proporciona a ela apenas o direito de pagamento de sua autonomia. Leite (2009), que viveu a prostituição e que hoje está à frente da luta pela regulamentação da profissão no país nos mostra que

o Código Penal Brasileiro é muito antigo, de 1940 pra cá não sofreu modificações substanciais e os artigos referentes à prostituição foram feitos para proteger a puta. No entanto, infelizmente, ele teve o efeito contrário ao desejado. A prostituta acabou no meio da total marginalidade porque aqueles que a cercam são considerados criminosos e, de alguma forma, transferem essa condição a ela. A

cafetina, mesmo que do mais baixo meretrício, gasta altas somas com corrupção, paga todas as suas despesas e ainda ganha muito dinheiro. Um dinheiro que a puta jamais verá (LEITE, 2009, p.61).

O Código Penal está em reforma há aproximadamente nove anos, contudo nesse sistema, quem está na ilegalidade é o empresário, ou patrão, e não há qualquer proibição em relação a alguém negociar sexo e fantasia sexual (SILVA, 2005) de maneira direta, sem intermediações. Contudo, na prática o que acontece é a necessidade de canais que facilitem os contatos com clientes e, que em contrapartida, dêem segurança quanto ao pagamento do serviço prestado e a violência do corpo, o que produz uma rede que facilita a corrupção.

Porém, para conceber a proposta do Código Penal, sua aplicabilidade e suas possíveis implicações no processo de profissionalização da profissão do sexo, cabe remontar discursos de pensadores que influenciariam com suas obras aquilo que conhecemos sobre criminalidade na venda de corpos até a contemporaneidade. Rago (2008a), em seu resgate histórico sobre a prostituição no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, apresenta que

em comparação com as obras produzidas nas décadas iniciais do século XIX, a mais influente teoria que se elaborou na escola da Antropologia Criminal articulou um discurso que superpôs a figura da prostituta à “degenerada nata” e à da “louca normal” (RAGO, 2008a p.184).

Para tal, fora necessário traçar um perfil-tipo da prostituta, que em tudo diferenciava-se dos moldes da “mulher normal” santificada. Cesare Lombroso, teve papel preponderante junto de Ferrero para dar base a essa estereotipagem. Tais autores, “privilegiaram as tendências hereditárias natas, irreversíveis na formação do seu caráter, descartando, nesta lógica, qualquer possibilidade de alteração do seu destino condenável” (RAGO, 2008a, p.184).

Fazendo um comparativo com o papel dos homens na sociedade, Rago (2008a) numa pesquisa acerca dos princípios que nortearam o esteriótipo da mulher prostituta traçada por Lombroso define, em sua opinião, os homens são “os construtores da cultura e da civilização” provando que

faz parte da natureza feminina uma incapacidade física, intelectual e mesmo sexual irreversível, pois decorrente de sua própria formação biológica incompleta. E, se os homens são os seres mais desenvolvidos de todas as espécies, a eles cabe definir, inquestionavelmente, os rumos da sociedade (RAGO, 2008a, p.185).

Todavia, vale notar que o parâmetro máximo de referência para ele, italiano, é o burguês civilizado da sociedade que habita, no final do século XIX, centro em torno do qual tudo e todos gravitam (RAGO, 2008a).

Porém, tudo indica que Lombroso utilizava-se de inúmeras provas, mobilizando recursos da estatística, antropometria, etnologia e exemplos da literatura e da história para manifestar todo seu repúdio pela mulher, ser “comprovadamente” inferior.

Não lhe faltam, aliás, adjetivos alucinantes e metáforas preconceituosas para descaracterizar a condição feminina em geral. Evidentemente, seu raciocínio torna-se muito mais colérico, quando se trata de traçar o perfil da “prostituta nata” e compará-lo ao da “mulher normal” (RAGO, 2008, p.187).

No discurso Lombrosiano as prostitutas concentravam todos os atributos morais recrimináveis: “mentirosas, desleais, sugestionáveis, avarentas, vingativas, crédulas e injustas” (RAGO, 2008a, p.186) salientando seu caráter perverso onde demonstravam excesso de amor aos animais e nenhuma afeição pelos humanos. Assim, Lombroso

evidencia todos os sinais indicadores da inferioridade orgânica e mental: os estigmas [da prostituta]. Configuração menor do cérebro, mandíbula menor, tamanho inferior ao da mulher normal, peso um pouco acima, mãos mais longas, pés mais curtos, canelas mais grossas, cabelos mais volumosos atestam a diferença genética da prostituta em relação à “mulher normal”. Se esta é um “macho inacabado”, aquela é uma “mulher inacabada” e imperfeita na evolução humana, muito mais próxima do selvagem. (...)

Sua loucura moral, como a que caracterizava os criminosos, manifestava-se de vários modos, a começar pela própria opção pela prostituição. Afinal, para Lombroso, a prostituta nata é ainda mais frígida sexualmente do que a “mulher nata”, que não se prostituiria jamais por paixão, desejo ou miséria econômica. Contudo, esta frigidez sexual é para ela uma vantagem, uma “adaptação darwiniana”, visto que deve manter várias relações diariamente (RAGO, 2008a, p.187).



Rago, que pesquisou a fundo a obra de Cesare Lombroso acentuadamente marcada pelo darwinismo e pelo positivismo do final do século XIX, consegue elucidar questões que hoje temos como comuns na marginalidade, e que em parte explicitam o caráter de nossa legislação a partir do discurso lombrosiano sobre a prostituta:

seus delírios progridem num ritmo crescente. Segundo ele, a prostituta nata se caracteriza, ainda, pela atração pelo roubo simples, estilo chantagem; adora bebidas alcoólicas, como os criminosos; é violenta, gosta de brigas, enfim, a figura mais completa da desrazão, concentra tudo aquilo que de pior existe na humanidade (RAGO, 2008a, p.188).

Tal discurso desconsidera quaisquer influências do meio social, como a miséria econômica ou a forma como a mulher deu início a sua sexualidade, sendo esta violentada em tenra idade, como causa da prostituição (DIMENSTEIN, 1992). Ele confere total primazia a matriz biologizante, a herança biológica hereditária do sujeito, fato tal que traria inúmeras complicações na vida social dos filhos das prostitutas.

O biologismo permite-lhe cruzar o tema da prostituição com o da loucura e com o fantasma da degenerescência racial, de maneira apocalíptica. Assim, este pensamento torna-se ainda mais autoritário e cristalizador do que aquele que se esboçara nas décadas iniciais do século XIX. Nessa lógica, estabelece-se uma identidade psicológica e anatômica entre o criminoso e a prostituta nata, assimilados por sua vez ao louco mental. Ambos possuem “o mesmo gosto precoce pelo mal”, nenhum senso moral e total indiferença diante da infâmia social (...) (RAGO, 2008a, p.189).

No Brasil, criminologistas, médicos e policiais repetiriam as idéias lombrosianas por algumas décadas, como por exemplo Cândido Motta, Viveiros de Castro e Leonídio Ribeiro (PEREIRA, 1976).

Se por um lado muitos homens públicos não queriam olhar seriamente o significativo crescimento da criminalidade nas práticas populares de lazer, incluindo-se as sexuais, muita resistência era encontrada por quem se sentia lesado. Estes defendiam uma atuação direta do Estado e Órgãos Policiais no controle sobre a organização da vida no submundo. Mazzeiro cita um dos principais protagonistas da época e afirma que

Candido Motta, que, além de ter sido um dos principais criminólogos da época, seguiu carreira nos cargos públicos, desde Chefe de Polícia até Secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, escrevendo em 1897, afirmava que a prostituição era considerada um "fenômeno social fatal e necessário", como o crime, uma resultante de fatores antropológicos, físicos e sociais (MAZZIEIRO, 1998, p.247).

Cândido Motta percebia a prostituição como doença fatal, porém necessária. Compartilhando as mesmas idéias do médico francês Parent-Duchâtelet a prostituição era vista como uma função social de canalizar os resíduos seminais masculinos, como os lixos e excrementos nos esgotos, sendo inevitável em qualquer aglomeração de homens, o que não correspondia a necessidade feminina, uma vez que, segundo os pensamentos médicos e jurídicos dessa época, elas tinham baixa intensidade no instinto sexual e, por isso, eram comparadas à receptáculos dos detritos sociais (RAGO, 2008a).

Representando a sexualidade como força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras de civilização, Cândido Motta, assim como os regulamentaristas em geral, justificava a necessidade de um espaço de alívio de tensões libidinais na geografia urbana. "Mal necessário", a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial. Para tanto, o regulamento propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência de múltiplas condutas desviantes no submundo. O enquadramento da prostituição nos moldes da relação conjugal parecia o objetivo principal desta política de controle das práticas sexuais vagabundas (RAGO, 2008a, p.133).

A proposta de Motta "continha uma série de medidas que visava confinar o comércio do prazer num espaço determinado da cidade" (RAGO, 2008a, pg.133-134), fato que não seria muito eficaz uma vez que, além do crescimento da cidade que se desenvolvia, até mesmo os bordéis de segunda ou terceira categoria passavam ao *status* de civilidade à imagem dos que existiam na Europa.

Os regulamentos criados visavam limitar quaisquer expressões de autonomia e emancipação das meretrizes, definindo a prostituição como uma necessidade social que deveria ser vigiada, até mesmo pela polícia sanitária que, utilizando a profilaxia da sífilis como argumento, apreendiam as prostitutas nas ruas e as submetiam a

exames médicos, permanecendo detidas aquelas que comprovadamente apresentassem uma conduta anti-social, anti-higiênica e desmoralizante.

Os horários que as prostitutas podiam aparecer publicamente nas ruas, especialmente as prostitutas mais pobres, era definido pela polícia, que procurava isolá-las do mundo exterior confinando-as aos espaços para as relações ilícitas. O poder público determinava ainda a forma como tais prostitutas deveriam se vestir ao aparecer nas ruas, não devendo as roupas serem muito curtas, nem muito decotadas.

Aliás, deve-se ressaltar que a preocupação com os trajes femininos crescia, as mulheres passavam a valorizar mais a aparência elegante, a sofisticação visual e a atração que poderiam exercer. Por conta dessa preocupação moralizante, várias vezes em favor da decência e dos bons costumes levantavam-se, já que

a aparência adquiria maior importância no meio urbano, onde se haviam diluído as antigas referências pré-industriais. Distinguir pobre de ricos, homens de mulheres, jovens de velhos, crianças de adultos, prostitutas de “honestas”, vagabundos de trabalhadores tornava-se uma exigência imperiosa no momento em que a industrialização democratizava o acesso aos bens de consumo, eliminando assim as antigas demarcações sociais e sexuais (RAGO, 2008a, pg.137).

Havia uma grande preocupação em manter a ordem simbólica dos sexos e garantir as diferenciações ao reconhecimento da identidade de cada um, lembrando que em 1924, mulheres que fossem pegadas nas ruas vestidas em trajes masculinos ou com trajes que de alguma forma incitavam a imaginação dos desocupados eram presas ou levadas à hospícios (RAGO, 2008a; PEREIRA, 1976).

Para que o sossego e a tranquilidade da população vizinha aos centros de meretrício fosse preservada foi criado um *Livro de Registro de Prostitutas* pela Delegacia de Costumes, onde continham suas informações pessoais como nome, idade, nacionalidade, profissão e residência. Mesmo após várias críticas o fichamento das meretrizes continuou a ser praticado, intensivando-se após 1915, com o auxílio da Guarda Civil que vigiava o comportamento das meretrizes (RAGO, 2008a; PEREIRA, 1976).

No entanto, o foco da discussão dizia respeito ao papel do Estado diante da prostituição. “Os anti-regulamentaristas negavam-lhe qualquer direito de interferência na liberdade individual do cidadão” (RAGO, 2008a, p.139) sendo esse o ponto central de divergências em todos os países onde o regulamentarismo foi criticado e derrotado.

Paralelamente ao movimento que se delineava no Brasil e, como consequência de toda repressão que se operava no ocidente, os jornais relatavam casos de moças pobres, jovens operárias, costureiras desesperadas suicidando-se no Sena, na França, por serem confundidas com as prostitutas caçadas indistinta e desenfreadamente pelos agentes da prefeitura diante da exigência das matrículas dos registros das prostitutas.

Reclamava-se das dificuldades que o regulamento criava para as meretrizes que, por exemplo, adoecessem repentinamente, pois, enclausuradas nos bordéis, corriam o risco de não encontrar apoio para serem socorridas. Acabava cesurando o regulamento pelo poder que conferia aos policiais que privilegiariam algumas prostitutas, perseguiriam outras, e sobre os quais não se teria qualquer capacidade de controle. De fato, as perseguições policiais predominaram por várias décadas, chegando mesmo aos anos mais recentes (RAGO, 2008a p.140).

A violência física era a principal arma usada pela polícia contra as prostitutas e homossexuais nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Conforme já abordado, há relatos de que quando presos, apanhavam e recebiam banhos com duchas de água fria e tinham a cabeça totalmente raspada (RAGO, 2008a).

Porém, não era apenas no Brasil que se via essas práticas de violência. Diversos países adeptos do regulamentarismo impunham a violência física para contenção das práticas desviantes. Esse tornou-se um dos principais focos de discussão dos abolicionistas contra a política adotada para controle dos corpos marginais. “As prostitutas, reunidas em associações de defesa de seus direitos civis, denunciavam as arbitrariedades cometidas nos seus países em que vigorava a política regulamentarista” (RAGO, 2008a, p.141).

Apontando para as inconveniências trazidas pelo regulamentarismo, alguns jornalistas procuravam elucidar a opinião pública sobre as diferentes maneiras de se enfrentar o problema da prostituição, colocando em pauta, como discussão principal a pergunta “Qual o papel do Estado diante da prostituição?”, informando que os três principais sistemas eram:

o da repressão penal, que considerava a prostituição como infração passível de penalização para a mulher; a regulamentação, que considerava a prostituição um “mal necessário”, tolerava-a, mas controlava-a com medidas administrativas “mais ou menos severas e concernentes às mulheres que lhe entregam”; e, finalmente, apontava a abstenção, isto é, o sistema em que a prostituição era encarada como questão de moral individual, em que o estado não deveria envolver-se diretamente, a não ser nos momentos que assumisse proporções alarmantes (RAGO, 2008a, p.141- 142).

De toda forma deslocava-se qualquer responsabilidade do homem e concentrava-a sobre a mulher, condenando-a radicalmente.

As tentativas do Estado em regulamentar o comércio carnal com a aplicação das idéias médico-jurídicas da época, significava legalizar as formas de sequestro das mercadorias humanas “não-conformes”. Toda a investida prática da polícia de costumes ganharia fundamentação nos tratados médicos onde estes propunham formas de gerir a sexualidade insubmissa, sendo os atores principais na construção não de políticas públicas, mas do conceito da prostituição vista como doença. Tentava-se restringir o mal que dela deriva através de um conjunto de medidas administrativas, abrindo as casas de tolerância onde o comércio carnal era garantido pelo Estado, uma vez que médicos visitam regularmente esses estabelecimentos, procedendo ao exame das mercadorias humanas e seqüestrando aquelas que não estavam de acordo com o rigor científico que definia as características do sexo forte (PEREIRA, 1976; MAZZIEIRO, 1998; RAGO, 2008a).

Há aqui uma comparação que chama atenção logo que se toma contato com tais perseguições às prostitutas que não estavam sadias, uma vez que o Estado através de suas regulamentações passa a agir como *cáftens*, pois

enquanto as mulheres de condição humilde, filhas de proletários, operárias de fábricas, costureiras, lavadeiras eram perseguidas violentamente pelas autoridades públicas, muitas vezes por estarem complementando um salário miserável, a prostituição de luxo imperava soberana com o apoio de homens abastados. A este sistema o Dr. Alberto Seabra atribuía também a origem do rufião, “protetor da mulher contra a polícia de costumes”. Apontava os inconvenientes das casas de tolerância, onde os proprietários obrigavam as prostitutas a aumentar constantemente a taxa de consumo de bebidas alcoólicas, com o objetivo exclusivo de lucro, debilitando sua saúde (RAGO, 2008a, p.152).

Afirmção que reforça a idéia da prostituição de classe, onde a política sanitária nazista do Estado aplicava-se às mulheres que vendiam sua capacidade de trabalho, tornando-se objeto de consumo e, portanto, submetendo seus atos à vontade do comprador ou explorador que muitas vezes as usam para aumentar seu próprio capital.

“A defesa do abolicionismo girava em torno da vitimização da prostituta, seqüestrada numa rede de poder, tanto pelas caftinas, quanto pelas autoridades policiais, cúmplices daquelas” (RAGO, 2008a, p.153). A causa da prostituição deslocava-se da criminalidade, seja pela opção da vagabundagem, seja pelo fenômeno fisiológico daquelas que tinham necessidades sexuais insaciáveis ou dos fenômenos patológicos, que ligavam a prostituição à doença e conseqüentemente à morte, tendo como causa direta, apenas agora avaliada pelos cientistas sociais, quase exclusivamente, a miséria, tomada essa expressão em seu sentido mais amplo.

Um dos grandes atuantes nas críticas ao regulamentarismo foi o jurista Evaristo de Moraes, que em 1921 escreveu os Ensaio de Patologia Social e tinha como ponto forte de sua argumentação as investidas contra as posições regulamentaristas, uma vez que considerava um absurdo o Estado consentir com alguém que faça comércio com o corpo alheio. Ele “defendia a restrição do poder que as autoridades policiais exerciam sobre a vida do submundo” (RAGO, 2008a p.154) embora fosse a favor da repressão contra as “prostitutas escandalosas” quando essas praticassem atos que ofendessem publicamente a moral.

Segundo Evaristo de Moraes, um dos maiores criminólogos brasileiros da virada do século XIX para o XX, a prostituição era um “mal necessário” para

a preservação da moral no lar, não podendo ser considerada crime. Entretanto, ela foi criminalizada como "ato imoral" que ameaçava a vida social. Paralelamente a isso, existiu uma repressão médica, que perpassava a profilaxia da sífilis, e uma repressão moral contra os "escândalos" promovidos pelas meretrizes. Implantou-se, portanto, uma penalização quanto à "conduta anti-social (anti-higiênica ou desmoralizante)" das meretrizes que ofendessem a sociedade e o Estado. A Medicina foi uma forma de penalizá-la, pois a polícia devia capturar as prostitutas para exames médicos. Tratava-se, então, de um controle da sexualidade vista como criminosa pelo discurso da Criminologia: declarava-se ser necessário uma Polícia Sanitária para criminalizar a prostituição (MAZZIEIRO, 1998, p.147).

À medida que delineava o novo perfil da prostituta, muito mais associada à pobreza e à doença, a prostituição passa a ser assunto dos médicos e não mais da Polícia de Costumes que a tratava como criminalidade. Porém, como reverso da moeda temos a constatação da fragilidade e arbitrariedade médica própria de um sistema autoritário que atingia apenas uma parcela das prostitutas:

em particular, as "prostitutas públicas", mulheres de condição social inferior, que viviam em "pensões alegres", bordéis, casas de tolerância, nem sempre tão toleradas. Deixavam-se de lado, portanto, as meretrizes "clandestinas" consideradas mais perigosas e ameaçadoras, justamente por estarem fora do controle e as cocotes, em geral, mulheres protegidas por suas ligações com homens influentes e abastados, como os "coronéis. Além do mais, se as prostitutas pobres já eram mais estigmatizadas pela sociedade, o que não dizer de um sistema que favorecia verdadeira "caça às bruxas" comandadas pelas autoridades policiais? (RAGO, 2008a p.155)

Constata-se portanto, a ineficácia do regulamentarismo em todos os países onde ele fora implantado pois, da maneira repressora que foi exercido, mostrou-se "autoritário, violento, produto de uma vontade panóptica de domesticação da sexualidade feminina" (RAGO, 2008a p.156), não havendo espaço para a concepção salutar e cidadã às mulheres prostitutas.

O acentuado descaso do Estado na questão da prostituição e higiene pública, eram refletidos marcadamente nos discursos médicos que ressaltavam que todas as iniciativas higiênicas na luta contras as diversas doenças venéreas, especialmente a sífilis, haviam partido de particulares:

Enfatizando a importância da prevenção e educação sanitária da população, os higienistas abolicionistas defendiam o esclarecimento da

opinião pública sobre os problemas decorrentes das doenças venéreas, a separação dos conceitos de higiene e de polícia, com a realização de conferências populares, cursos gratuitos, instalação de postos de saúde e enfermarias nos hospitais, com atendimento gratuito à população e distribuição de medicamentos. Reconheciam a impossibilidade de eliminar o comércio do prazer nos grandes centros urbanos, mas posicionavam-se contra qualquer forma de cadastramento das meretrizes e contra a obrigatoriedade das visitas médicas e internamento das doentes (RAGO, 2008a, p.158).

Percebe-se no discurso regulamentarista um peso lançado à prostituta como se esta fosse a principal responsável pela existência da prostituição e das doenças venéreas, e portanto, criavam-se diversas hipóteses da origem e da solução para a prostituição, como por exemplo, as condutas ambientais que empurravam as mulheres à prostituição, isto é, melhorando as habitações e espalhando a educação, regulamentando-se o trabalho noturno das jovens eliminar-se-iam as causas da prostituição. “Educando-se moral e religiosamente a prostituta, facilitando-lhe o trabalho honesto, incentivando-lhe o casamento, contribuir-se-ia para sua reabilitação” (RAGO, 2008a p.161), assim,

focalizar a prostituta como fonte de todos os males não poderia deixar de ter efeitos bastante repressivos para ela que, se não era obrigada a ser fichada na polícia ou internada nos hospitais, devia ser convencida das profundas destruições que produzia no interior da sociedade (RAGO, 2008a p.162).

Como outras práticas sexuais extraconjugais operava-se todo um deslocamento conceitual na forma de percepção da prostituição e, que cada vez mais esta era associada à idéia de doença ou eminência de morte, especialmente após a divulgação dos trabalhos científico e biologizantes de Krafft-Ebing e Cesare Lombroso, este último, como já citado anteriormente, sendo de suma importância para a caracterização da mulher delinqüente.

O limite entre o legal e o ilegal na prostituição sempre suscitou inúmeros discursos polêmicos, dentre os quais a moralidade defendida por religiosos, mas o tema que há muito se faz presente, precisa ser tratado de forma polissêmica, uma vez que abrange diversos agentes ligados ao processo da prostituição.



### 3.2.2 A criminalização da sexualidade desviante

A São Paulo de 1870 a 1920 apresentava a prostituição como necessária aos impulsos libidinosos dos homens (MAZZARIOL, 1976), estereotipada como crime e equiparada à vagabundagem, fora confinada, regulamentada e duramente controlada por policiais e médicos.

Porém, a conduta não se restringia a atingir prostitutas e proxenetas<sup>11</sup>. “Acusados de perturbação mental, crime e doença: assim eram enquadrados homossexuais, estupradores e outros responsabilizados por "delitos sexuais" à época” (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248). Diversas foram as formas de criminalização da sexualidade onde toda conduta desviante deveria ser punida, nesse elenco incluía-se ainda os crimes passionais e o atentado ao pudor.

Dessa forma, a sexualidade da plebe não-proletarizada era criminalizada, definindo-se uma moral burguesa, em relação à qual todo desvio era considerado delito.

Fora da moral burguesa, portanto, não se admitia solução para a sexualidade. Os olhos de Polícia e Medicina acusavam a plebe não-proletarizada para lhe dizer que os homens e mulheres ali situados socialmente não estavam livres em nenhum momento, sequer na intimidade erótica.

Tais olhos revelavam-se ainda mais eficazes porque, qual novo Deus, em nome de Ciência e Lei, construíam-se como onipresentes, disciplinando todos, em tudo e para tudo. Criminalizar a sexualidade da plebe não-proletarizada era manter esse grupo social sob permanente suspeita, procedimento que podia deslocar-se para outras práticas e outras parcelas da população (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

Quando se trata de fazer um resgate histórico das tentativas de regulamentação da prostituição no Brasil, podemos presenciar São Paulo sendo a sede onde o primeiro debate acontece, em 1879:

O Chefe de Polícia disse ser necessário por um paradeiro na exploração dos cáftens, que expunham as mulheres nas ruas, propondo elaborar um regulamento sanitário-policia para as prostitutas, mesmo correndo o risco de com isto "dar ao vício o caráter de instituição". O empenho da autoridade

<sup>11</sup> Pessoa que ganha dinheiro servindo de intermediário para a prostituição de outrem; o mesmo que caftên; o proxenetismo é um tipo de lenocínio que consiste em manter prostíbulos para fins libidinosos (FERREIRA, 1999).

policial foi apresentado como visando a " impedir a especulação torpe dos traficantes da honra e da miséria de quem a perdeu", além das "afrontas ao decoro público por cenas de escândalos, perigosos exemplos que insultam a virtude e arrastam os espíritos fracos" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

A partir de Moraes, Mazzeiro explica que o delito de lenocínio foi institucionalizado internacionalmente desde 1895, pelo 5º Congresso Penitenciário Internacional, sediado em Paris.

Segundo os congressistas, era para Rio de Janeiro e Buenos Aires, as mais populosas cidades da América do Sul, que o tráfico de prostitutas se voltava, sendo originário de Áustria, Hungria, Polônia, Itália, Romênia e França. Na Conferência de Paris de 1902, os países presentes comprometeram-se a uniformizar as suas leis penais quanto ao tráfico de mulheres. Procurando manter a "ordem pública internacional, a Conferência facilitou a repressão e protegeu as vítimas dos traficantes". Em 1904, foi assinado um arranjo administrativo entre diversos países, inclusive o Brasil, visando à "vigilância nos portos de embarque, nas estações e nas agências de emprego, para o fim de serem evitados os manejos dos traficantes. (...) Foram fundadas, em vários países associações de patronato, para proteção das vítimas do tráfico e para a prevenção dos seus planos criminosos" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

No Brasil, o lenocínio apareceu como crime no Código de 1890, artigo 278, e foi caracterizado como:

1º) prestar assistência, habitação ou auxílio à prostituição;

2º) induzir mulheres, quer aproveitando de sua fraqueza ou constringendo à prostituição. No primeiro caso, estavam os proprietários de hotéis, casas de cômodos e similares e no segundo situavam-se os cáptens. A lei 2.992, de 25/09/1915, deu nova redação ao artigo 278 do Código Penal.

[...] a repressão ao lenocínio não devia se fixar somente naquele que explorava uma mulher mas sim atingir todos os que, de qualquer forma, colaborassem na prostituição, dela tirando proveito. Dessa forma, devia-se reprimir todos que, usando de licenças para explorar hotéis, na verdade criavam casas de tolerância, onde recebiam casais, até mesmo menores, "que freqüentavam esses antros com o fim exclusivo da satisfação dos desejos sexuais e para práticas de atos de libidinagem". Tais casas existiam perto dos locais onde faziam pontos as prostitutas, que ali se hospedavam durante curtos espaços de tempo numa mesma noite (AGUIAR, 1940, p. 15 e 28).

Em 1897, o então Chefe de Polícia de São Paulo, propõe intervenções da polícia para conter os escândalos das mulheres de vida pública, uma vez que essas envergonhavam as famílias e os estrangeiros. Motta (1897) publica um relatório com um folheto cujo título era "Prostituição, polícia de costumes e lenocínio", com o

objetivo de mostrar as medidas por ele tomadas para tais problemas. “Iniciou perguntando como devia ser tratada a prostituição: abandoná-la de forma que ela aparecesse em toda a sua "podridão"? Reconhecê-la e regulamentá-la? Reprimi-la como sendo um dos principais males da humanidade?” (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248). Seu principal argumento era de que

a liberdade individual não é princípio sem restrições. Invocar em favor dos viciosos os sagrados direitos da liberdade individual, é dar provas de muita ignorância, é pregar a dissolução dos costumes, é fazer a apologia do crime (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

A intenção não era propriamente regulamentar a profissão mas sim evitar ataques à moral e aos bons costumes, procurando garantir a paz das famílias, o decôro público, a moralidade das ruas. Foi criado um livro para registro de nome, idade e nacionalidade de cada uma, e 220 mulheres públicas, receberam as instruções para o registro compulsório (MAZZIEIRO, 1998).

Foram dadas as seguintes instruções aos guardas e às mulheres:

- a) Estavam proibidos os hotéis ou conventilhos, podiam as mulheres morar em casa particular, nunca em número superior a três, procurando evitar dessa forma o caftismo;
- b) As janelas das casas deviam estar com cortinas duplas e persianas, impedindo assim que o que ocorresse nos seus quartos fosse visto de fora; Não podiam chamar, provocar nem conversar com os transeuntes;
- d) De noite, as persianas dos quartos deviam ficar fechadas e elas não podiam ficar na porta da casa;
- e) Deviam se vestir de forma decente e cobrindo todo o corpo, principalmente o busto;
- f) Deviam guardar todo o recato nos teatros e divertimentos públicos, não podendo conversar com homens nesses lugares. "Julgamos necessário reduzir a escrito e publicar essas instruções sob o título de Regulamento Provisório da Polícia de Costumes", sendo entregues cópias às mulheres (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

A inscrição policial da prostituta, disponibilizava um cadastro constando a identidade pessoal e os exames médicos compulsórios dela, e conseqüentemente, proibia o exercício da profissão àquelas que não estivessem de acordo com o sistema da polícia de costumes (PEREIRA, 1976; RAGO 2008a; MAZZIEIRO, 1998) . Porém, o que de fato ocorreu foi que quanto maior a repressão policial, maior o número de

não inscritas, já que a regulamentação selou a própria insubordinação.

Na virada do século, foi prática corrente do aparelho policial fazer com que prostitutas, vadios, mendigos e bêbados por hábito assinassem "termo de bem viver". Esse poder de polícia ainda se tornou mais pronunciado na lei 147, de 1902, que dizia que a polícia devia "ter sob sua vigilância as prostitutas, providenciando contra elas sem prejuízo do processo competente, da forma mais conveniente ao bem-estar da população e a moral pública" (ABREU, 1968, p. 17).

Para Moraes, tendo uma causa sócio-econômica, a prostituição satisfazia aos instintos libidinosos e garantia a moral familiar. Entretanto, a polícia de costumes a tratava como crime. Assim, ele perguntou: qual a utilidade da intervenção policial na "indústria insalubre da prostituição"? Era ela uma forma de garantir a "qualidade da mercadoria"? Segundo o autor, mesmo na França, país de origem da polícia de costumes, com as instituições anexas - dispensário sanitário e hospital-prisão -, ela sofria severas críticas. A polícia de costumes não tinha fundamento legal, reprimia unilateralmente, atingindo somente a mulher. Além disto, era uma forma de "perseguição à gente pobre, ao proletariado do amor venal", modalidade de repressão capitalista. No Brasil, as prostitutas ficavam entregues ao arbítrio policial, dependendo da vontade da autoridade, pois, legalmente, não existia criminalidade em seus atos (MAZZIEIRO, 1998, p. 247-248).

Em 1908, criou-se uma nova tentativa de disciplinar o meretrício em São Paulo. Já em 1913, o assunto foi tratado na Câmara de São Paulo e continha a seguinte proposta, que não fora aprovada (FONSECA, 1982):

- a) Proibição de localizar casas de prostituição nas ruas movimentadas e perto de: quartéis, colégios, escolas, fábricas, templos, teatros e outras casas de diversão;
- b) Elas precisariam ter permissão para funcionarem; as casas não podiam distinguir-se por qualquer sinal;
- d) Incluíram-se os hotéis e pensões que recebessem prostitutas;
- e) Ficavam proibidos nessas casas jogos, bailes, reuniões e venda de bebidas e comestíveis;
- f) Os responsáveis pelas casas deviam ser registrados;
- g) As prostitutas deviam se submeter a um exame médico e receber uma caderneta de saúde, além de se sujeitar à inspeções médicas;
- h) As doentes deviam ser internadas em um hospital até a cura;
- i) As menores de 18 anos deviam ser entregues aos juízes de órfãos;
- j) Proibia-se a entrada de menores nas casas;

k) As prostitutas não podiam exibir-se nas portas e janelas.

Propostas estas que possivelmente remetem à herança da época do coronelismo.

### 3.2.3 O discurso médico e suas influências sociais

Uma vez que o discurso policial sobre a prostituição caía na impraticidade, aliou-se a ele, um discurso médico e sanitarista, regulando as lentes que agora visava a repressão ao lenocínio e o atentado ao pudor.

A Academia Nacional de Medicina propôs em 1914 a regulamentação do meretrício como forma de acautelar "os interesses de uma raça, tornando-a sadia e vigorosa". Via-se pois a prostituição como uma doença social, que devia ser tratada, com o saber médico controlando a sexualidade e esquadrinhando o corpo humano quanto ao seu desejo sexual. A regulamentação, dentro dessa visão de profilaxia, procurava preservar o "futuro" da raça ameaçada pelo desregramento. Dessa forma, ela "não é uma medida imoral que afronte os brios sociais". Dentro da moral burguesa, cabia a prostituição desde que controlada pela polícia e pelos médicos (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

Dessa maneira, o sistema policial aplicado, tanto do ponto de vista jurídico como médico, fora considerado arbitrário e inútil, podendo ser inclusive prejudicial à solução do problema da defesa coletiva contra o meretrício. Os juristas e médicos contrários à regulamentação alegavam que ela seria a forma de reconhecimento público da prostituição (MAZZIEIRO, 1998).

A medicina se transformava num poder de polícia usando o controle da saúde pública como forma de controle da sexualidade em nome de preservar a saúde da burguesia e manter a classe trabalhadora com um mínimo de saúde para a produção. Além disto, julgava-se necessário criar o medo da sífilis, o "mal do século", e de outras doenças venéreas como forma de controlar os "desregramentos sexuais". A saúde pública, exemplificada no tratamento das doenças venéreas, era uma forma de exercício do poder do Estado, justificando-se o controle sobre a saúde dos trabalhadores para existirem "cidadãos inteligentes e laboriosos, prósperas manufaturas, agricultura produtiva" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

Em 1915, Silveira preocupado com a disseminação das doenças venéreas entre a

sociedade e especialmente a sífilis, sugeriu as seguintes medidas de controle (MAZZIEIRO, 1998):

- a) Casamentos possíveis apenas mediante atestado médico negando a existência de qualquer doença venérea;
- b) Amas de leite examinadas por médico da saúde pública;
- c) Distribuição gratuita de remédios;
- d) Multar as prostitutas doentes que continuassem a exercer a "ignóbil profissão";
- e) Isolar as mulheres contaminadas;
- f) Penas para os sífilíticos transmissores;
- g) Distribuição de folhetos sobre a profilaxia da doença;
- h) Conferências sobre as moléstias;
- i) Fixar a responsabilidade civil e criminal nos casos de contaminação;
- j) Punir severamente o lenocínio;
- k) Educação sexual dos soldados e marinheiros.

O Departamento Nacional de Saúde, em 1920, adota o critério da prevenção e da cura das moléstias venéreas sem coação tendenciosa das prostitutas que até então, eram consideradas as maiores propagadoras da sífilis entre os homens de família. Mas em contrapartida, segundo os relatos de Moraes, as mulheres doentes fugiam dos exames e a posicionamento médico-policial foi entender que "a prostituição deve ser tratada como indústria insalubre (...) para as quais se decretam medidas higiênicas de defesa coletiva" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

O saber médico tinha o poder de polícia. A medicina buscava esquadrihar a prostituição em nome de conter os desregramentos. A relação entre Medicina e Criminologia, portanto, foi a maior possível no tratamento da questão (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

Os higienistas, juristas e outros profissionais começam então um debate quanto ao meretrício, analisando se este deveria ser abandonado, regulamentado ou reprimido. Defendia-se ainda uma repressão policial direta à prostituição, porém, essa discussão ficou no nível do discurso pois, efetivamente, a repressão aberta foi constante.

Com o argumento de que as mulheres públicas devem estar sujeitas à vigilância imediata da polícia e considerando necessário uma segregação urbana, começa então o que hoje vimos como marginalidade, na essência de sua proposta, que é pôr à margem àqueles que possuem condutas desviantes do que a sociedade contempla como normalidade. E para facilitar o controle da polícia, elas deviam, então, residir em determinadas ruas, agrupadas e que não fosse passagem de crianças, moças e trabalhadores. Daí temos, por exemplo a expulsão das prostitutas da Zona do mangue no Rio de Janeiro e a configuração da atual Vila Mimosa (PEREIRA, 1976; RAGO, 2008a; LEITE 2009; MAZZIEIRO, 1998).

Segundo Moraes, devia-se preservar a liberdade sexual desde que o indivíduo não prejudicasse o outro ou à sanidade pública. A prostituição, nessa perspectiva, não era um delito mas devia-se reprimir os abusos: todos "que atentem contra o pudor público, devem ser punidos, como o são os abusos de outras atividades humanas", reprimindo-se atos e palavras imorais, livros, folhetos e jornais obscenos, discussões com expressões torpes em vias públicas, atos de "libidinagem nos cinemas, nos bondes, nas grandes aglomerações". Para ele, da mesma forma que com relação a vagabundagem, alcoolismo e lenocínio, as medidas preventivas e repressivas tomadas "só servirão para atenuar esses deploráveis efeitos da organização social-econômica e das imperfeições individuais" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

O autor apresenta que "tudo o que perpassava a sexualidade externa à norma burguesa (família, procriação, propriedade, herança) era criminalizado de uma forma ou de outra, considerando-se fundamental a existência de diversas formas de esquadrinhamento" (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248). Por conta de tais medidas disciplinadoras dos desregramentos sexuais até mesmo os bailes populares receberam normas de controle.

Em 1924, com a lei 2.034 foi oficializada a criação a Delegacia de Costumes e

Jogos. “Pelo decreto 4.405-A, de 17/04/1928, todas as delegacias deveriam ter o livro de registro de prostitutas, que passaram a ser controladas também pela guarda civil” (FONSECA, 1982, 159-163).

Se a prostituição não se constituía legalmente em crime, apesar de todas as formas de criminalização que o Estado lhe impunha, a exploração do meretrício, pelo direito penal, o era. Os indivíduos que praticaram o proxenetismo foram, portanto, controlados, reprimidos, presos e expulsos (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

Mazzieiro (1998) relata que pregava-se que, se a prostituição fosse tolerada e regulamentada, conseqüentemente seria feita uma apologia ao cativeiro oficial, o que segundo o autor transformaria as mulheres em escravas da dona da casa, sendo o regulamentarismo o pior dos sistemas: “nesse sistema, elas não podiam sair da casa, não tinham o direito de escolha, transformando-se numa "máquina" de produzir satisfação para os homens e dinheiro para a dona da casa” (MAZZIEIRO, 1998, p.247-248).

É a partir do desenvolvimento urbano de São Paulo, que aparece a figura do cáften profissional, que tinha suas funções ligadas à competitividade e a violência da prostituição. Buenos Aires e Rio de Janeiro eram as principais cidades do tráfico internacional de mulheres na América do Sul, sendo que a proximidade de São Paulo em relação ao Rio de Janeiro atraíam os exploradores de mulheres. Apesar da grande imigração para São Paulo, somente o tráfico pode explicar o número de estrangeiras das mais diversas nacionalidades existentes na prostituição da Paulicéia (MAZZIEIRO, 1998).

Segundo Ortega (2000), para alterar o estigma que fora criado pelos discursos sociais acerca das prostituídas, em 1982, iniciou-se em São Paulo um movimento entre as meretrizes que buscou transformar a prostituição numa atividade profissional que tem seu valor social e direitos como qualquer outra categoria de trabalhadores. “Além de direitos trabalhistas, elas reivindicam também que a prostituição seja descriminalizada para que possam legalizar e sindicalizar as suas



associações” (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007, p. 70).

Castro (1995), reafirma que a questão da prostituição perpassa a representação social de “mulher direita” e da “prostituta”, o que poderia nos fazer compreender suas reivindicações pela causa da profissionalização de seu trabalho, mas ajudaria também a compreender como o projeto de lei nº 98/2003 tramita ainda pelo congresso nacional sem aprovação, uma vez que o discurso acerca dos valores sociais e comportamentos antagônicos com o padrão naturalizado estariam em questão. Caso o projeto de lei fosse aprovado a mulher prostituta passaria a assumir dupla identidade, o que de certa forma seria uma aprovação lícita para que ela circulasse em ambos universos, o das prostitutas e os das mulheres direitas.

Apesar dessas duas figuras “se estruturar[em] com vergonha e culpa, configura-se como uma estratégia de sobrevivência dentro das sociedades contemporâneas, que mantêm sofisticados esquemas ideológicos de controle social e poder” (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007, p. 70). Citando Castro (1988) acerca da utilização do discurso culpabilizante e vitimizador que leva à prostituição, este é utilizado como ferramenta de controle social dos mais eficazes:

A culpa garante a necessidade da ação encoberta, que se fosse desvelada, no caso da prostituição, geraria uma alteridade diante do sistema, no reconhecimento da sexualidade como expressão legítima de afeto e prazer (CASTRO, 1988, p. 127).

Ou seja, o corpo sexualizado da prostituta e a possibilidade dela obter prazer com a sua profissão é extremamente ameaçador para a sociedade (CASTRO, 1988), assim como reafirmado pelos estudos de Rago (2008a), uma vez que todas as representações ideológicas da sexualidade da mulher criadas e afirmadas no imaginário social seriam desconstituídas e necessitariam de novas configurações.

Possíveis mudanças ao “habitus” da dominação masculina, ou seja, a lei social incorporada e instituída por linhas que demarcam até onde vai o feminino (BOURDIEU, 2002) são vistas como ameaça. Nesse sentido, o feminino é tido como secundário ao masculino, subalterizando-o, restringindo a mulher ao papel de procriadora, inclusive no processo produtivo das relações de trabalho.

Se as mulheres “legítimas” são condicionadas à instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico e social da política masculina (BOURDIEU, 2002), destinadas a circular como signo fiduciário e moeda de troca, o que dizer das mulheres prostituídas? Seria a força simbólica impressa nos signos de comunicação<sup>12</sup> capazes de se tornar instrumentos de dominação, que influenciariam na não resolução dos dilemas legislativos à respeito da profissionalização da profissão do sexo? Veremos à seguir as diversas tentativas de regulamentação da prostituição debatidas no Brasil para, *a posteriori*, tentar elucidar tais questões.

### 3.3 TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO NO BRASIL

Como podemos perceber, no contexto das modernas sociedades a prostituição vem sendo alvo de muitas tentativas de controle e regulamentação. “Diferentes arranjos legais têm sido colocados em prática em vários países do ocidente” (TEDESCO, 2008, p.9). Esses arranjos baseiam-se nos três sistemas legais que apresentou-se anteriormente: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo (TEDESCO, 2008; PEREIRA, 1976; SILVA, 2005).

O sistema adotado no Brasil desde 1940 quando entra em vigor o atual Código Penal é tido como “abolicionista” proibindo a repressão direta à prostituta, porém, punindo todos que de alguma forma forem considerados seus agenciadores.

Tedesco (2008) relata os trabalhos de Fonseca e Pasini, apresentando que por trás dessa “punição seletiva” formou-se a visão da prostituta enquanto vítima que exerce sua atividade por coação de um terceiro (os cáftens). Tal sistema - abolicionista - parece de qualquer forma oscilar entre a vitimização e a demonização dos sujeitos. “Isso parece deixar claro o recorte de gênero e os valores que nortearam os abolicionistas do nosso código penal” (TEDESCO, 2008 p.9). Já, quanto à sua funcionalidade, em suas pesquisas a autora aponta a possibilidade desse sistema

---

<sup>12</sup> Bourdieu (2002) numa leitura estritamente semiológica apresenta a transação matrimonial, numa ótica meramente “marxista” (modo de produção propriamente econômico) como um signo de comunicação que visa conservar e aumentar a força simbólica do capital social masculino.

abrir portas para a corrupção, destacando a propina paga aos policiais como um recurso recorrente.

Tedesco (2008) esclarece que no Brasil a maneira de tratar a prostituição foi influenciada pela longa história de escravidão: “Numa cidade em que a maior parte do trabalho era associado à escravidão, reconhecer que uma mulher de maior idade podia ser coagida ao trabalho sexual não era nada difícil” (PEREIRA, 2005 p 41).

Foi assim, em meio aos debates sobre o futuro das relações de trabalho que a prostituição se transformou num assunto da incumbência do Estado no Brasil (...) essa situação levou ao fortalecimento da associação entre escravidão e prostituição, tornando cada vez mais impensável que o Estado assumisse o papel de “senhor” das prostitutas, regulamentando seu trabalho. Em meio à intensificação dos debates sobre o fim da escravidão, a intervenção estatal para sancionar a exploração do trabalho sexual de uma prostituta era considerada por todos os consultados como escandalosa (PEREIRA, 2005, p.41).

Em abril de 2002, entrou no ar a versão on-line do “Beijo da Rua”, jornal voltado para prostitutas, com periodicidade mensal, confeccionado pela ONG DaVida. Seu objetivo era a publicação do cotidiano das profissionais do sexo e sobre aspectos gerais de saúde, principalmente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS. Além de ter uma linguagem facilitada e ampla para a mulher prostituta, ele apresentava as principais discussões no mundo sobre a luta pela cidadania, Direitos Humanos, Legislação e outros temas de interesses da categoria, mostrando que as prostitutas não precisavam tem vergonha de lutar por seus direitos. O “Beijo da Rua” não recebe novas edições desde 2007.

A prostituição da rua (*trottoir*), a prostituição em casas e a virtual possuem regras e códigos, ou seja, leis que regulamentam suas condutas neste universo, variando de local pra local.

Assim em certos lugares as prostitutas pagam apenas o valor da utilização do quarto da casa para o programa; em outros locais há uma porcentagem pelo valor cobrado pelo programa; há lugares que “pagam a dose” para a prostituta, ou seja, um percentual em cima do valor que o cliente consumiu em bebida. Também encontrei a prática de “pagar salão”, um valor diário pré-estabelecido pago pelo dono/a da casa para garantir a permanência das mulheres nos locais que se não conseguissem nenhum programa na noite, teriam pelo menos um valor fixo por disporem de seu tempo na boate e fazer os clientes beberem (TEDESCO, 2008, p.9).

Na verdade, o que há é uma grande necessidade de local para exercer a profissão, e quando alguma prostituta sai das casas e boates acaba se sujeitando à todos os perigos que o sub-mundo apresenta.

Na necessidade de proteção, Tedesco (2008) verificou as associações com os agenciadores, sejam eles rufiões, gigolôs ou até mesmo a polícia, mas de qualquer forma há um preço, um “pedágio” a ser pago para receber a proteção, seja ela na rua ou nas casas. Já o serviço oferecido pela internet, também tem seu custo, uma vez que elas precisam pagar a mensalidade de locação no site, além da produção das fotos que serão exibidas para os futuros clientes e, nem por conta disso, estão livres do não recebimento pelo serviço prestado ou de qualquer violência que o programa possa incorrer.

Dessa maneira o debate acerca da regularização da profissão do sexo, assim como a presença dessas regras informais,

acaba colocando em relevo os limites e paradoxos dos ideais de “trabalhador assalariado” e “trabalhador autônomo” nas relações de subordinação e de interdependência entre prostitutas e empresários, uma relação de trabalho que legalmente “não existe”, pois se ter casas de prostituição é ilegal, ser dono/a ou gerente delas é rufianismo. Antes de qualquer coisa é preciso dar visibilidade à prostituição e seus agentes (TEDESCO, 2008, p.9).

O cotidiano dessas mulheres atravessado pela violência é o principal foco de luta da Rede de Prostitutas do Brasil e por isso foi pautado como projeto de lei em 2003 e em 2004, na tentativa de regulamentar a profissão do sexo, fazendo com que a CLT pudesse abranger tal categoria de trabalhadores.

O primeiro e mais conhecido projeto de lei foi o do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira (PV-RJ) que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal. Tal projeto, visa decretar que:

Art. 1º É exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

§ 1º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não.

§ 2º O pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar(GABEIRA, 2003, p.1).

Sua justificativa parte do princípio que a prostituição é uma atividade contemporânea à civilização. Embora seja reprimida com violência e estigmatizada, a atividade subsiste a própria sociedade que a condena, mas que também a mantém, alegando que se não houvesse demanda, não haveria a oferta de tais serviços. A violência imposta a tal atividade, e que nunca logrou êxito à sua extinção, demonstra que o único caminho digno é admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. A hipocrisia que perpassou durante décadas acabou por relegar e associar a prostituição ao crime.

O primeiro passo para isto é admitir que as pessoas que prestam serviços de natureza sexual fazem jus ao pagamento por tais serviços.

Esta abordagem inspira-se diretamente no exemplo da Alemanha, que em fins de 2001 aprovou uma lei que torna exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual. Esta lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2002. Como conseqüência inevitável, a iniciativa germânica também suprimiu do Código Penal Alemão o crime de favorecimento da prostituição – pois se a atividade passa a ser lícita, não há porque penalizar quem a favorece.

No caso brasileiro, torna-se também conseqüente suprimir do Código Penal os tipos de favorecimento da prostituição (art. 228), casa de prostituição (art. 229) e do tráfico de mulheres (art. 231), este último porque somente penaliza o tráfico se a finalidade é o de incorporar mulheres que venham a se dedicar à atividade.

Fazemos profissão de fé que o Legislativo brasileiro possui maturidade suficiente para debater a matéria de forma isenta, livre de falsos moralismos que, aliás, são grandemente responsáveis pela degradação da vida das pessoas que se dedicam profissionalmente à satisfação das necessidades sexuais alheias (GABEIRA, 2003, p.2-3).

Tal projeto de lei vem causando várias discussões e polêmicas nos diversos segmentos da sociedade brasileira. O grupo conservador que se posiciona contrário por questões religiosas. Na mesma linha, a corrente moralista posicionou-se negativamente porque não admitiu a prostituição como uma realidade. E, por último, aqueles que nada tem fundamentado à respeito da proposta, entretanto, por se

tratar de um direito da minoria, e, diante do constrangimento sobre o tema, manifestam-se defavoráveis à aprovação.

Destaque-se que o projeto de lei apresenta como justificativa principal que a regulamentação tornaria possível uma série de providências de ordem sanitária, assistencial médica, social e de política urbana, com o fim de não estimular a indústria da prostituição, ainda, prevenindo-se os seus efeitos indesejáveis, como a exploração dessas mulheres, principalmente no combate à prostituição infanto-juvenil.

Visa tornar mais digna a vida das prostitutas, especialmente das mulheres mais velhas que sem direito à aposentadoria e para sobreviverem se aviltam, cobrando preços mais baixos, expondo-se às práticas insalubres, como fazer sexo sem camisinha, diante de um mercado extremamente competitivo. Ademais já existe no Ministério do Trabalho registro prevendo a ocupação das profissionais do sexo. Assim, o reconhecimento da atividade das prostitutas viria legitimar os seus direitos trabalhistas, dando um pouco de dignidade e respeito às mulheres prostituídas.

Outra tentativa de regulamentar a profissão do sexo veio com o Projeto de Lei nº 4.244/04 formulado pelo Deputado Federal Eduardo Valverde (PT-RO) com a pretensão de instituir a profissão de “trabalhadores da sexualidade”. Suas propostas em parte assemelham-se as de Fernando Gabeira, estabelecendo e garantindo os direitos para os que a exercem, inclusive os previdenciários.

O projeto estabelece “o acesso gratuito dos profissionais aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis, bem como à informação sobre medidas preventivas para evitá-las”. Já seus argumentos tomaram como exemplo a legalização da prostituição na Holanda, para ordená-la juridicamente, adequá-la à realidade atual e “melhor controlá-la, impondo regras para sua prática e penas aos abusos e transgressões” (VALVERDE, 2004).

Segundo este projeto lei, que tramitou por apenas um ano, sendo vetado em 2005

pela Câmara dos Deputados, seria exigível o registro profissional, a ser emitido pela Delegacia Regional do Trabalho e renovado anualmente. Foram definidos ainda quem era os profissionais da sexualidade: a prostituta e o prostituto, a dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, a garçonete e o garçom que trabalhassem em estabelecimentos cuja atividade secundária é o apelo à sexualidade, a atriz e o ator de filmes pornôns, os acompanhantes que prestassem serviços íntimos aos clientes e massagistas de casa que tivessem como finalidade o erotismo e o sexo e até os gerentes de prostíbulo. Seus direitos foram assim definidos:

a - Poder expor o corpo, em local público aberto definido pela autoridade pública competente;

b - Ter acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventivas de combate às doenças sexualmente transmissíveis;

c - Ter acesso gratuito aos esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar as doenças socialmente transmissíveis;

Art.5º - Para o exercício da profissão de trabalhador da sexualidade é obrigatório registro profissional expedido pela Delegacia Regional do Trabalho (VALVERDE, 2004. p.1-2).

Para a revalidação do seu registro como profissional do sexo seria obrigatório a apresentação da inscrição como segurado do INSS e do atestado de saúde sexual, emitido pela autoridade de saúde pública, anualmente, parecendo remontar às exigências das antigas Delegacias de Costumes. Vale apresentar os demais artigos da proposta de lei:

Art.6º- É vedado o labor de trabalhadores da sexualidade em estabelecimentos que não tenham a autorização das autoridades públicas em matéria de vigilância sanitária e de segurança pública.

Art.7º - Os trabalhadores da sexualidade poderão se organizar em cooperativas de trabalho ou em empresas, em nome coletivo, para explorar economicamente prostíbulo, casas de massagens, agências de acompanhantes e cabarés, como forma de melhor atender os objetivos econômicos e de segurança da profissão.

Art.8º - O trabalho na prostituição é considerado, para fins previdenciário, trabalho sujeito às condições especiais (VALVERDE, 2004. p.1-2).

Porém, há de se ressaltar que as próprias prostitutas se manifestaram desfavoravelmente a tal projeto, uma vez que seria um retorno à ação disciplinadora da medicina. Já o de Fernando Gabeira parece ter tido melhor receptividade pela

categoria, refletindo-se inclusive, em 2010, na candidatura à Deputada Federal pelo PV-RJ de Gabriela Leite, fundadora da ONG DaVida e da Rede de prostitutas do Brasil. Sua campanha já mostrava sinais de um novo Projeto de Lei, que deverá ser apresentado à Câmara dos Deputados em Brasília – DF, no intuito de consolidar a luta pela cidadania de milhares de profissionais do sexo no Brasil.

Já a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), que descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação), passou por uma intensa revisão ao final da década de 1990, e a nova versão resultante, a CBO – 2002<sup>13</sup>, introduziu novos conceitos como o de família, de ocupações, apresentando uma estrutura mais simples e enxuta que a versão de 1994.

Silva (2005) detalha a CBO, relatando que essa possui aproximadamente 10 grandes grupos, 47 subgrupos principais, 192 subgrupos e 592 grupos de base ou famílias ocupacionais<sup>14</sup>. Essa nova versão da CBO toma com referência a última versão da International Statistical Classification of Occupations – ISCO – 88.

Na nova versão do CBO, foi elaborada uma nova família ocupacional incluindo os itens 5198 e 5198-05<sup>15</sup>, que abrange os profissionais do sexo com as seguintes

---

<sup>13</sup> A CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. Os efeitos de uniformização pretendida pela CBO são de ordem administrativa e não se estendem as relações de trabalho. Já a regulamentação da profissão, diferentemente da CBO é realizada por meio de lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores, e levada à sanção do Presidente da República (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, acesso em 08/07/2011).

<sup>14</sup> Para saber mais sobre a divisão de grupos, subgrupos e detalhes da CBO 2002, consultar o site do MTB: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>

<sup>15</sup> O grupo cinco é referente aos trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em geral, tendo como subgrupo principal, de nº 51, os trabalhadores do serviço, e por fim, o subgrupo de nº 519, outros trabalhadores de serviços diversos. Resultado da família encontrada para o item 5198-05: Profissionais do sexo. Títulos para a função: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo. Descrição sumária da profissão categorizada: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e



delimitações (SILVA, 2005):

Aqueles que trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, rodovias e em garimpos, atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos em horários irregulares, podem estar expostos à inalação de gases de veículos, a poluição sonora e a discriminação social. Como há indícios de contágios de DST e maus – tratos, violência de rua e morte, será preciso uma formação e experiência, sendo necessário que os trabalhadores participem de oficinas sobre o sexo seguro, oferecidas pelas associações da categoria (SILVA, 2005).

Outros cursos complementares de formação profissional, como, por exemplo, curso de beleza, de cuidados pessoais, de planejamento de orçamento, bem como cursos profissionalizantes para rendimentos alternativos também deverão ser oferecidos pelas associações, em diversos Estados. Os profissionais só devem ser considerados plenamente formados, após dois anos de experiência (SILVA, 2005).

O acesso à profissão será livre aos maiores de dezoito anos, e foi definido também o nível de escolaridade média: de quarta a sétima séries do ensino fundamental.

Foi definida também as áreas de atividades, como por exemplo: batalhar programa (conquistar o cliente); minimizar as vulnerabilidades; atender e acompanhar os clientes; administrar orçamento; promover a organização da categoria, realizando ações educativas no campo da sexualidade(SILVA, 2005).

Sobre suas competências pessoais, é necessário que esses profissionais demonstrem capacidade de persuasão e de expressão gestual na realização de fantasias eróticas, proporcionando prazer e agindo com honestidade e paciência (SILVA, 2005).

É preciso ainda planejar o futuro, prestando solidariedade aos companheiros e sabendo ouvir atentamente (entende-se que esse item refere-se aos clientes e

---

procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, acesso em 08/07/2011).

também aos companheiros de profissão associados). Respeitar o código de não cortejar companheiro de colegas de trabalho, cuidar da higiene pessoal, demonstrar capacidade lúdica, comunicação em língua estrangeira, respeitar o silêncio do cliente, ter sigilo, demonstrando ética profissional, são pontos também contemplados na Classificação Brasileira de Ocupação (SILVA, 2005).

Quanto aos recursos de trabalho do profissional do sexo foi traçado o seguinte: é preciso um guarda – roupa característico com roupas de batalha; preservativo masculino e feminino; cartão de visita, agenda e celular; documento de identificação; gel lubrificante à base de água; papel higiênico, lenços umedecidos e álcool pra asepsia; acessórios, além da maquiagem (SILVA, 2005).

Como na época essa nova família de ocupações causou uma grande repercussão na imprensa e na sociedade, foi através do requerimento de informações nº 707/2003, confeccionado pelo ex-deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP) sobre tal ocupação, endossado pelo ex-Deputado Miguel Martini (PHS-MG) que também solicitou informações sobre a nova família ocupacional da CBO que o MTE então comprometeu-se a tomar providências, conforme nota assinada em 04/05/2005:

Tendo em vista os recentes questionamentos envolvendo a família ocupacional 5198 - Profissionais do Sexo, comunicamos que o MTE estará realizando convalidações/revisões, para esta e outras famílias ocupacionais representadas no documento CBO, visando à implementação de ajustes que, eventualmente, se fizerem necessários (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005).

Hoje, quando procurado sobre a família ocupacional nº 5198 no site do MTE, encontra-se a família ocupacional porém, sua caracterização de acesso e exercício da profissão do sexo, assim como exposto por Silva (2005), não estão mais disponíveis no site do MTE. Além disso, pode-se encontrar uma nota à imprensa com explicações sobre o possível erro na atualização da CBO:

Nota à imprensa – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Brasília, 04/05/2005 - Nas últimas semanas, reportagens e notas na imprensa fizeram referência à presença na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, da ocupação de

profissional do sexo, como se o Ministério, por decisão política, estivesse estimulando ou oficializando tal ocupação. Parlamentares chegaram a tentar relacionar o fato com posições políticas, o que não cabe, por se tratar de trabalho técnico, por sinal concluído e publicado ainda no governo anterior. Em razão dessas ilações, cabe o seguinte esclarecimento:

#### Classificação Brasileira De Ocupações – CBO

A nomenclatura CBO-2002 foi elaborada a partir do padrão da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO-88, sigla em espanhol e ISCO-88, sigla em inglês), elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil é signatário da classificação internacional.

Dentre os vários usuários da CBO, podemos citar o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social, que associam a ocupação exercida à incidência de doenças, entre outros usos. Por exemplo, interessa ao Ministério da Saúde identificar e quantificar os profissionais do sexo e trabalhar junto a suas associações nas campanhas de informação sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Os resultados obtidos nas campanhas de informação sobre AIDS fez do Brasil referência mundial de sucesso no controle da doença. A existência de um código e a organização desses profissionais facilita tanto o trabalho dos ministérios como potencializa a eficácia dos programas de disseminação de informações (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005).

Desde a década de 90 do século passado a ONU, atendendo a reivindicação do movimento de mulheres em termos mundiais, vem reconhecendo e formulando em seus tratados internacionais, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, considerados também, como Direitos essenciais a uma vida digna e cidadã. No entanto, limitações impostas pelo preconceito, pela incompreensão e pela intolerância determinam a exclusão social de grande parte da população brasileira, que trava uma luta diária para sobreviver minimamente. Assim, o exercício da cidadania para essa população excluída e até marginalizada, ainda está por ser construído.

No caso da profissão do sexo, a principal tarefa é a desconstrução dos valores, tabus e preconceitos formados ao longo da construção da sociedade. Sendo necessário ao entendimento da questão uma abordagem multidisciplinar, articulando a temática “condição feminina” com as questões da violência, aprofundando duas componentes que parecem essenciais: a organização do Estado e das sociedades baseadas nas desigualdades entre mulheres e homens, a identidade de gênero.

Dessa maneira, Silva (2005) expõe que para falar em cidadania, devem-se incluir também os chamados direitos econômicos, que unidos aos direitos sociais, passam

a ser tratados como direitos de trabalho remunerado, que compreende o direito de toda pessoa ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, respaldados por lei e com dignidade. O autor explica ainda que a modernidade exige que os direitos individuais sejam vistos através de uma dimensão maior, onde o individual respeite o coletivo, onde o direito esteja em harmonia com o dever.

Porém, surge a discussão entre o que são direitos coletivos e difusos, parecendo ser desfavorável à uma questão pertinente à minorias, como a prostituição. Na busca da cidadania, o direito de ter direito perpassa os direitos humanos, muito mais amplos por serem universais, adotados e proclamados pela Assembléia Geral da ONU. Nesta declaração, os direitos humanos são indivisíveis e inalienáveis e sua conquista tem sido uma luta constante de todos os povos. A cidadania, apesar de ser reconhecida pelas constituições de todos os países membros da ONU, não tem conceituação única para todas as sociedades, uma vez que cada qual apresenta sua particularidade e, como agravante, dificilmente apresentam a concretude proposta no cotidiano exatamente pela falta de adesão na prática social (SILVA, 2005). Já quanto ao campo do trabalho, embora não haja nenhum amparo legal que regulamente esta profissão, dando à ela direitos trabalhistas inerentes à quaisquer categorias, a dubiedade criada é, se ser prostituta sem ter agenciadores não é considerado crime, não há então porquê se falar em legalização da prostituição.

No entanto, o Código Penal não se refere à prostituição em si, a pessoa que pratica sexo com outra pessoa e obtém lucro para si. Deduz - se que a pessoa que lucra com seu próprio ato sexual não está cometendo nenhuma infração penal, visto a inexistência de definição desta prática como crime e, segundo a Constituição brasileira, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal<sup>16</sup>. De tal maneira, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não inclui, entre as categorias de trabalhadores, esta atividade, nem existe nenhuma

---

<sup>16</sup> Ameaçar com pena ou castigo no caso de infração ou falta de cumprimento de contrato, ou de preceito, ordem, mandato, etc. (DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, 1999, p. 509).

norma em outro ramo do Direito.

Entretanto, Silva (2005) apresenta algumas determinações, para o caso da lacuna existente na lei: na falta de disposições legais e contratuais as autoridades administrativas e a justiça do trabalho decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de Direito. Será imprescindível considerar o Direito do Trabalho e o Direito Comparado, que versa sobre os usos e costumes de cada sociedade (Estado), levando em consideração os ordenamentos jurídicos que lhe são próprios, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público. Assim, o direito comum será fonte subsidiária do Direito do Trabalho, naquilo em que for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Para Silva (2005) o profissional do sexo, tanto homem quanto mulher, como qualquer outra pessoa, é sujeito capaz de direitos e obrigações na ordem civil. Se o Código Civil ampara, sem distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos Direitos Civis, seria possível então dizer que não existe na legislação brasileira nenhuma proteção à este trabalho, ofício ou profissão?

Dessa maneira, o que pode-se notar é que o Brasil ainda carece de avanços em políticas públicas de implementação e de sustentabilidade mais eficiente, para que abrigue número considerável de mulheres efetivamente cidadãs. Uma sociedade fundada em noções de respeito às diferenças e superação de preconceitos, é a chave para a busca da igualdade.

Um trabalho organizado da categoria, assim como a inserção na Câmara de Deputados de uma profissional do sexo legítima e que fala com honra e respeito da profissão que atuou, talvez possa levar à uma situação de soberania das profissionais do sexo, que um dia poderão exercer suas atividades profissionais, com liberdade, responsabilidade e segurança, sem a repressão e a humilhação às quais vivenciaram durante séculos. Mas cabe, antes de qualquer medida legislativa acerca das prostitutas, fazer com que as vozes sejam ouvidas, saber de fato, quais leis seriam benéficas a tal categoria, fazendo com que a cidadania, que tanto se

virtualiza, seja efetivamente materializada.

### 3.4 SIGNIFICADO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

"O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico destes indivíduos, pelo qual se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida" (MARX, 1986, p. 22).

A importância do trabalho para a definição de ser humano e de ser social perpassa, primordialmente, a definição da espécie humana, dessa forma o que distingue os homens dos animais é a transformação de objetos em produtos que prolonguem e facilitem a sua vida. Dessa maneira, Quintaneiro (2002) propõe que a chave da humanização é o trabalho, uma vez que humanizar-se é distinguir-se dos animais e tornar-se humano, e o trabalho torna-se meio de sociabilizar-se sendo capaz de adquirir condições para viver em sociedade.

O trabalho ganha tal importância no processo de socialização humano que Quintaneiro (2002) indaga: quem vai considerá-lo ser humano senão seus iguais? O divisor de águas, nesta perspectiva, é a produção, o esforço para melhorar a qualidade da sua própria vida; à medida que o faz, o homem contribui para melhorar a vida dos demais integrantes da comunidade em que está inserido, pois o seu trabalho resulta em objetos ou serviços por eles utilizados. Desta forma, o homem considera ou desconsidera o seu semelhante como seu igual. Essa relação interpessoal produzida no entorno do trabalho, seja no seu ambiente ou fora dele, seja por causa dos seus produtos ou serviços, representa a própria sociabilidade. Em outras palavras, o ser social é aquele que adapta a Natureza aos seus meios de vida em sociedade.

Então, a efetivação tanto da humanização como da sociabilidade é diretamente proporcional ao esforço de cada elemento no sentido de servir e ser servido coletivamente. Logo, a autora propõe questionar se o homem nasce homem ou se

aprende a ser humano, vivendo numa sociedade produtora de bens e serviços, permanecendo como tal a partir da produção da sua própria sobrevivência, ou seja, do seu trabalho, destacando-se como autoridade de um ofício ou excluindo-se por ineficácia.

A noção de "trabalhar" que está presente na sociedade brasileira e, dimensionar o significado e o sentido do trabalho frente às outras esferas relevantes que cercam os seres sociais, aparentemente, pode parecer uma tarefa relativamente simples. Mas, quando adentramos a análise do entendimento que os seres sociais fazem do ato de trabalhar, começamos a relacionar o trabalho à moeda, ou seja, o trabalho vendido, mercantilizado, tem ocupado cada vez mais espaço na vida do indivíduo, pois este está se disponibilizando a despendar mais da sua energia e das suas horas para trabalhar, sacrificando inclusive outros importantes tempos.

Percebe-se que a ideologia do consumo tem caracterizado o pensamento de uma época. O trabalho perdeu seu significado, passou a ter conotação de moeda, barganha, trabalho-que-se-troca para os indivíduos. Porém, ainda que mantenha seu caráter obrigatório, por que este lhe é inerente, o trabalho tornou-se uma opção racionalizada, condicionada prioritariamente pelo desejo de consumir (GIUBERTTI, 2004).

Para a autora, é uma característica contemporânea a busca voluntária por trabalhar mais. Isso pode ser compreendido, uma vez que o trabalho pode possibilitar aquilo que tem sido vendido para a sociedade como a ponte que diferencia as pessoas, o que justifica sua existência e o que tem a capacidade de aplacar uma das maiores necessidades humanas atuais: o consumo (GIUBERTTI, 2004).

Presencia-se uma era de enormes mudanças institucionais, talvez sem precedentes desde o início da Era Industrial. Encontrar empresas que correspondam às expectativas da sociedade se tornou um desafio. "Embora a riqueza aumente para alguns, cresce também a desigualdade, a deterioração do meio ambiente e a fragmentação social" (SENGE, 1990, p. 11).

Por um extenso período as organizações governamentais, educacionais ou empresariais, caracterizaram-se pelo modelo Taylorista de organização, utilizando as habilidades humanas de maneira ínfima, e relegando à mão-de-obra a necessidade mínima de pensar. Senge (1990) esclarece que o próprio termo “recurso” significa estar disponível para ser usado e “é exatamente essa orientação: ver as pessoas como recursos a serem usados pela organização, que hoje funciona como obstáculo ao desenvolvimento de empresas de sucesso para o próximo milênio” (SENGE, 1990, p.11).

Pelo menos no ocidente, a partir da modernidade, “é possível situar dois dispositivos centrais, o trabalho e a sexualidade, como organizadores da vida em sociedade e esculptores de uma determinada forma/modelos para a subjetividade” (NARDI, 2007, p.71).

Sua proposta é pensar a ação desses dispositivos através da governamentabilidade biopolítica, uma vez que esta torna possível entender “a centralidade do trabalho e da sexualidade para a compreensão do lugar e das funções que nos são atribuídas e, também, nossas possibilidades de aceitarmos ou rejeitarmos estes lugares na medida de nossas dores e prazeres” (NARDI, 2007, p. 71). O autor ressalta a presença da ação intensa desses dispositivos como uma forma de ação conjunta da disciplina e do controle sobre os trabalhadores, e evidencia seu funcionamento ao “associar o desenvolvimento de um povo a sua submissão à moral do trabalho e na sua associação com a moral da família, como valores para a cidadania” (NARDI, 2007, p. 76). É a partir da

emergência da governamentabilidade biopolítica [que somos], por um lado, impelidos a ser produtivos, e portanto, co-responsáveis pela riqueza da nação e, por outro, nos reproduzimos a partir do modelo da família heterossexual monogâmica e burguesa (NARDI, 2007, p. 71).

Ressaltando que o “código moral relativo ao trabalho na sociedade contemporânea se transforma à medida que o capitalismo muda suas estratégias de dominação” (NARDI, 2007, p. 75), e sendo este construído através de um processo histórico,



podemos refletir sobre as novas relações de trabalho no capitalismo moderno e suas conseqüências no caráter individual.

Segundo Adam Smith, a rotina era o grande mal do velho capitalismo pois ela embrutecia o espírito, a questão que vemos hoje é que a rotina antes baseada no tempo linear, foi substituída por novas formas de controle e domínio. No Fordismo, o patrão e os funcionários tinham claro seus papéis, a burocracia apesar de engessar os processos, mostrava sua face de controle e disciplina. Já com a flexibilização trazida pelo novo modelo econômico capitalista, vemos não apenas os produtos cada vez menos duráveis, mas o corpo de trabalho sendo cada vez mais temporário (QUINTANEIRO, 2002).

A aparente lógica da “desburocratização” acaba por concentrar ainda mais o poder nas mãos capitalistas, tornando-a, porém, invisíveis dentro da empresa. A liberdade concedida ao empregado que trabalha em equipe, sem o exaustivo supervisionamento materializado na figura do chefe, parece conseguir controlar ainda mais o trabalhador.

Talvez a resposta para tamanha dominação esteja no fato do trabalhador não dominar mais o que faz, uma vez que com a crescente automatização, juntamente com o desenvolvimento das tecnologias de informação, o treinamento e a preparação laboral tornaram-se dispensáveis em determinadas tarefas. Conseqüentemente o trabalhador trabalha dentro de constantes rodízios: de função, de área e de empresa, extinguindo a possibilidade de construção vínculos, onde o perigo do desemprego passa a se tornar rotina. Sennet é duramente crítico ao comportamento mercadológico que impõe o risco iminente como hábito de vida do trabalhador: “o risco é um teste de caráter; o importante é fazer o esforço, arriscar a sorte, mesmo sabendo-se que se está condenado a fracassar” (SENNETT, 1999, p.106).

Sennett (1999) relata outras conseqüências advindas do desapego, da não formação de laços duráveis com o trabalho: a corrosão do caráter. Uma vez que este

depende de um tempo próprio para se consolidar na medida em que só podemos definir quem somos, o valor que temos quando buscamos a valorização de nós, pelos outros. Ou seja, só definimos nosso caráter quando construímos laços duráveis que permitam nos situar dentro de um meio social.

Seria possível então, pensar em um significado para o trabalho, mesmo que este esteja atrelado aos tentáculos do capitalismo e às relações de poder? O questionamento quanto à relevância social e científica de estudar os sentidos e os significados que os trabalhadores atribuem à sua ação de transformar a natureza permanece como foco de análise.

Tolfo e Picinini (2007) nos dão a base fundamental da importância do trabalho na vida do sujeito em um determinado momento, ou seja, a centralidade absoluta e relativa do trabalho:

É formada por um construto complexo composto por um componente valorativo – a centralidade absoluta do trabalho –, que mensura o valor atribuído a este dentro da vida dos sujeitos (...) e identifica em que medida o trabalho é central para a auto-imagem. O outro componente é a centralidade relativa do trabalho, influenciada pelos ciclos vitais do sujeito, e que mede a relação do trabalho com outros momentos importantes na sua vida (TOLFO; PICININI, 2007, p. 38-46).

Ainda acerca do trabalho, as autoras remetem à questões sobre as normas derivadas de valores morais relacionadas com o trabalho, uma vez que elas estão associadas a questões éticas, atuando como antecedentes dos princípios e condutas sociais sempre ligados às crenças sobre as obrigações e os direitos do trabalhador. Estas normas, são variáveis às circunstâncias, sofrendo influências sócio-demográficas e pessoais, o que nos remete a fluidez a que Sennett (1999) se refere no capitalismo.

Essas normas funcionam como padrões sociais que balizam as avaliações individuais acerca das recompensas obtidas pelo trabalho e consistem numa expressão geral (percepção) do que seriam trocas eqüitativas entre o que o indivíduo recebe da situação de trabalho e as contribuições que ele traz para o

processo de trabalho. Desta maneira, ela está atrelada a valores como a ética do trabalho e a ética marxista, que atuam como antecedentes dos princípios e condutas sociais ligados às crenças sobre as obrigações e os direitos do trabalhador. São normas sociais sobre o trabalho:

Deveres. Constituem os padrões sociais sobre o trabalho considerados corretos pelos indivíduos na sua relação com a sociedade. Um exemplo é que todo indivíduo tem o dever de contribuir para o bem social pelo seu trabalho; deve pensar na melhor forma de fazê-lo, etc.

Direitos. Referem-se às obrigações da sociedade para com o indivíduo. Nesta direção tem-se que todo indivíduo tem direito a um trabalho interessante e significativo; o empregador deve treinar o trabalhador quando desatualizado, e este deve participar das decisões relativas ao trabalho.

Resultados valorizados do trabalho. São os valores relacionados com as finalidades que as atividades representam para a pessoa, respondendo à indagação acerca dos motivos que a levam a trabalhar. É composta de variáveis que se referem a valores distintos do trabalho e motivações do construto do significado do trabalho. Esta variável abrange o conjunto de produtos básicos que os indivíduos buscam no trabalho, as funções que cumpre para eles e as necessidades que lhes permitem satisfazer (obter prestígio e retorno financeiro, mantê-los em atividade, permitir-lhes contato social e estabelecimento de relações interpessoais; fazê-los sentirem-se úteis para a sociedade; permitir sua auto-realização). Os valores do trabalho apresentam diferenças e similaridades transculturais relacionadas com a importância atribuída às facetas do trabalho (TOLFO e PICININNI, 2007, p. 38-46).

Portanto, os valores relacionados com o trabalho se estabelecem por intermédio da educação primária e secundária e tem efeito durável na personalidade das pessoas, mas se modificam e se adaptam nas diferentes etapas da vida e em situações sociais distintas, influenciando as formas de atividade laboral, a flexibilidade e a produtividade dos trabalhadores, pois afeta as crenças sobre o que é legítimo e o que se pode tolerar do trabalho, conclui-se então que “o sentido do trabalho é compreendido como um componente da realidade social construída e reproduzida, que interage com diferentes variáveis pessoais e sociais e influencia as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento histórico” (TOLFO; PICININNI, 2007, p. 38-46).

Dejours (1987) faz algumas elucidações sobre o trabalho, uma vez que ele precisa fazer sentido para o próprio sujeito, para seus pares e para a sociedade. Portanto,

ele percebe que o sentido do trabalho é formado por dois componentes: o conteúdo significativo em relação ao sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto. Relativo ao conteúdo significativo do trabalho em relação ao sujeito, o autor identifica as dificuldades práticas das tarefas, a significação da tarefa acabada em relação à uma profissão (noção que contém ao mesmo tempo a idéia de evolução pessoal e de aperfeiçoamento) e a posição social implicitamente ligada ao posto de trabalho determinado. O sentido do trabalho, desta forma, permite a construção da identidade pessoal e social do trabalhador por meio das tarefas que executa, do seu trabalho, permitindo que ele consiga se identificar com aquilo que realiza. Quanto ao conteúdo significativo em relação ao objeto, Dejours (1992) destaca:

(...) ao mesmo tempo em que a atividade de trabalho comporta uma significação narcísica, ela pode suportar investimentos simbólicos e materiais destinados a um outro, isto é, ao objeto. A tarefa pode também veicular uma mensagem simbólica para alguém, ou contra alguém. A atividade do trabalho, pelos gestos que ela implica, pelos instrumentos que ela movimenta, pelo material tratado, pela atmosfera na qual ela opera, veicula um certo número de símbolos. A natureza e o encadeamento destes símbolos dependem, ao mesmo tempo, da vida interior do sujeito, isto é, do que ele põe, do que ele introduz de sentido simbólico no que o rodeia e no que ele faz (DEJOURS, 1992, p. 40).

Desta forma, Tolfo e Picininni (2007) esclarecem que

separar conteúdos significativos em relação ao sujeito e ao objeto é arbitrário, na medida em que as regras de troca de investimento não se deixam assim separar. De fato, toda atividade contém os dois termos. O investimento no indivíduo só pode renovar-se graças ao investimento no objeto e vice-versa. A significação profunda do trabalho para cada indivíduo é própria, sendo criada a partir das técnicas particulares desenvolvidas por cada sujeito (DEJOURS, 1987). A divisão do trabalho conduz a um non-sense: a maioria dos trabalhadores passa a ignorar o sentido do trabalho e sua tarefa. A falta de sentido na tarefa individual e o desconhecimento do sentido da tarefa coletiva adquirem a sua verdadeira dimensão psicológica na divisão e separação dos homens. Na sua concepção do choque entre um indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de um caráter despersonalizante, emerge uma vivência e um sofrimento. O sentido no trabalho é possível por meio da transformação do sofrimento – decorrente da divisão das tarefas pela organização do trabalho – em prazer pela utilização das competências e liberdades individuais. O prazer no trabalho é fundamental para a manutenção da saúde e da normalidade (TOLFO; PICININNI, 2007, p. 38).

Uma vez que os significados são construídos coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto, ao passo que os sentidos são caracterizados por ser uma produção pessoal em função da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências do cotidiano, as transformações que os sentidos e significados sofrem, são construídos por meio de uma relação dialética com a realidade (TOLFO; PICININNI, 2007).

Como afirmam Azevedo (2007) e Sanches (1999) que pesquisaram o trabalho de Minayo, foi a partir do materialismo histórico-dialético, que concluiu-se que a consciência é determinada pelas relações materiais da sociedade. Essa relação entre a vida material e o mundo das idéias se dá dialeticamente, ou seja, os homens são determinados pelas circunstâncias, mas igualmente, as determinam. Dessa maneira não é possível reduzir os homens a agentes passivos de um processo histórico, mas sim entendê-los num processo de influência coletiva (SANCHES, 1999; AZEVEDO, 2007).

Uma vez que o trabalho se trata de um construto multidimensional pois tem seu significado atrelado ao entendimento pessoal de cada sujeito social, as autoras identificaram uma crise na modernidade, decorrente em especial das mudanças que o capitalismo exerce sobre as instituições, que tornam-se definidoras da teia social, a criação de dispositivos de poder faz-se inerente ao universo do trabalho, já que este permanece com seu papel central, do ponto de vista psicológico e sociológico para os trabalhadores.

(...) Verifica-se que o trabalho pode estar associado a significados de tortura e sofrimento. Mas a capacidade de transformar a natureza também é geradora de significados (CODD, 1997) como justiça, possibilidade de segurança e de autonomia, de auto-desenvolvimento, de relacionamentos satisfatórios, dentre muitos outros (MORIN, 2001). Um trabalho ao qual são atribuídos significados e sentidos positivos certamente sucede as tentativas gerencialistas de "motivar" os trabalhadores.

Se o homem reconhecer o trabalho somente como algo obrigatório e necessário à sobrevivência e aquisições deixa de perceber esse mesmo trabalho como a categoria integradora, pela qual pode criar e reconhecer-se enquanto indivíduo e ser social. O homem, alienado, torna-se apenas um produtor e consumidor de capital, deixando de buscar sua identidade nas atividades que executa. Deixa, então, de atribuir significados e sentidos

positivos ao seu fazer (TOLFO; PICININNI, 2007, p. 46).

De tal maneira, o ser social – independente de qualquer denominação atrelada ao gênero, vem influenciando coletivamente na construção de novos significados para o trabalho, propondo uma busca de sua identidade. No subtópico seguinte apresentaremos algumas elucidações a esse respeito, relacionado porém, a inserção das mulheres no mundo do trabalho.

### **3.4.1 Trabalho e mulheres**

O significativo aumento de mulheres no cenário sócio-econômico apresenta uma nova configuração de gêneros, onde o feminino é capaz de romper as rédias da dominação masculina, imprimindo ao país novos modelos de relações familiares e trabalhistas, além de uma inovadora disposição na relação de produção na sociedade capitalista.

Apesar da dupla jornada assumida pelo feminino, estas que antes sublimavam os anseios na participação do processo de produção econômica da sociedade, vem constantemente superando a cultura prevalente de desvalorização das questões referentes à busca de uma carreira, frente a fatores familiares e conjugais, e estão cada vez mais posicionando-se no universo trabalhista, amplamente concebido na ótica masculina. Bourdieu (2002) apresenta com clareza esse efeito automático de ordem física e social, inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrica que relegavam ao feminino as tarefas menos nobres:

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (...), assinalando-lhes lugares inferiores (...), ensinando-lhes a postura correta do corpo (...), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e

mesquinhas (...), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem estar à base das diferenças sociais (BOURDIEU, 2002, p. 34).

Segundo o autor, às mulheres - situadas no lado contrário, abaixo do homem – são atribuídos trabalhos domésticos por serem privados e escondidos, às vezes invisíveis e até vergonhosos, sendo elas “encarregadas das preocupações vulgares da gestão quotidiana da economia doméstica” (BOURDIEU, 2002, p.42). Os trabalhos exteriores que lhes são atribuídos, o são por razões míticas ligadas ao gênero, sendo peculiaridades destes a sujeira, a monotonia e a humildade:

Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres *não podem senão tornar-se o que elas são* segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc.(BOURDIEU, 2002, p.41).

Rompendo com a ótica de Bourdieu (2002), Ferreira (1999) elucida sobre as mulheres que “fizeram carreira”, chegando a alcançar uma boa posição social e profissional, configurando um modelo singular de mulher trabalhadora no Brasil. Bobbio (1987) refere-se à mudança do papel da mulher como a mais importante revolução do século XX, pois, tornando-se mais participativas no sistema econômico-político-social, influenciam padrões nas relações sociais da comunidade em que residem:

[...] a revolução não é aquela das feministas cheia de agressões e muitas vezes violenta, trata-se em seu pensamento, de uma revolução mais prudente e paciente em seu planejamento e estrutura, contudo ambiciosa e profunda. Iniciada no fim do século passado e visível quando na II Guerra, as mulheres substituíram os homens na linha de produção. As mulheres foram a luta, ocupando com desenvoltura os espaços, desafios arriscados que enfrentaram com coragem. Rápidas no aprendizado e estimuladas pela competição, assumiram os mais importantes ofícios, [...] é preciso ter paciência e vontade, fortalecida para melhorar a si mesma, o único caminho para melhorar a sociedade (BOBBIO, 1987, p. 63).

O grande desafio da condição do feminino e de sua busca individual de realização profissional, está em ampliar os espaços profissionais do reconhecimento no

mercado de trabalho. Em especial a mulher, desafia-se quotidianamente, equilibrando forças ao assumir os papéis de mãe, esposa e profissional, uma vez que ela encontra-se instalada no epicentro de uma contradição, fruto de forças antagônicas que se estabelecem entre o que é socialmente aceito e aquilo que é culturalmente determinado: o *habitus* - a lei social incorporada (BOURDIER, 2002). É nesse sentido que Bourdier acrescenta que “a mesma lógica de ajustamento das tendências às oportunidades objetivas explica por que se pode constatar que o acesso das mulheres no trabalho profissional é fator preponderante de seu acesso ao divórcio” (BOURDIEU, 2002, p. 49).

Se aproximarmos esse constructo do significado do trabalho contemporâneo, onde “a necessidade trabalhar duro torna-se uma virtude” (SENGE, 1990, p. 119) para o universo das profissionais do sexo, já envolvidas culturalmente em um processo de secundarismo e subalternização, sem reconhecimento ou garantias, se quer com uma identidade pública, talvez possamos compreender a sexualidade como “uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto e estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (GIDDENS, 1993, p. 33).

Para Swain (2004), dizer que a prostituição é um trabalho e ainda, voluntário, é no mínimo, um insulto às mulheres e ao significado do trabalho, é o menosprezo total das condições que levaram tais mulheres a se submeter e mesmo defender a profissão que exercem. Ela questiona o que poderia levar uma criança, uma adolescente, uma mulher à este aviltamento senão a força, o poder, o estupro, a violência social que aceita a figura do “cliente” como seqüência de corpos profanados, assujeitados, escravizados. Nesse universo cheio de preconceitos, estariam todas estas mulheres e meninas nos [bordéis e nas ruas por sua livre vontade, presas de sua “natureza” perversa?](#)

Azevedo (2007), complementa a discussão analisando a profissão da garota de programa, uma vez que em sua análise essa é uma escolha de vida que sofre,



mesmo na atualidade, muitos preconceitos e discriminações, uma vez que sair com vários homens, não escolher o parceiro, cobrar pelos serviços, expor a perda da virgindade, entre outros fatores, expõem essas mulheres à aspectos psicossociais de vulnerabilidade laboral. Nesse sentido, mesmo considerando que vivemos o século XXI, verifica-se ainda que a prostituição é multidimensional por inúmeras facetas, entre elas, o momento social-histórico e cultural contemporâneo que é atravessado, mas que ainda sofre grande influência do passado (AZEVEDO, 2007).

Para Bourdieu (2002) é evidente que

a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu, que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito, que literalmente exclui que as mulheres possam escolher dedicar-se à prostituição como a um trabalho. Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência (BOURDIEU, 2002, p.26).

Se a realidade é construída e resignificada através do tempo na formação social-histórica e "as identidades, assim como o corpo, não são produtos finais, completos ou prontos [pois] ambos são objetos de uma contínua construção que é constituída no interior da representação" (ANDRADE, 2003, p.114), um dos principais pressupostos é o fato da identidade não possuir caráter fixo ou permanente, estando em constante (des) construção (HALL, 2005). Portanto, o *status* que o ser e o ter a prostituta conferia à mulher francesa e aos seus clientes do século XIX e XX pode não ser representado socialmente como o fora, sendo necessário que a sexualidade como instrumento de prazer e trabalho precise ser repensada.

Loponte (2002), afirma que disso resulta que a sexualidade não pode ser concebida como algo 'dado' pela natureza, que esteja simplesmente ancorado em um corpo que é vivido da mesma forma em todas épocas e lugares. A sexualidade envolve processos culturais e plurais, como uma invenção social que se constitui historicamente nos inúmeros discursos que regulam e normatizam, produzindo saberes e verdades.

Portanto, como disse Azevedo (2007) pensar a prostituição como objeto de estudo requer considerar algumas peculiaridades da profissão, sendo importante concebê-la não simplesmente como fator de exclusão social ou de marginalidade já que ela carrega consigo o estigma da degradação moral que gera aos praticantes a disseminação das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's).

Assim Azevedo (2007) propõe que conceituar a prostituição como profissão significa, antes de qualquer coisa, reconhecer a existência de diferentes práticas sociais, seja no âmbito das práticas trabalhistas, seja no das religiosas ou outras. Tal compreensão torna-se de suma importância para que se possa identificar o preconceito e as intolerâncias que, nos dias atuais, ainda caracterizam as relações humanas, já que nesse campo trata-se de indivíduos considerados desviantes em relação ao comportamento do ser humano tido como “normal”.

Assim, a proposta do próximo capítulo é elucidar questões à respeito do corpo e da sexualidade, em especial do feminino, que como já relatado passa por todo um processo de contenção e dominação dos seus impulsos, o que no processo de profissionalização da profissão do sexo significa uma luta pela quebra de um padrão socialmente estabelecido. Esse padrão, segundo Bourdieu (2002) que norteará a próxima proposta de estudo, não se refere a extinção da prostituição (uma vez que esta é vista como necessária à preservação da dominação masculina e à formação da família), mas se refere a autonomia que as mulheres prostitutas ganham ao sair da marginalidade e do anonimato.

#### 4 A DOMINAÇÃO DETERMINADA NA SEXUALIDADE E NO DESEJO DA MULHER

Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente ou o costume de tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos. (O desejo do homem pela mulher e da mulher pelo homem era natural ou não – daí a nova máxima “os opostos se atraem”). Qualquer que fosse o assunto, o corpo tornou-se o ponto decisivo (LAQUEUR, 2001 p. 192).

Na sociedade tradicional ocidental, fortemente influenciada pelo cristianismo, desde a infância é passado como se deve usar o corpo com orientação do que é próprio/impróprio para meninas e meninos, ressaltando uma binarização sexual, onde prega-se com efeito a orientação da sexualidade, circunscrevendo os papéis de gênero e as práticas possíveis, permissíveis e proibidas.

Laqueur (2001) apresenta que o ocidente até o século XVIII não concebia a sexualidade humana como algo binário, dividido entre o masculino e o feminino. O que prevaleceu durante quase dois milênios foi o *one sex model*, onde existia apenas um sexo e a mulher era considerada um homem inacabado, uma representante inferior do único sexo na escala hierárquica da sexualidade. “No topo dessa hierarquia estava o homem que era considerado como o grau máximo de perfeição que começava com a mulher e atingia seu apogeu com o homem. Contudo, a mulher não era considerada como algo diferente do homem, mas um homem invertido e inferior” (SOUZA, 2009, p. 38).

Souza (2009) ressalta que foi a partir do século XIX, com o advento da revolução francesa e do iluminismo, que o corpo e a sexualidade recebem uma bipolarização entre macho/fêmea, não mais obedecendo ao princípio de verticalização, mas agora o *two sex model* pertencendo ao princípio de horizontalização, uma vez que a mulher seria considerada como complemento do masculino, tese reforçada pelo modelo social protestante. Em seus estudos sobre como foi formada a teoria da diferença sexual, o autor verifica que Costa (1996) afirma que esta nasce

do interesse filosófico, moral e político de encontrar algo para justificar a inferioridade político-jurídico-moral da mulher, ou seja, a mudança do parâmetro científico só ocorreu devido à antecipação da polêmica cultural em torno da natureza e do papel da mulher na sociedade, e não em função das novas descobertas científicas (SOUZA, 2009, p. 40).

Porém, apesar de nos ideais iluministas termos que “homens e mulheres são iguais perante a lei por serem seres racionais” (SOUZA, 2009, p 45), deve-se ressaltar, conforme elucidou Costa (1996), que “ao contrário do que se pensa, não foi o estabelecimento da diferença dos sexos que condicionou o lugar social que deu origem à diferença de sexos como a que conhecemos” (SOUZA, 2009, p 40). Esse processo se dá numa teia política, de dominação, onde a sexualidade se torna o meio mais eficaz de fixar as premissas culturais, sendo também nela que se dá os principais delitos e rupturas destes padrões, como é possível verificar no campo da prostituição, ou noutras formas sexuais consideradas delituosas, como o homossexualismo, até porquê, como o autor afirma, somos sujeitos culturalmente e historicamente constituídos, e dessa maneira, “passamos a enxergar a divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis.” (SOUZA, 2009, p. 38)

E é essa dominação que se preocupa em construir estratégias regulamentadoras e disseminá-las para os sujeitos de maneira massiva, no intuito da reprodução e perpetuação do ideal da família burguesa heterossexual e monogâmica (NARDI, 2007). Assim, a sexualidade torna-se referência fundamental no processo de produção da verdade e da subjetividade dos indivíduos na era moderna, alimentando-se e fazendo-se alimentar o discurso do sexo (CIRINO, 2007).

No que tange ao desejo da mulher, este vem se expressando na história de maneira reprimida, já que às mulheres “honestas” cabia o zelo pela família, e sua vida privada sempre fora um hábito que as diferia das mulheres de vida pública, consideradas também, como já exposto, prostitutas. De tal forma, é proposto no subtópico seguinte uma análise teórica a respeito da dominação do corpo e do desejo da mulher.

#### 4.1 A DOMINAÇÃO MASCULINA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CORPO E NO DESEJO DA MULHER

Bourdieu (2002) apresenta essa repressão como um modo de pensamento incorporado à esquemas inconscientes de percepção e apreciação das estruturas históricas da ordem masculina, como anteriormente apresentado. São “modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação” (BOURDIEU, 2002, p.13), onde as diferenças sexuais permanecem imersas em um conjunto de oposições que organizam todo o cosmos, os atributos e atos sexuais sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas.

O senso de cosmologia sexualizada “se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social” (BOURDIEU, 2002 p.16) impondo características próprias de cada gênero, diferenciando o forte do fraco, o alto do baixo, o duro do mole, o público do privado, ou seja, o paradoxismo próprio daquilo que pertence ou não ao masculino e ao feminino, contribuindo para a formação do *habitus*, naturalizando tais processos de diferenciação socialmente construídas entre os sexos, como naturais, evidentes, adquirindo assim, um reconhecimento de legitimação social.

“A força de ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõem-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2002, p. 18). O autor esclarece que há uma imensa máquina simbólica que tem como objetivo impôr uma ordem social, sendo esta ratificada pela divisão social do trabalho, onde a distribuição das atividades se dá conforme o sexo, e é bastante restrita atribuindo a cada um dos dois sexos tarefas bastantes distintas, segundo sua ordem local, seu momento e instrumentos peculiares. De toda forma, ao homem é reservado posições mais nobres, como o lugar na assembléia, enquanto à mulher cabe os cuidados domésticos, alicerçando a dominação masculina. Assim, “o mundo social constrói o

corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p. 18).

O autor apresenta o mundo social através de um programa social de percepção incorporado, instituído à todas as coisas do mundo

e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, como a divisão do trabalho na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002, p. 18, 20).

Sabendo que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas, é possível compreender que até o Renascimento não houvesse terminologia anatômica para descrever o sexo da mulher, que é representado como o inverso do homem, onde são vistas duas variantes, uma superior, outra inferior. Há uma tentativa de “encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto social que lhes é imposto, apelando para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade” (BOURDIEU, 2002, p. 24).

Bourdieu (2002) apresenta os signos que formam fronteiras delimitadoras do corpo feminino, como a cintura por exemplo e todos os laços e amarras à ela colocada como signo de clausura, barreira que fecha o corpo feminino – como os braços cruzados sobre o peito, pernas unidas, vestes amarradas – e constitui uma barreira sagrada que protege a vagina, socialmente constituída como objeto sagrado. O interessante é que as mulheres que reproduzem esses signos deixando ver apenas suas partes públicas e nobres, – face, frente, boca –, escondendo as partes privadas e vergonhosas, e possuem a postura correta do corpo – carregadas de significação moral -, são consideradas as mais virtuosas, puras e castas, estando mais aptas ao matrimônio, tido como a base de toda ordem social, cuja função é a perpetuação ou

o aumento do capital simbólico em poder dos homens.

A incorporação da dominação faz-se também através do consentimento das mulheres, já que simbolicamente voltadas à resignação e à discrição, elas alimentam sua própria situação de dominadas, como por exemplo através da busca de um homem que ateste socialmente de fato sua dignidade e superioridade sobre ela, apresentando assim uma submissão voluntária, livre, deliberada, ou até mesmo calculada (BOURDIEU, 2002).

Nesse sentido, aquelas que buscam uma linha de fuga, através da profissão por exemplo, são consideradas homens inferiores e só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar ou, pelo menos, negando o poder que só se pode exercer por procuração. De tal maneira, o autor expõe que “as armas do fraco são sempre fracas” (BOURDIEU, 2002, p. 43), e insuficientes para subverter realmente a relação de dominação. Por isso, as mulheres recorrem a estratégias míticas – que vão da magia, da astúcia, da mentira ou da passividade, ao amor possessivo que culpabiliza e vitimiza-a – estabelecendo um ciclo de retroalimentação da lógica da maldição, onde, façam o que fizerem, as mulheres são vistas como seres diabólicos, condenadas a dar provas de sua malignidade, e que acabam por confirmar as representações que ela invoca a seu favor.

Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer, ao mesmo tempo e sem contradição, *espontânea e extorquida*, só pode ser compreendida se nos mativermos atentos aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe (BOURDIEU, 2002, p. 50).

Esses efeitos duradouros que a ordem masculina exerce sobre os corpos e que se constitui como uma violência simbólica, não estão circunscritos apenas no imaginário ou na consciência, não sendo uma questão de consentimento, persuasão, sedução ou acordo explícito entre os dominados (mulheres) e dominantes (homens). A dominação se dá através de um sistema de estruturas

duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos e que ganha aderência a partir das “*limitações das possibilidades de pensamento e ação* que a dominação impõe aos oprimidos e da invasão de sua consciência pelo poder onipresente dos homens” (BOURDIEU, 2002, p. 54).

O autor apresenta que o movimento feminista que convoca uma revolução simbólica rompendo assim, tais *habitus*, não pode ser reduzido a uma simples conversão das consciências e vontades:

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. A violência simbólica não se processa através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências depende, profundamente, *para sua perpetuação e para sua transformação*, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo pra cima) (BOURDIEU, 2002, p. 54-55).

O princípio de inferioridade e da exclusão da mulher é amplificado e ratificado pelo sistema mítico-ritual que divide todo o universo, criando a lógica “do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial” (BOURDIEU, 2002, p. 55). Nesse sentido, o corpo feminino é reduzido à instrumento simbólico da política masculina, sendo “literalmente, um objeto que pode ser avaliado e intercambiado, circulando entre os homens ao mesmo título que uma moeda” (BOURDIEU, 2002, p. 56).

Como “as mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da



suspeita; valores que, investidos nas trocas [matrimoniais], se podem produzir alianças , isto é, capital social e aliados prestigiosos” (BOURDIEU, 2002, p. 58), é preciso preservar seu valor simbólico para troca, ou seja, preservar sua reputação, sobretudo sua castidade (o que preservaria assim, toda a honra dos irmãos e pais e a linhagem dos esposos, através da prole).

Tavez seja a prostituição e todo o mercado que a cerca, incluindo nesse caso a não regulamentação, e acima de tudo, o não reconhecimento legítimo das prostitutas - mas a sua manutenção social marginalizada – uma estratégia de perpetuação do capital simbólico masculino, uma vez que os homens são testados a afirmar sua virilidade diante dos demais, estando em dependência com relação ao julgamento do grupo viril. Além disso, a prostituição seria eficaz no sentido de preservar as “mulheres legítimas” castas (BOURDIEU, 2002), uma vez que oferece ao erotismo masculino, através do dinheiro, a realização do gozo através do exercício brutal de poder sobre os corpos reduzidos a objetos.

#### 4.2 A REPRESSÃO DO CORPO PROSTITUÍDO

Pasini (2000) tenta compreender a lógica de agenciamento das prostitutas e a relação que estas expressam quanto ao próprio corpo, relatando sua corporalidade como um espaço social, composto por elementos sócio-culturais, que comunicam significados e simbologias do próprio grupo. Os corpos das prostitutas durante o trabalho, a ação própria da atividade de agenciamento de clientes tem inscritos em si os significados sociais e culturais de toda uma história que as compuseram (PASINI, 2000 p.183).

Em sua referência à obra de Gaspar, Pasini (2000) afirma que é através da manipulação da identidade que as mulheres que se prostituem estabelecem relações com a sociedade abrangente e, assim, elaboram elementos para a

construção de sua própria identidade social quanto garota de programa. “Gaspar concluiu que ser garota de programa faz parte da esfera do trabalho dessa mulher e, para tanto, demonstra diversos limites que regem esse papel social” (PASINI, 2000, p.187).

Para isso as mulheres prostitutas apresentam algumas práticas através das quais estabelecem uma divisão entre a vida na prostituição e a vida fora da prostituição. Assim, as mulheres prostitutas que fazem programa constroem uma maneira particular de se relacionar com o próprio corpo, estabelecendo limites e barreiras simbólicas em relação a cada programa e aos clientes em geral, que configura uma atividade e um universo complexo que possui suas próprias regras (PASINI, 2000).

É nos pontos que elas agenciam sua performance na prostituição, através de práticas que se revelam na corporalidade e nas suas relações sociais. A diferenciação de um ponto para outro é observada porque ele é um espaço demarcado pelo grupo que ali realiza a prostituição. Esses pontos são constituídos por regras, que se tornam fronteiras simbólicas entre um e outro. Assim, é possível reconhecer os pontos tanto pela delimitação física quanto simbólica.(...) Em seus pontos o comum é existir dois conjuntos de regras, os quais, elas precisam seguir tanto para permanecer no ponto quanto para legitimarem sua postura de boa garota de programa. O primeiro conjunto comunica sobre a performance nos pontos: a roupa, a quantidade de maquiagem no rosto, a forma de abordagem do cliente, o tempo, o valor do programa e as ofertas de serviço. O segundo conjunto de regras explicita o relacionamento com os clientes: não beijá-los, não deixá-los encostar em seus seios, não fazer sexo anal, não gozar, não dormir com eles, usar preservativo nas relações sexuais e cobrar pelo programa (PASINI, 2000 p. 189, 190).

Dessa maneira, numa atividade onde o corpo é o elemento primeiro de negociação, cabe analisar como esses corpos que realizam prostituição revelam diferentes práticas e indicam a diversidade sobre suas relações sociais, uma vez que em seus estudos a autora revela que as mulheres prostitutas deslocam de si para o cliente a responsabilidade pela transmissão de doenças (PASINI, 2000).

A pesquisa de Bruns e Gomes Júnior (1996) baseada na vivência de prostitutas de baixa renda numa cidade do interior de São Paulo que analisa a atividade ontologicamente através do método fenomenológico, definindo as categorias como EU-TU e EU-ISSO. Assim os autores analisaram os discursos destas mulheres com

a intenção de esclarecer de que forma a prostituta vivencia sua sexualidade, quais sentidos ela atribui à sua vida sexual, de que forma ela se sente como mulher. Os autores constataram que elas se relacionam com seu próprio corpo coisificando-o, estabelecendo-o como uma mercadoria, um ISSO, apenas como um objeto de troca. Há, dessa forma, uma dicotomia entre mente e corpo, o que provoca uma "...ruptura de grandes proporções, fazendo com que ela se torne alheia a si própria..." (BRUNS; GOMES JÚNIOR, 1996, p. 12).

Essa constatação também foi percebida por Gomes (1994) que argumenta que a prostituição leva à "coisificação" das mulheres, cujos corpos são transformados em objetos de venda que podem e devem ser escolhidos e comprados como uma mercadoria. Dessa maneira Lopes, Rabelo e Pimenta (2007) esclarecem que o ter justifica o ser, conseqüentemente, os fins justificam os meios, já que,

através do dinheiro ganho na prostituição, é possível adquirir respeito, amigos, família e tudo mais que necessitam para viver dignamente. Não importa a profissão, o que importa é o dinheiro advindo dela, que lhes irá possibilitar acesso a um padrão de vida de classe média alta com o qual sonham e, dessa forma, serem aceitas e bem tratadas pela sociedade (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007 p. 72).

Em sua pesquisa exploratória realizada em 2007, entre profissionais do sexo de média e alta classe da cidade de Goiânia os autores perceberam que as entrevistadas procuravam justificar e legitimar o seu trabalho, dentro de uma sociedade capitalista e individualista, ao se auto-proclamarem úteis à sociedade uma vez que suprem a carência de companhia e atenção de homens solitários e depressivos, gerados por este tipo de sociedade. Em alguns de seus relatos, elas dizem fazer parte da profissão escutar e amparar os homens que estão em busca de companhia e atenção, nesse sentido, elas chegam a afirmar que são "quase psicólogas".

Os autores citam ainda que as entrevistadas consideram o seu corpo como instrumento de trabalho e o tratam como tal, através de cuidados estéticos e de saúde. O corpo para elas é objeto, verdadeira arma de sedução, que lhes propicia alcançar seus objetivos financeiros. Porém como contraponto, elas sofrem um

conflito interno em relação às suas identidades apesar de afirmarem em entrevista que

há uma divisão bem demarcada em suas mentes entre a profissional prostituta e a pessoa (mulher, mãe, amiga, namorada, etc.) que, na verdade, são fora do ambiente de trabalho. Porém, o que se percebe é que essas identidades confundem-se e, em algum momento, fundem-se em uma única, chegando assim ao ápice do conflito: momento em que elas já não distinguem mais os papéis de dentro e fora do trabalho, como consequência, já não sabem mais quem são (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007, p. 73).

Os autores perceberam ainda em suas falas que o dinheiro que as prostitutas conseguem com seu trabalho é um dinheiro fácil, mas não tão fácil assim.

É fácil porque, em pouco tempo, elas ganham um valor que a maioria das pessoas levaria meses para conseguir. É difícil porque têm que realizar os desejos sexuais de pessoas estranhas e, para isto, às vezes, têm que se violentar em seus atos. A ambigüidade em relação ao dinheiro perpassa suas relações profissionais (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007, p. 74).

Desta forma, através do próprio discurso das mulheres os autores constataram que as entrevistadas possuem alienação quanto à ideologia dominante, machista e capitalista (BOURDIEU, 2002) materializada em suas falas e vivências subjetivas, onde elas próprias representam a ideologia capitalista, que propaga a lei do individualismo, da liberdade de escolha e do obter sucesso a qualquer preço. Perceberam ainda em suas falas que apesar de se dizerem livres pelo poder econômico que possuem, a mulher que vende o corpo não presta, já a mulher que tem uma vida sexual ativa, apenas não tem juízo, falta-lhe orientação (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007).

Entretanto, estas mulheres que se dizem livres, não percebem que reproduzem, ao se colocarem no lugar de mercadorias, a dinâmica cruel da ideologia dominante, que se organiza através dos papéis do dominador e do dominado, do explorador e do explorado. Nesta dinâmica, que não as favorece de forma alguma, ocultada pelo véu de sua suposta liberdade de escolha, elas assumem, mesmo sem saber, o papel menor de exploradas e dominadas (LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007 p. 75).

Em contrapartida, Tedesco que pesquisou ONG's ligadas a luta e cidadania da

mulher prostituta em Porto Alegre, ressalta que o estigma, em certos casos, traz empoderamento para esses grupos. Entretanto, esse não é tão direto e previsível, por isso não tão notável quanto a dominação relatada na pesquisa de Lopes, Rabelo e Pimenta (2007), uma vez que provém do próprio jogo das correlações de força, desiguais e instáveis.

Sob o ponto de vista dos obstáculos que antecedem à constituição dos sujeitos, sendo a exclusão o lugar mais fundo da sua sujeição, talvez a articulação de ONG's e Associações em prol da luta pela cidadania desta atividade comece a ser o ponto de partida para a reconstituição de séculos de processos insidiosos de estigmatização, discriminação, marginalização, patologização e confinamento do corpo prostituído, que agora começa a operar numa nova ótica de percepção e espaço social, das instituições, do senso comum, do aparelho judiciário, da família, do Estado e do saber médico.

“O silêncio que é o primeiro e mais forte componente da situação de exclusão, sendo a marca mais forte da impossibilidade de se considerar sujeito àquele a quem a fala é de antemão desfigurada e negada” (BRUNI, 1889, p. 199-207) está pouco a pouco sendo rompido, podendo num futuro, se tornar fala configurada em lei.

Portanto, utilizando a análise de conteúdo, procuraremos identificar os aspectos e os sentidos do processo de profissionalização da profissão do sexo para as mulheres que se prostituem em uma das maiores zonas de comércio sexual do sudeste brasileiro.

## 5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Bourdieu (1998) é categórico ao sugerir que no trabalho de pesquisa, o pesquisador se expõe e corre riscos. No caso de uma pesquisa em administração sobre a prostituição, faz-se ainda mais necessário domar o medo da exposição, da crítica e reconhecer as fraquezas e os pontos de reflexão. Esse autor acrescenta ainda que deve-se ser capaz de apreender a pesquisa como uma atividade racional, não aquela que se fala com ênfase e confiança, mas aquela que também têm o efeito de aumentar o temor ou a angústia (BOURDIEU, 1998) e é possível que na conclusão desse trabalho possa-se ter mais dúvidas e questionamentos, do que esclarecimentos. Busca-se, então, compreender a profissão do sexo sob à ótica dos estudiosos da administração. Na tentativa de escapar ao dogmatismo científico de tratar o aluguel do corpo sob à visão de sociólogos, cientistas políticos e psicólogos, a busca não foi por uma verdade, mas por uma visão multidisciplinar de um determinado grupo de pessoas pesquisado.

Como tem-se como principal objetivo dessa dissertação a identificação dos aspectos e dos sentidos do processo de profissionalização da profissão do sexo para as mulheres que se prostituem, inicialmente, tentou-se desenvolver tal pesquisa em uma das maiores e mais atuante Organização Não Governamental (ONG) que trabalha a questão da prostituição, em uma capital da região sudeste do Brasil. Travou-se contato com seus dirigentes e, após algumas reuniões e visita à ONG, ficou clara a impossibilidade de realização da pesquisa no local, uma vez que esta passava por uma reestruturação tanto da direção, quanto da infraestrutura, estando todos os seus documentos encaixotados em um casa que foi emprestada para depósito.

A então diretora da ONG, além de separar alguns documentos para análise, designou o contato com uma prostituta de uma cidade próxima à capital, que já tinha sido atuante nos movimentos em prol da emancipação profissional e, a partir de então, a pesquisa passou a ser conduzida através dos sujeitos que potencialmente poderiam ser assistidos pela ONG, ou seja, mulheres prostitutas acima de 18 anos,

que mantém como principal fonte de renda a profissão do sexo.

Devido às dificuldades de contato com outras prostitutas, travou-se então contato com uma Fundação, também situada na capital, onde em um encontro com o coordenador de um centro de educação sexual e membro suplente da Comissão Nacional de AIDS, foi possível o agendamento de uma reunião com a assistente social e diretora de uma associação atuante em um dos maiores prostíbulos à céu aberto do Brasil, o que possibilitou o contato com as profissionais do sexo que se disponibilizaram voluntariamente à serem entrevistadas.

## 5.1 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Objetivando “gerar conhecimentos para a aplicação prática à solução de problemas específicos” (SILVA; MENEZES 2001, p.20) onde a proposta envolve verdades e interesses locais, tal pesquisa classifica-se como aplicada à administração.

Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema a ser atingido, ou seja, analisar o processo de profissionalização da profissão do sexo na ótica da prostituta, a linha de pesquisa adotada foi a pesquisa qualitativa, já que esta

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (SILVA; MENEZES 2001, p.20).

Triviños (1987) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa.

Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória é utilizada para familiarizar-se com o fenômeno que se está investigando, onde o pesquisador pode aplicar a técnica mais

adequada para a análise de dados, facilitando sua leitura sobre o grupo pesquisado, decidindo ainda sobre as questões mais pertinentes quanto ao problema de pesquisa pré-definido. Tal pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com grupo que tiveram experiência prática com o assunto explorado, proporcionando uma visão geral de um determinado fato.

Como o processo de regulamentação da profissão do sexo é um assunto pouco explorado por administradores, foi utilizada a análise histórica, o estudo de caso e a observação direta, havendo a inserção da pesquisadora no contexto, uma vez que também faz parte integrante do grupo pessoas que possibilitam o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população sobre determinada situação. Por fim, os dados qualitativos foram compreendidos através da análise de conteúdo.

Yin (2001) sugere que, como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, nas quais se incluem pesquisas em política, pesquisa em administração pública, sociologia, estudos organizacionais e gerenciais, pesquisa de planejamento regional e municipal, supervisão de dissertações e teses nas ciências sociais, dentre outros. A estratégia de pesquisa recai sobre poder diferenciador do estudo de caso, pois ele revela sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências através de documentos, arquivos, entrevistas e observações (NETO; BARBOSA; CEDÓN, 2006). Segundo Yin (2001), um estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p.32-33).

Triviños (1987) define o estudo de caso como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e as suas características são dadas por duas circunstâncias onde a primeira versa sobre a natureza e abrangência da unidade e, a segunda, sobre a complexidade determinada por suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho para o investigador. Já Martins e Lintz (2000)



definem o estudo de caso como o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente.

Considerando a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos, a unidade social estudada nesta pesquisa são 10 mulheres que tem como sua principal fonte de sustento a profissão do sexo. Todas trabalham em uma zona de prostituição em comum localizada no sudeste brasileiro e suas peculiaridades serão apresentadas no tópico seguinte.

## 5.2 DAS PARTICIPANTES

Se a questão proposta é “Como as mulheres prostitutas analisam e avaliam o processo de profissionalização da profissão do sexo?”, há de se ressaltar um novo questionamento: “Porquê pesquisar apenas profissionais do sexo femininas, acima de 18 anos?”

Embora o PL nº 98/2003 seja abrangente na questão de gêneros da prostituição, englobando todos igualmente, a escolha foi baseada especialmente no gênero feminino, por ser notória a sua presença histórica em bordéis (RAGO, 2008a). Quanto à questão da idade, esta restringiu-se ao fato da maioridade civil e penal dar-se aos 18 anos, especialmente porquê trata-se de uma profissão que só não é delituosa, se exercida sem aliciadores. Além disso, ainda existe a questão da capacidade trabalhista, uma vez que para o Código Civil esta possui graduações, sendo plena aos 18 anos, relativa entre os 16 e 18 anos e, absolutamente incapaz, os menores de 16 anos (DINIZ, 2002).

Quanto à questão de todas as participantes estarem exercendo seu trabalho em zonas comumente conhecidas como Boca do Lixo (LEITE, 2009), estas foram escolhidas por apresentarem maiores vulnerabilidades laborais. Além disso, “A Boca do Luxo era o inverso da Boca do Lixo. Enquanto a primeira dormia durante o dia e

brilhava à noite, a segunda era do dia e à noite fechava as portas” (LEITE, 2009, p. 55). Dessa forma, tornou-se mais viável para a pesquisadora frequentar a Boca do Lixo durante o dia, o que de certa forma imprimiu maior segurança.

Nessa pesquisa, tem-se como unidade social ou sujeitos pesquisados, na inserção de aproximadamente seis semanas, dez profissionais do sexo. As entrevistas foram realizadas em uma das maiores vitrines do sexo do Brasil, localizada em uma capital da região Sudeste, onde há cerca de 200 casas utilizadas para a prostituição. Cada casa mantém em média 15 profissionais do sexo, em sua grande maioria mulheres, onde são encontradas cerca de 3.000 mulheres trabalhando na comercialização do sexo apenas nesse reduto. O local apresenta estrutura de cabines para atendimento ao cliente, bares, lanchonetes, diversões eletrônicas, churrasqueiros, um salão de beleza, um instituto para aperfeiçoamento profissional que está em reforma, uma associação de moradores e um posto médico.

Para manter a identidade das entrevistadas em sigilo, foi requerido às entrevistadas que estas escolhessem nomes de flores, embora algumas quisessem se apresentar pelo nome de “guerra”. Ficaram assim designados: Angélica, Íris, Margarida, Jasmim, Rosa, Orquídea, Girassol, Magnólia, Violeta e Hortência.

### 5.3 COLETA DE DADOS

Na proposta de coleta de dados utilizou-se um roteiro de entrevista semi-estruturado (ANEXO A), envolvendo a interrogação direta das pessoas cujo comportamento e opinião acerca do processo de profissionalização da prostituição se desejava conhecer (GIL, 1991). Deve-se ressaltar a importância de se criar uma empatia favorável ao desenvolvimento dos questionamentos às entrevistadas, portanto, no decorrer das entrevistas, em especial na categoria que versa sobre o histórico de vida das prostitutas, surgiram comentários e perguntas que inicialmente não foram previstas.

Para que nenhum dado se perdesse na inserção no campo, foi utilizado ainda um diário de campo, com as respectivas datas das entrevistas, locais e situações que chamaram a atenção da pesquisadora. Foi ainda necessário a gravação das entrevistas para, *a posteriori*, tratar os dados através da transcrição fiel e da análise de conteúdo como será apresentado adiante.

#### 5.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada para o tratamento e análise de dados em pesquisas científicas. Portanto, optou-se por essa técnica, uma vez que esta visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (BARDIN, 1977), sendo, portanto, adequada à metodologia de pesquisa definida, assim como ao roteiro de entrevista, elaborado através de categorias.

Bardin (1977) a define como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977 p. 42).

Vergara (2005) diz que a “análise de conteúdo tem se desenvolvido desde o início do século XX” (VERGARA, 2005, p. 15), de tal forma que esta era utilizada, inicialmente, no tratamento de materiais jornalísticos. A disseminação do método pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia (BARDIN, 1977), tornou possível que pesquisadores de outras áreas a utilizassem para a transcrição de entrevistas, como também de documentos institucionais, uma vez que esta admite tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, apesar de no começo ter sido concebida para o tratamento de dados quantitativos (VERGARA, 2005).

Suas características principais estão diretamente associadas aos fins exploratórios, ou seja, de descoberta, quanto aos de verificação, confirmando ou não hipóteses ou

suposições preestabelecidas (VERGARA, 2005).

Como a maioria dos procedimentos de análise organizam-se em torno de um processo de categorização, Bardin (1977) elucida que

*A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN,1977, p.117).*

Como a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise, isolar elementos em categorias, impões o que cada um deles possui em comum. É essa parte em comum dos elementos, ou seja, sua similaridade e recorrência que vai permitir o seu agrupamento, sendo imprescindível o foco no problema pesquisado, uma vez que outros aspectos podem aparecer modificando a formação de categorias definidas (BARDIN, 1977).

A autora cita que a “categorização, é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas” (BARDIN, 1977) a do inventário que isola os elementos e a classificação, que reparte os elementos, procurando e impondo ordem às mensagens.

*A partir do momento que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstruído. Supõe-se portanto, que a decomposição – reconstrução, desempenha uma determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos (BARDIN,1977, p.119).*

Para tornar os dados brutos em dados organizados segundo a proposta da análise

de conteúdo faz-se necessário, então, a transcrição das entrevistas gravadas (VERGARA, 2005), para em seguida escolher o tipo de grade de análise que definirá as categorias para análise dos dados, como segue:

Grade aberta: identificam-se categorias de análise, conforme vão surgindo ao pesquisador. Procede-se ao rearranjo das categorias durante o andamento da pesquisa. Estabelecem-se categorias finais de análise.

Grade fechada: definem-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa. Identificam-se, no material selecionado, os elementos a serem integrados nas categorias já estabelecidas.

Grade mista: definem-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa, porém admite-se a inclusão de categorias surgidas durante o processo de análise. Verifica-se a necessidade de subdivisão, inclusão ou exclusão de categorias. Estabece-se o conjunto final de categorias, considerando o possível rearranjo (VERGARA, 2005, p. 17).

Dessa forma, para tal trabalho, definiu-se a grade mista como a mais pertinente ao propósito de pesquisa, uma vez que traçou-se a partir dos objetivos específicos as primeiras categorias a serem construídas, havendo porém, a necessidade de reconstrução de tais categorias, agrupando e subdividindo-as de maneira a melhor atender o problema de pesquisa. Assim, definiu-se cinco categorias de análise como segue:

1. Trabalho, Espaço e Vulnerabilidade;
2. Atributos e Identificação do Profissional do Sexo;
3. Cidadania na Prostituição;
4. Conscientização Política sobre a Prostituição;
5. Imagens e Adesão Acerca do Processo de Profissionalização da Profissão do Sexo.

Uma vez que a pesquisa foi conduzida através do método de estudo de caso, propôs-se que a técnica utilizada para a análise dos dados seja a interpretação destes dentro de categorias facilitadoras do processo. A análise foi dividida em cinco categorias construídas com o fim de atender o questionamento cerne do problema de pesquisa, ou seja, atingir os objetivos delineados neste trabalho.

Desta maneira, a primeira categoria “Trabalho, Espaço e Vulnerabilidade” propõe

analisar as condições do exercício da profissão do sexo, ou seja, o ambiente de trabalho das pesquisadas, assim como as vulnerabilidades as quais estão expostas na prostituição, sejam laborais ou sociais.

Uma segunda categoria de análise apresentou os “Atributos e Identificação do Profissional do Sexo”, buscando compreender quem é esse trabalhadora, quais atributos necessários às profissionais do sexo, qual nomenclatura deveria ser usada para sua denominação, se há uma categorização tácita ou explícita que influenciaria na cidadania e na discriminação entre outros profissionais do sexo, uma vez que nesse universo são encontrados inúmeros profissionais que não apenas dão suporte ao exercício da prostituição, como garçons de casas de prostituição, massagistas de saunas e *stripper's*, como há aqueles em que possa haver uma nomenclatura que não deixe claro a realização da prostituição como por exemplo atriz e ator de filme pornô, acompanhantes de executivos e garotas de programa, e o fator monetário como definidor ou não da prostituição.

Posteriormente, analisou-se uma terceira categoria versando sobre a “Cidadania na Prostituição”, verificando quais são os direitos trabalhistas que as prostitutas gostariam de ter, ou seja, a jornada de trabalho almejada por elas. Foi necessário também analisar seus deveres como profissional do sexo, uma vez que fariam juízo aos direitos, tentando ainda perceber qual o sentimento de uma cidadã que contribui com o pagamento de impostos<sup>17</sup>, mas não tem uma profissão reconhecida.

Propôs-se ainda uma quarta categoria que buscou compreender a “Conscientização Política sobre a Prostituição”, como por exemplo, a possibilidade de participação em um sindicato de profissionais do sexo, atividades correlacionadas às ONG'S que lutam por seus direitos e o conhecimento da proposta regulamentar que tramita no Congresso Nacional.

Por fim, a quinta categoria investigou as “Imagens e Adesão Acerca do Processo de

---

<sup>17</sup> Cabe salientar que quando se fala em pagamento de impostos não há referência ao imposto recolhido na fonte, uma vez que essas mulheres não recebem contra-cheque por não terem a profissão regulamentada e nesse caso, não são contribuintes.

Profissionalização da Profissão do Sexo” e suas implicações trabalhistas para o grupo pesquisado, ou seja, tal categoria dirigiu seu olhar para os sentidos da regulamentação da profissão do sexo e suas interferências laborais a respeito da proposta do PL 98/2003. Nesse caso, foi necessário focar-se nos possíveis aspectos positivos que a regulamentação traria à profissão na visão da trabalhadora e, em contraponto, os aspectos negativos que a regulamentação poderia inferir ao exercício da atividade.

## 5.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Por que administradores, que estão intimamente ligados ao mundo do trabalho, não se interessam em adentrar um universo capaz de gerar alta lucratividade e com tantas pessoas trabalhando informalmente? A partir dessa curiosidade, que se tornou angústia, como relatado por Neto, Barbosa e Cedón (2006), que o levantamento bibliográfico começou a ser realizado, com o intuito de conhecer o universo das trabalhadoras do sexo.

Vários contatos foram feitos com ONG's de Direitos Humanos do Espírito Santo na tentativa de descobrir se o mesmo movimento que se delineava pelo Brasil, também se delineava neste Estado. Porém, embora haja relatos de uma ONG no Estado que trabalhava com a mesma temática da ONG DaVida e, mesmo conseguindo contato com a ex-presidente, não foi possível a realização desta, uma vez que a maior representante encontrava-se com a saúde debilitada e, por isso, a ONG estava desarticulada.

Dessa forma, depois de cerca de um ano e meio, fazendo contatos por telefone, e-mail e reuniões com pessoas que estavam direta ou indiretamente ligadas a regulamentação da prostituição, chegou-se à uma ONG, que chamaremos de “ONG O”, a uma fundação “FUNDAÇÃO F” e a uma associação “ASSOCIAÇÃO A”, todas localizadas em um estado da região sudeste, onde efetivou-se a pesquisa. Suas colaborações na pesquisa podem ser assim definidas:

A “ONG O” viabilizou o primeiro contato efetivo com prostitutas. Já a fundação, viabilizou o contato com o coordenador de um centro de educação sexual, que desenvolveu na década de 80 e 90 projetos sobre saúde, prevenção e cidadania às mulheres prostitutas e travestis. Tal coordenador foi de suma importância, intermediando a relação com a assistente social da “Associação A”, localizada no conglomerado de bordéis, marcando uma reunião para apresentação da proposta de pesquisa.

Através da “Associação A”, dirigida pela assistente social, mas marcadamente vinculada aos comerciantes e donos dos bordéis, foi possível entrar na zona, sendo guiada por uma das prostitutas, Margarida, que fez questão de apresentar seu local de trabalho, colegas de profissão, faxineiras e gerentes das “casas”<sup>18</sup>, acentuando que o melhor horário para a realização da pesquisa seria na parte da manhã pois havia menor tumulto.

As entrevistas ocorreram próximas ao centro da capital, cabendo destacar que algumas prostitutas foram entrevistadas no em torno do conglomerado de bordéis, composto por bares, uma instituição de ensino que abriga a “ASSOCIAÇÃO A”, um sobrado de um prédio, onde Margarida e Jasmim são domiciliadas, além de um posto de gasolina onde pode-se ainda observar as maneiras de abordagem ao cliente tanto por prostitutas quanto por travestis, local onde Angélica atua como Agente de Saúde na distribuição e controle de preservativos aos profissionais que ali se prostituíam.

Em 70% das entrevistas foi necessário que a pesquisadora fizesse aquisições nos bares como bebidas, cigarros e até uma camisa com a temática do conglomerado e de um clube de futebol como forma de facilitar o processo de abordagem e inserção no grupo.

No capítulo seguinte será apresentada como a análise de conteúdo foi aplicada à

---

<sup>18</sup> “Casas” na prostituição significa bordel.



pesquisa para em seguida destacar o perfil das profissionais, viabilizando a análise e discussão dos dados através das categorias listadas.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES E PERFIL

Pretende-se nesse tópico ambientar o leitor às participantes pesquisadas, apresentando seus perfis, como forma de embasar o tópico seguinte que aborda o histórico profissional. Dessa maneira, torna-se possível identificar algumas questões subjetivas que conduziram ou influenciaram as mulheres à escolha do trabalho sexual.

Inicialmente, será apresentado o Quadro 1, abordando tópicos como o nível de escolaridade do sujeito, o número de filhos e o número de dependentes<sup>19</sup>, assim como os trabalhos que desempenharam antes de se tornarem prostitutas.

Nome	Escolaridade	Nº de Filhos	Nº de Dependentes	Trabalhos Anteriores	Idade
Angélica	3ª série do 1º grau	6	6	Auxiliar de serviços gerais	57
Íris	Analfabeta	4	4	Diarista	34
Margarida	8ª série do 1º grau	3	3	Camelô	31
Rosa	1ª série do 2º grau	0	0	Balconista	27
Jasmim	6ª série do 1º grau	3	0	Balconista	33
Violeta	5ª série do 1º grau	3	3	Balconista, Operadora de Caixa e Babá	29
Orquídea	2º grau completo	2	3	Vendedora	42
Girassol	4ª série do 1º grau	4	1	Babá	34
Magnólia	3º grau incompleto	1	3	Funcionária Pública Municipal	41
Hortência	3º grau completo	0	0	Secretária e Atendente em Casas de Bingo	25

#### Quadro 1: Perfil do Sujeito.

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Como pode ser notado, foram entrevistadas profissionais do sexo com idade entre 25 e 57 anos. O nível de escolaridade é bastante variável, indo desde o analfabetismo até a graduação completa. Porém, quando analisados em conjunto, em especial com o número de filhos, percebe-se um entrelaçamento, propondo que quanto maior o número de filhos menor o nível de escolaridade. O nível de escolaridade também foi definidor de suas profissões, ou seja, aquelas que têm um

<sup>19</sup> É importante diferir o número de filhos do número de dependentes financeiramente de seu trabalho. Algumas possuem mais dependentes que filhos por serem arrimo de família. Outras porém, como Jasmim, possuem filhos, mas não possuem dependentes por estes não estarem sob sua guarda.

nível maior de escolaridade como Magnólia, funcionária pública municipal, e Hortência, que foi secretária e atendente em casas de Bingo, e desempenharam funções que agregavam maior poder econômico que as demais profissões, como diarista, auxiliar de serviços gerais, camelô, balconista, operadora de caixa, vendedora externa e babá.

Acerca do meio ou do intermediador que fez com que os sujeitos chegassem à prostituição assim como as causas que levaram as mulheres à prostituir-se, encontra-se meios distintos para a inserção na prostituição. Apesar de três prostitutas não terem relatado a forma como conheceram a profissão do sexo, as demais afirmaram ou ter entrado por intermédio de tia, namorado ou amiga, ou sozinha, ou por emprego anterior que de alguma forma levou-a ao universo do comércio sexual, ou mesmo por anúncio em jornal.

Acerca das causas, preponderantemente seis das entrevistadas apresentaram diretamente a dificuldade financeira em suas falas, sendo que as demais, de alguma forma, apresentaram indiretamente em suas falas palavras que denotam também a questão financeira como decisiva na entrada da prostituição, como por exemplo: falta de opção de trabalho e decepção amorosa (JASMIM), filhos novos, viúva e pouco estudo (GIRASSOL), cansaço de trabalhar para os outros (ROSA) e ambição (HORTÊNCIA), contrariando os fatores endógenos defendidos segundo a corrente biologizante Lombrosiana (RAGO, 2009; PEREIRA, 1976) e materializando os fatores exógenos e sociais, que considera o indivíduo produto do meio apresentando que a causa primeira que impulsiona à prostituição é a pobreza e a pouca educação das famílias, além do desemprego e das deficiências do meio familiar como o abandono pelo marido, por serem expulsas do lar por causa de gravidez indesejada, por terem filhos ilegítimos, dentre outros tantos motivos (FOLHA FEMINISTA, 2003, DIMENSTEIN, 1992; MAZZIEIRO, 1998; ABREU, 1998).

Já o caso de Hortência se destaca por ela ter educação de nível superior e vir de uma família considerada de classe média, ou seja, não é a diferenciação de “berços” (TORRES, DAVIM; COSTA, 1999) que a impediria de escolher a profissão do sexo

para si, afirmando a proposta de Peluso e Goldberg (1996) sobre a expansão do mercado do sexo que seduz as jovens a abandonarem suas profissões convencionais para tentar a sorte neste ramo (PELUSO; GOLDBERG, 1996). Ela mesmo relata que

(...) isso já vem da época de Cristo né? Acho isso é como uma droga, é uma droga é um vício, um vício vamos dizer o quê, aqui, eu tinha um trabalho e ganhava R\$1.200 por mês, eu dou os parabéns para quem consegue viver com R\$1.200 por mês. Eu propriamente não consigo, entendeu? Então é um vício porque eu tinha um emprego que eu ganhava R\$1.200, eu prefiro largar ele pra poder vir para cá, não que aqui seja bom, não é isso, mas também não é ruim, mas se torna um ciclo vicioso, por que a gente ganha muito mais (HORTÊNCIA).

Através da própria fala das prostitutas surgiu um outro item, o uso de drogas e a dependência química, que pareceu para elas como definidor do sucesso ou do fracasso em sua profissão, uma vez que a dependência química teria uma influência direta sobre a lucratividade e aplicação do dinheiro ganho com o trabalho, onde duas prostitutas declararam-se usuárias eventuais de drogas.

Assim, traçado o perfil das participantes será apresentado no tópico a seguir seu histórico profissional, privilegiando suas carreiras como profissional do sexo.

## 6.2 HISTÓRICO PROFISSIONAL

Será apresentado neste tópico o histórico profissional das profissionais do sexo pesquisadas, com o objetivo de elucidar questões ligadas ao seu local de trabalho e atendimento ao cliente, assim como os locais que já trabalhou como prostituta além do local atual, atrelando-o às condições para sua realização. Além disso, serão analisados dados acerca do tempo de trabalho da prostituta na profissão do sexo, a média de duração de cada programa com cada cliente, assim como o preço pago pelos clientes no programa, uma estimativa de quanto clientes são atendidos por dia por cada uma delas, incluindo a quantidade de dias trabalhados por semana, a quantidade de horas de trabalho por dia, além de uma renda média mensal percebida com a comercialização do corpo.

Para aprofundar um pouco mais a discussão, inquiriu-se sobre o preparo das mulheres para exercerem o trabalho, quais tecnologias são utilizadas para comunicação e captação de clientes, plano de aposentadoria, aplicação da renda recebida com a prostituição e percepções sobre a suposta melhora da condição de vida após a inserção no meio prostitucional.

E, visando facilitar a compreensão dos tópicos supra-citados, será mantido o mesmo padrão de apresentação do perfil do sujeito, ou seja, um quadro elucidativo e sua apresentação geral. Assim, propõe-se o Quadro 2, que apresenta os aspectos objetivos que serão discutidos sobre o histórico profissional.

Histórico Profissional do sujeito					
Nome	Tempo de Trabalho	Duração do Programa	Qtd Clientes/Dia	Qtd Dias/Semana	Qnt.Hs/Dia
Angélica	30 anos	30 minutos	5	7	Depende
Iris	18 anos	60 minutos	1	7	04 hs
Margarida	10 anos	20 minutos	5	7	06 hs
Rosa	4 anos	20 minutos	11	5	18 hs
Jasmim	4 anos	15 minutos	8	3	11 hs
Orquídea	12 anos	10 minutos	6	6	08 hs
Violeta	10 anos	15 minutos	5	7	10 hs
Girassol	16 anos	20 minutos	9	3	16 hs
Magnólia	10 anos	15 minutos	6	7	06 hs
Hortência	3 anos	30 minutos	15	6	10 hs

**Quadro 2: Histórico Profissional do Sujeito.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2011).

Quanto ao tempo de trabalho na profissão do sexo entrevistou-se profissionais que estão em média há 11 anos e oito meses na prostituição, destacando-se Angélica, a mais antiga profissional entrevistada, há 30 anos na profissão do sexo, mas que hoje só a exerce quando solicitada pois é agente de saúde de uma prefeitura local, e Hortência, que é a mais jovem, em tempo de serviço na prostituição, com apenas três anos.

Sobre os locais onde já exerceram a profissão do sexo, três entrevistadas afirmaram ter migrado para outras cidades para se prostituir, duas já se prostituíram na rua (*trottoir*), quatro afirmaram ter se prostituído em outros bordéis, do mesmo conglomerado, duas declararam ter trabalhado em boates e outras duas em termas.

Deve-se ressaltar que três participantes se prostituíram em mais de um local exposto.

Quanto a duração do programa há uma unanimidade ao afirmarem que todos os programas dependem diretamente do serviço oferecido e do valor monetário negociado para a realização deste. Dessa forma, é apresentado o que para as prostitutas é uma média em seu cotidiano, ou seja, o programa com cada cliente dura em média cerca de 20 minutos. Violeta, que além de profissional do sexo é gerente de uma das casas afirma que o programa dura em torno de "(...) 15 minutos, 20 minutos, não chega a meia hora" (VIOLETA) o que confirma a observação da pesquisadora, que entre as etapas da entrevista com Margarida, interrompida por clientes que lhe abordavam, contabilizou não mais que 10 minutos, entre a subida e a descida do cliente, destacando que oficialmente o programa combinado por R\$ 30,00 é pelo período de 30 minutos.

O preço do programa, como dito, é bastante variável uma vez que depende do serviço negociado, ou seja, sexo oral, vaginal e anal possuem valores diferentes e, se combinados, agregam valor ao programa. Porém, nove profissionais cobram em média R\$ 30,00 o programa simples (sexo vaginal). Apenas Girassol disse cobrar em média R\$ 50,00 o programa, destacando ainda, que ela é a única profissional que trabalha fantasiada, como mostrar-se-á mais a frente quanto trata-se sobre os preparos que as prostitutas têm para irem trabalhar.

Como os quartos ou cabines são alugados pelo dono da casa às prostitutas para a realização do programa, todas as profissionais do conglomerado de bordéis afirmaram ser elas que efetivam o pagamento, embutindo-o no valor do programa, variando entre R\$ 8,00 à R\$10,00, conforme o tempo em que o quarto está locado.

A quantidade de clientes atendidos por dia depende exclusivamente da captação ou da fidelização destes, porém, pode-se afirmar que, no universo das pesquisadas há uma média de sete clientes atendidos por dia. Porém, Íris revela às vezes só conseguir captar um cliente no dia, em outros ela volta pra casa sem conseguir

nenhum. Já Rosa e Hortência são as que mais atendem clientes ao dia, a primeira captando cerca de 11 clientes e a segunda 15 clientes por dia. Nesse caso o fator que parece prevalecer para a captação de clientes é a disponibilidade de horas para prostituição e a juventude, o que denota ser o corpo meio de produção de existência.

Um fator que chamou a atenção da pesquisadora foi a quantidade de dias por semana trabalhados e a quantidade de horas por dia dedicados à prostituição, onde cinco entrevistadas afirmaram trabalhar sete dias por semana sem nenhuma folga, sendo que, apenas Jasmim e Girassol relataram trabalhar apenas três dias nos finais de semana, que segundo ela, são dias de maior movimento. A média de tempo disponível para trabalho é de aproximadamente 10 horas diárias, variando de quatro horas (ÍRIS) até 24 horas (VIOLETA) nos três dias por semana em que está escalada como gerente da casa, desempenhando ainda a função de faxineira e arrumadeira dos quartos e banheiros, ilustrando assim a necessidade urgente de uma legislação trabalhista como forma de preservar a salubridade das prostitutas. Para as mulheres que são mães, a rotina de trabalho é ainda mais fatigante, como descrito por Girassol:

Depende do movimento. Vamos supôr, eu chego aqui 10 horas, fico até duas e pouca da manhã. (...) Eu coloco meu filho na escola 10 horas aí venho, cinco horas me desarrumo, vou buscar ele na escola, aí levo ele para casa, depois eu volto. Eu descanso um pouco, umas duas horinhas e depois volto e fico até a *madrugada*, aí durmo um pouco em casa. Aí nove horas da manhã, oito, nove horas, tem que estar de pé de novo para a mesma rotina. Nos finais de semana que dá pra *mim* ficar direto (GIRASSOL).

A respeito do preparo das mulheres para exercerem sua função cotidianamente, destaca-se os seguintes depoimentos (continua na próxima página):

Nome	Depoimentos sobre o preparo das prostitutas para o trabalho	Explicitação dos conteúdos
Angélica	Nunca gostei de trabalhar nua, sempre vestida, bem vestida, tinha um corpo muito bonito, era bem jovem, então eu arrumava mesmo, esse negócio de falar que pra arrumar dinheiro tem que vir nua é mentira, quando tem que arrumar, arruma de qualquer jeito. E quando <i>tá</i> com a sorte pode <i>tá</i> com a idade que for, também, que arruma.	- Cuidado com a aparência e escolha da vestimenta; - Sorte.

Íris	(...) às vezes fico desanimada, mas aí eu me arrumo, me cuido, me maqueio e aí eu normalmente venho.	- Preparação psicológica; - Cuidados com a aparência.
Margarida	É muito ruim saber que tem que levantar cedo pra <i>vim</i> pra uma zona e ter que aturar vários tipos de homens. Totalmente muito difícil. Seu preparo é mais psicológico, é muito difícil mesmo.	- Preparação psicológica.
Rosa	Eu me arrumo, tomo banho, eu boto uma roupa bem sensual para atrair os homens. (...) Uma roupa sensual uma roupa bem assim apertadinha, com a bunda de fora essas coisas assim [risos] que chama atenção do homem, entendeu? Provocando o homem, para provocar o homem!	- Cuidado com a aparência e escolha da vestimenta; - Sensualidade.
Jasmim	Chego lá, ponho uma <i>lingerie</i> bem sensual e assim eu trabalho.	- Cuidado com a aparência e escolha da vestimenta; - Sensualidade.
Orquídea	Normal, normal, acordo de manhã, tomo meu banho, sempre tem uma coisa de casa para fazer porquê eu sou dona de casa, aí espero meu caçula [acordar], dou banho nele, pego meu carro e levo até a casa da pessoa que toma conta dele, que é um pouco distante mais é da minha confiança, entendeu, e não tenho sustos.	- Preparação psicológica mas ligada a rotina do lar.
Violeta	Ah, saio normal de casa de manhã, com roupa normal, calça, chego aqui começa o meu dia.	- Rotina naturalizada.
Girassol	Eu gosto uma maquiagem árabe, assim, bem odalisca e uso perneiras, gosto de usar roupas íntimas, calcinha, lingerie, só. Eu só trabalho assim.	- Cuidado com a aparência e escolha da vestimenta temática;
Magnólia	Eu venho de manhã, devagar, de ônibus.	- Rotina naturalizada.
Hortência	Primeiramente, para se preparar, tem que ser psicologicamente. (...) Pensar no final de tudo, que tudo dá certo. Eu não procuro pensar no que vai acontecer, no que vou fazer, só tratar bem as pessoas né, porquê hoje em dia você tem que tratar todo mundo bem para ser bem tratado, só isso.	- Preparação psicológica; - Zelo no trato com o cliente.

**Quadro 3: Preparo de si para o trabalho.**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

As profissionais do sexo foram questionadas a respeito de como se preparavam para ir para o trabalho todos os dias, deixando de maneira livre a resposta, ou seja, não focando necessariamente o preparo do corpo. Dessa forma foi possível notar que cinco depoimentos denotaram o preparo do corpo como preponderante para o desempenho cotidiano da prostituição. Já quatro participantes afirmaram direta ou indiretamente preocupar-se necessariamente com o preparo psicológico, seja este referente à função em si de prostituir-se, seja na preocupação diária com a rotina familiar, revelando precisar saber que tudo está bem em casa para poder ir trabalhar. Ademais, Violeta e Magnólia possuem a rotina naturalizada, possivelmente pelo



tempo que estão na profissão (ambas estão há 10 anos), que não aparentam sequer ter necessidade de algum preparo especial que as diferenciasse de um trabalhador de qualquer outra função. Por fim, Hortência diz ser necessário o zelo no trato com o cliente, revelando uma preocupação não apenas na fidelização do cliente, mas na sua socialização com o meio.

Quanto as tecnologias utilizadas para a captação de clientes de maneira a se tornar um facilitador no trabalho de atendimento ao cliente oito profissionais afirmam utilizar o telefone celular para contato com o cliente: “(...) eu acho que é até melhor por telefone, porquê programar num hotel é mais confortável e dá pra ganhar um dinheiro a mais também” (JASMIM), destacando que Hortência, revelou manter dois celulares, sendo apenas um para uso profissional. Rosa apesar de não possuir qualquer tecnologia para contato com o cliente, pensa em expôr fotos em um site de garotas de programas para ampliar sua carteira de clientes, já Girassol afirma: “Não, não, eu já tenho minha clientela já, antiga, aí eu não me exponho não, nem telefone não preciso, eles vem aqui me procurar, quando eu não tô também tem clientes que nem *sai* com as meninas que já *tá* acostumado comigo” (GIRASSOL), revelando haver uma preocupação com sua exposição e segurança.

Declarando uma renda mensal variando de R\$ 500,00 à R\$ 8.000,00 por mês, todas afirmaram uma significativa melhora da condição de vida após a inserção no meio prostitucional, seja para sustento e formação dos filhos, mobiliar e adquirir eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a casa, pagar aluguel, faculdade e cursos podendo inclusive adquirir a casa própria como Angélica e Girassol:

Eu comprei a minha casa com dinheiro daqui, eu tenho minha casa própria e agora tô reformando, só falta terminar a cozinha. Aí eu vou pensar agora nos estudos do meu filho, daqui para frente numa faculdade, eu vou aproveitar o pouco de vida que eu tenho para poder investir nele” (GIRASSOL).

Orquídea revela que a melhora na sua condição de vida é “indiscutivelmente, com casa própria, carro próprio, tudo com o dinheiro daqui. Uma casa, dois apartamentos e um carro”. Dizendo ainda não depender exclusivamente da prostituição tanto para seu sustento quanto para o de seus dependentes “(...) atualmente não mais, porque

eu comprei alguns imóveis e eles estão alugados e tem uma outra pessoa também, que eu conheci há muitos anos, e que também me ajuda, também por fora” (ORQUÍDEA). Jasmim também não depende exclusivamente da prostituição já que possui a renda do aluguel de uma casa:

(...) já construí a minha casa embora não tenha sido no lugar que eu desejava, eu construí minha casa em cima da casa da minha mãe, aqui [na favela], minha casa saiu no valor de R\$35.000 na época, mas eu prefiro morar aqui porquê fica mais fácil para mim, lá eu alugo (JASMIM).

Por fim, as prostitutas foram questionadas a respeito de sua contribuição previdenciária, já que não estão numa profissão legalizada. Seis entrevistadas declararam pagar sua autonomia ao MTE, contribuindo com o equivalente de um à três salários mínimos. Angélica afirmou que o recolhimento do seu INSS se dá através da prefeitura para qual trabalha como agente de saúde, já Violeta tem sua previdência paga pela dona da casa na qual é gerente. Porém, Íris e Girassol não possuem qualquer contribuição ou plano de aposentadoria.

Assim, para dar continuidade ao estudo, serão apresentadas a seguir as categorias supra-citadas, objetivando concretizar o norte traçado para atender o questionamento proposto pelo problema de pesquisa.

## 6.3 QUESTÕES NORTEADORAS ACERCA DO PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO SEXO

### 6.3.1 Trabalho, espaço e vulnerabilidade

Tendo-se apresentado os principais aspectos do perfil pessoal e histórico profissional das mulheres que se prostituem e, buscando responder os objetivos propostos pela pesquisa, faz-se importante trazer a tona aspectos relacionados ao “Trabalho, Espaço e Vulnerabilidade”, primeira categoria a ser apresentada, abordando questões acerca do ambiente de trabalho das pesquisadas, violência no trabalho e percepções subjetivas quanto a discriminação.

A respeito do ambiente de trabalho no qual se exerce a profissão do sexo, foi solicitado que as prostitutas apontassem questões sobre suas condições de trabalho, suas percepções sobre o que é bom ou poderia ser melhorado no trabalho, enfocando aspectos subjetivos como a valorização da mulher, presença de intermediadores, transeuntes, atendimento ao cliente e posicionamento gerencial, assim como aspectos objetivos que basicamente dizem respeito à infraestrutura local, a vulnerabilidade laboral e social a qual estão expostas cotidianamente.

Nessa pesquisa, tomou-se como risco inerente à profissão do sexo, ou seja, vulnerabilidades, não apenas a exposição constante da prostituta à violência física por clientes e autoridades policiais, uma vez que ela encontra-se sem qualquer amparo legal próprio ao trabalho que desempenha, mas também os sentimentos que norteiam a figura lombrosiana da degenerada, ou seja, a forma como elas sentem a marginalização e a discriminação da sociedade, além da sua exposição à contaminação de doenças e acesso gratuito à postos de saúde, assim como se há algum trabalho preventivo de DST's onde trabalham. Assim tratar-se-á esses tópicos e suas interligações a exposição.

Acerca das percepções subjetivas sobre as necessidades de melhorias nas condições e no ambiente de trabalho, as entrevistadas apresentaram as seguintes respostas (continua na próxima página):

Nome	Depoimentos sobre se há necessidade de melhorias nas condições e no ambiente de trabalho	Explicitação dos conteúdos
Angélica	(...) agora <i>tá</i> melhor que antigamente, porquê antigamente tinha muito cafetão, agora não tem mais, aqui era um foco de cafetão. (...) as meninas que ficam aqui a noite toda, eu achava que esses hotel aqui que elas trabalham, elas deveriam ter direito a uma dormida, essas que perdem o último ônibus, porquê quando acabam elas ficam na rua, porque <i>mermo</i> querendo ir pra casa elas ficam na rua porquê não tem condução. E quando não trabalha, até <i>arrumá</i> o dinheiro de passagem? Eu acho que tinha que ter assim, um reservatório, por exemplo, as meninas só usam ali [apontando para o hotel em frente ao posto], então poxa, aí perde o único ônibus vai ficar na rua? Se dá lucro o ano todo então eles não dão nada? Nada, nada, nada.	- necessidade de infraestrutura para as mulheres que trabalham a noite; - demonstração de acordo tácito entre hotel e prostitutas configurando as interdependências do mercado do sexo; - sentimento de exploração por parte dos donos do hotel.

Íris	<p>Uma dormida no hotel porquê a gente fica pela madrugada, quando termina os últimos ônibus não tem como a gente ir embora, ou então, quando a gente faz um programa de R\$ 30,00 a gente ainda tem que pagar R\$10,00 de condução, você só fica com R\$20 é foda!</p> <p>(...) não respeita, tipo, chegar lá e de trata igual bicho. Ah, bum, bum, bum, bum, bum, [simulando o ato sexual] aquilo tudo correndo, rápido, desesperado ou então quer passar da hora um tempão, <i>tão</i> sempre se aproveitando de algum jeito”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade de infraestrutura para as mulheres que trabalham a noite;</li> <li>- demonstração de acordo tácito entre hotel e prostitutas configurando as interdependências do mercado do sexo;</li> <li>- sentimento de exploração e desrespeito por parte do cliente.</li> </ul>
Margarida	<p>(...) as condições do prédio, eu acho que deveria abaixar o valor do quarto, (...) <i>tá</i> caro, (...) acaba a gente não ganhando. A gente paga 10 reais por uma cabine. É quase o valor do programa, aí fica difícil. É triste, é 10 o quarto e 20 do programa. Poderia ser cinco e 25 da mulher, só isso, porquê o resto é normal.</p> <p>(...) eu achava que devia melhorar as condições dos quarto tem uns quartos que parece até um <i>purguero</i> de sujeira nè, muito ruim, só isso. E os homens vir mais cheiroso porquê tem uns <i>homi</i> que vem um fedor!</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade de infraestrutura sanitária;</li> <li>- sentimento de exploração por parte dos donos das casas.</li> <li>- sentimento de falta de higiene por parte do cliente.</li> </ul>
Rosa	Ah não, tá tudo bem.	- conformidade com o ambiente de trabalho.
Jasmim	Bom eu acho que deveria ter mais conforto para a mulher, para menina, entendeu? Eu acho que cada uma devia ter um quarto para trabalhar, é todas juntas ali também, a gente fica muito juntas, umas com as outras. Eu acho que devia ter mais um conforto assim, ser mais higiênico o lugar, mas eu trabalho numa casa muito higiênica também, (...) é a casa mais limpinha de lá.	- necessidade de infraestrutura física e sanitária.
Orquídea	Ah, o local é horrível! A zona é feia, mas isso aí os donos da casa, que teriam que ver, né? Cuidar mais, aqui é sujo, fede, as casas são limpas mas o corredor, a rua é suja, fede	- necessidade de infraestrutura sanitária.
Violeta	A higiene por exemplo, eu por exemplo, quando <i>tô</i> na gerência pra limpar a casa não tem aquele negócio de higiene, assim botar luva, essas coisas assim, tem que ser na cara dura. É assim até mesmo no corredor, entendeu, sujo, é imundo, mau cheiro. Então poderia melhorar, né, porquê a gente né...Na casa onde eu trabalho é limpo porquê eu limpo e as outras gerentes também, no plantão delas, então a gente sempre <i>tá</i> limpando. (...) A dona da casa prefere que cada uma traga o seu lençol, mas a gente tem lençol da casa mesmo, por que nem todo mundo traz, e então o lençol é lavado pelo menos uma vez na semana, os da casa.	- necessidade de infraestrutura sanitária.
Girassol	Primeiramente, as caixas d'água por que têm muitos anos que eu trabalho e eu nunca vi as pessoas mudando a caixa, limpando, eu tive uma virose no mês passado, pensei que fosse dengue mas não foi, era só uma virose e eu tenho uma amiga minha também que <i>tá</i> com a mesma virose que eu. (...) a gente não bebe dessa água, bebe água mineral, mas não sei né, eu tenho medo de focos, dessas águas paradas da esquina, vários buracos, né?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- necessidade de infraestrutura física e sanitária;</li> <li>- necessidade de segurança.</li> </ul>

	Eu não tenho muita paciência porquê os quartos são pequenos e não tem muita ventilação, eu não fico presa dentro do quarto uma hora. (...) Aparece muito mendigo aqui drogado, (...) eu acho que deveria melhorar, colocar num instituto.	
Magnólia	O que podia melhorar? Esse som infernal dessas pessoas enlouquecidas, que colocam a música no máximo do máximo, entendeu, e isso perturba, parece uma tortura! E as pessoas que usam droga, que ficam andando sem destino, que ficam andando como se fosse uns zumbis, entendeu, aqui. A higiene da casa que eu trabalho é 100%, 100%, eu não preciso reclamar disso não	- necessidade de segurança; - necessidade de menos poluição-sonora.
Hortência	Eu acho que podia melhorar o ambiente, o local. Melhorar, parte da organização, porquê é muito mal organizado, entra qualquer um, qualquer pessoa, eu acho que é só isso mesmo. A casa onde trabalho é muito boa, ela é muito limpa, muito rigorosa, entendeu? (...) Rigorosa assim, que ela não gosta que trabalhem meninas que se droguem, meninas que arrumem confusão, então é um bom trabalho, é um bom lugar pra se trabalhar.	- necessidade de segurança e organização do espaço.

**Quadro 4: Depoimentos sobre necessidade de melhorias nas condições e no ambiente de trabalho.**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Como é possível notar a necessidade de infraestrutura, seja ela física ou sanitária prevalece na maioria dos depoimentos, sendo Rosa e Magnólia as únicas entrevistadas que dizem não necessitar de melhorias na infraestrutura local e no seu ambiente de trabalho. A falta de higiene, a lotação, o rodízio nos quartos, a questão de falta de água potável e do empoçamento, valas à céu aberto, o alto volume dos sons dos bares e casas e os transeuntes que possuem acesso facilitado às casas (que elas declaram não serem clientes) são um problema constante que estão estreitamente ligados à vulnerabilidade laboral e aos riscos da profissão afirmando os relatos de Moraes (1921) de que esta é uma indústria insalubre.

A revelação por Violeta de que os lençóis são lavados pelo menos uma vez na semana, reafirma a reportagem de A LIGA (2010) que, filmando cabines onde são realizados programas, mostra uma situação sanitária precária, tanto para saúde das prostitutas, quanto para dos clientes e faxineiras, submetendo-os rotineiramente à risco de contaminação por doenças. Deve-se destacar que, para aqueles que trabalham nas casas irregularmente não há qualquer âmparo ou auxílio em caso de

doença, situação que também seria contemplada em caso da regulamentação da profissão.

Outra questão que se fez presente foi a presença da exploração e do desrespeito por parte dos clientes (ÍRIS, MARGARIDA) e donos de casas que cobram altas taxas para utilização das cabines, o que contradiz Aranha (2005) quanto à essas mulheres serem tão dignas de respeito como as demais (ARANHA, 2005). Angélica complementa sua fala dizendo que umas das coisas que ainda pode melhorar é a valorização da mulher prostituta, ou seja, esta “ (...) se entender como mulher”. Sua fala remete a auto-estima traduzida no valor do corpo e no dinheiro negociado : “Fala assim, não pechinchar, falar assim, é tanto, é tanto. Tem que se dar valor” (ANGÉLICA), explicando que o cliente escolha aquela que é mais acessível em termos financeiros, ou seja, a mulher-objeto, vendedora e mercadoria ao mesmo tempo, o que Rago (2008a) afirma ser a “fragmentação do sujeito moderno e a separação radical entre o erótico e o amor” (RAGO, 2008a p.43).

A situação fica mais evidente quando as entrevistadas são questionadas sobre o possível calote de clientes: cinco prostitutas responderam nunca terem realizado programa com cliente que tenha saído sem pagar, duas responderam que nunca tomaram calote mas já viram amigas que tomaram e três responderam que já fizeram programas onde o cliente saiu devendo, como exemplificado no depoimento de Orquídea a respeito de um cliente policial: “(...) eu confiei nele e ele não pagou, pra variar. Não é surpresa” (ORQUÍDEA), afirmando que a classe de policiais “é assim” e por isso não faz mais programas quando sabe que o cliente é policial ou está armado. A estratégia que as prostitutas encontraram para driblar os clientes que tentam sair sem pagar é: “recebo adiantado” (HORTÊNCIA).

Três entrevistadas dizem sentir necessidade de segurança e, Angélica endossa relatando acerca das prostitutas que pagavam cafetões com o objetivo destes exercerem algum tipo de proteção à elas, o que afirma Bourdieu (2002) a respeito da dominação masculina, especialmente quanto a demonstração de força bruta frente a fragilidade da mulher e a aceitação de sua condição de subalternização e

composição de inferiorização ao masculino. Magnólia e Angélica descrevem a atuação dos cafetões: “(...) ele vem *namorá* a mulher, fica com a mulher e pede ajuda financeira a ela, (...) usando a carência emocional da mulher (MAGNÓLIA).

Eles ficavam a noite toda bebendo esperando elas *trabalhá*, aí no final da noite elas não *tavam* com quase nada né, porquê o cara ficava a noite toda comendo, bebendo e era elas que pagavam. Aqui teve muito, agora não tem mais não, eu nunca tive não porquê eu sempre fui mercenaria [risos], sempre gostava de homem que me dava, apanhava feito uma filha da mãe, porquê o cara gostava de mim mas não queria me dar dinheiro (ANGÉLICA).

Essas associações de prostitutas que trabalham nas ruas ou nas casas com os agenciadores, sejam eles rufiões, gigolôs ou até mesmo a polícia, advinda da necessidade de proteção, afirma o que Tedesco (2008) verificou em sua pesquisa como o “pedágio” a ser pago, prática comum em uma profissão não regulamentada.

Quanto à exploração de donos de casas, donos de termas, hotéis, dentre outros ambientes que estão interligados ao universo do comércio do sexo tem-se os seguintes depoimentos que apresentam claramente a realidade de boates e termas:

Nunca trabalhei na rua, já trabalhei em boates, boates fechadas assim, privê, todas aqui [na capital], eu saí porquê muita regra, muita multa, eles querem mandar na gente, querem explorar muito, entendeu? Você faz o programa, é metade do cafetão ou da *cafetona*, é metade, e aqui não, pago só o quarto, é R\$ 8,00 (ROSA).

(..) Oh, eu já tentei trabalhar numa termas mas não consegui pelo fato *deles* não pagarem no dia e prenderem a gente né, porquê a gente trabalha se garantindo naquele dinheiro né, mas eles *num* dão o seu dinheiro na hora. Você trabalha uma semana, trabalha na segunda e só é liberado no sábado ou, se você trabalha na sexta só é liberado no domingo. Eles não dão direitinho [o pagamento dos programas], mas no dia, se você quiser vir embora, não pode. Você tava contando com aquele dinheiro, [e] fica presa lá dentro (VIOLETA).

Violeta acrescenta em seguida que, apesar dos donos e gerentes de termas não liberarem o dinheiro que a garota faturou diariamente, como forma de prendê-la ao local, há dentro das termas estrutura para elas dormirem e passarem a semana, apresentando mais uma vez a exploração das mulheres pelo dono da casa ou boate obrigando-a a pagar um valor diário pré-estabelecido para garantir sua permanência nos locais mesmo que estas não consigam qualquer programa naquele dia. Essa

prática, assim como a cobrança do valor da utilização do quarto da casa para o programa, ou seja, o aluguel das cabines como já citado, ou a porcentagem cobrada pelo valor do programa, ou até mesmo o percentual pago à prostituta em cima do valor que o cliente consumiu e/ou pagou para ela em bebida são práticas já relatadas por Tedesco (2008) que foram apenas comprovadas acrescentando à autora mais uma evidência do abuso sofrido neste universo do trabalho.

Assim, é possível compreender que o argumento de apologia ao cativeiro oficial usado para não regulamentação da prostituição, pois transformaria as prostitutas em escravas dos donos de bordéis, onde elas não poderiam sair das casas, transformando-se em “máquinas de produzir satisfação sexual para o homem” (MAZZIEIRO, 1998, p. 247-248), em nada impede que esta realidade deixe de existir.

Angélia e Íris ainda apresentam que há um acordo tácito entre hotel e prostitutas, mas onde a última parte não recebe quaisquer bônus por isso, o que afirma mais uma vez a subjugação do mais fraco (BOURDIEU, 2002), além de mostrar as interdependências do mercado do sexo, como configurado com a fala de Margarida a respeito dos valores cobrados pela locação do quarto.

Hortência, quando se refere à falta de organização das casas do conglomerado, acrescenta ainda um posicionamento gerencial típico de empresas preocupadas com a qualidade de atendimento ao cliente: “(...) eu não gosto de ser mandada, para isso eu procuro fazer tudo certo para não ser chamada atenção, não que ser chamada atenção seja uma coisa grave, entendeu, mas eu procuro ser perfeita” (HORTÊNCIA). Sendo questionada sobre o que poderia fazer a gerência adverti-la pelo seu comportamento, ela explica: “Bom, se o cara achar que eu fiz um mau atendimento. Mas, graças à Deus, isso não acontece, por que eu procuro ser o que eu sou aqui embaixo”(HORTÊNCIA), referindo à negociação que acontece no bar ou salão do bordel, onde a prostituta acerta o serviço que será realizado durante o programa e o preço para tal com o cliente. Tal exposição apresenta a configuração de uma relação de trabalho, que mesmo que informal possui inúmeras



características em conformidade com outros trabalhos regulamentados pela CLT, e que, em parte só poderiam ser sanadas caso houvesse uma regulamentação ou um posicionamento do Estado que impusesse fiscalização aos bordéis.

A respeito das necessidades de segurança, três entrevistadas deixaram evidenciar em suas falas o total abandono por parte dos donos das casas que não possuem qualquer tipo de controle a esse respeito.

Ainda quanto ao tema segurança, foi questionado às mulheres se elas já sofreram algum tipo de violência de clientes seja ela física e/ou psicológica, e a resposta obtida foi a seguinte: quatro disseram ter sofrido algum tipo de violência física e psicológica de clientes, duas disseram ter sofrido violência apenas psicológica, três disseram não ter sofrido qualquer tipo de violência com clientes, mas que conhecem profissionais que já sofreram, e uma disse nunca ter sofrido nem ter conhecido alguém que sofreu. Quanto aos episódios mais marcantes relatados, seguem o depoimento de Íris e Girassol que caracterizam a relação trabalho *versus* sexualidade *versus* violência:

Já, de sair com cliente de não querer pagar e agredir as pessoas, tomar tapa na cara, agredir fisicamente e com palavras também, verbalmente. Eu já descí pelada, porquê cliente não queria pagar, aí queria enrolar fio de telefone no pescoço e aí você tem descer (ÍRIS).

Já, logo assim que entrei aqui eu fui fazer um programa fora com cara ele me levou (...), me bateu muito. Foi assim, eu virei falei assim “que carro é esse que tá piscando atrás aí?” ele: “não é nada não, que carro? Tá ficando maluca?” aí quando eu olhei eu vi o carro piscando e seguindo, aí ele “não, eu moro (...) aí”. Fui pela serra (...), aí chegou lá fizeram o que quis comigo, me bateram, eu tenho até a marca aqui de coronhada. Aí eles eram tudo grandão, eu pequenininha não *guentava* né? Eu só lembro de um homem escuro que falava assim: “eu não gosto de puta, eu tenho raiva de puta!” e me batia muito e foi o que mais me bateu. Aí eles pararam num posto de gasolina, que acabou, nisso depois que eles fizeram comigo o que queria, ainda ficaram rodando e me ameaçando, rodando comigo me botando terror até chegar no posto de gasolina e ficaram com a arma apontada, eu não podia nem fazer sinal que eu tava com problemas.[Mas você estava fazendo ponto aonde?] Eu tava aqui, o cara me pegou, um só me pegou pra sair daqui com ele, aí tinha um carro com mais oito atrás, oito homens, aí estava sozinho no carro. Aí esse carro foi atrás, chegou lá eles fizeram isso comigo. Sabe como é que eu consegui sair? Eu consegui sair quando eles deram mole com a porta e fui pedir ajuda num prédio, um apartamento ali, ainda atiraram pro alto e coisaram com o carro, eles iam me matar aquele dia foi de Deus mesmo (GIRASSOL).

Esses depoimentos reafirmam que o erotismo do corpo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder, através do uso da violência, da força sobre os corpos das prostitutas que são reduzidos à objetos (BOURDIEU, 2002).

Como forma de perceber ainda mais as vulnerabilidades as quais as prostitutas estão expostas, as entrevistadas foram questionadas quanto à violência policial, se já sofreram ou se já viram alguém da profissão que tivesse sofrido. Sete entrevistadas disseram não ter visto nem sofrido qualquer tipo de violência policial além da costumeira “dura”<sup>20</sup>, duas entrevistadas disseram não ter sofrido, mas terem presenciado, sendo que uma delas disse: “Assim você me compromete” (ANGÉLICA), e Orquídea foi a única que disse já ter sofrido violência policial narrando a forma como os policiais lhe tratam: “Olha me tratam bem, só evito programas, (...) eles não costumam pagar. Não são todos, não são todos”, explicando em seguida o episódio violento que sofreu com um policial “Já teve, já teve! Botar arma na minha cabeça, querer eu faça sexo anal e eu não faço, aí eu falei “mata”(ORQUÍDEA), relatando também que já viu colegas de trabalho sofrerem violência, mas a que sofreu no trabalho foi

(...) apenas assim, o que eu falei anteriormente, mas não chegou a me bater, a me agredir não, a violência é apenas psicológica, a pessoa sobe armada e aí é uma pressão psicológica muito grande. Então eu não subo mais, está com arma, eu não subo mais, eu entrego o dinheiro e desisto do programa (ORQUÍDEA).

Sua fala, assim como a de outras mulheres entrevistadas, dão o entendimento de que há um patamar, uma categorização de violências, minimizando a violência psicológica em detrimento da agressão física, como se ser agredida psicologicamente estivesse tão aderido ao seu cotidiano laboral que perde sua real importância. Violeta complementa narrando a presença policial no conglomerado:

Eles mesmo, ainda *ganha* em cima, é porque, assim, um policial entendeu que vem e tal, aí vê muitas coisas erradas aqui dentro, ele como profissional deveria o quê? Fazer o certo, né? Mas não, e eles acabam ainda se misturando. [Sobre o que seria o certo] Pô, eles *agi* conforme a lei,

<sup>20</sup> Tomar “dura” é um termo popularmente usado para a revista de policiais.

entendeu, o que se eles agissem como a lei muitas coisas não *teriam* acontecendo. (...) tem muitos policiais que vêm aqui, usam droga por exemplo, entendeu? Eu acho isso errado, tem muitos delegados que falam de bandidos mas ele mesmo se *misturam* com eles aqui. [Sobre a presença de delegados nos prostíbulos] É, tem muitos delegados que às vezes aparecem por aqui (VIOLETA).

E por fim, questionadas sobre a segurança no conglomerado de bordéis, Orquídea e Hortência afirmam:

(...) não 100 % mas 99% porque dificilmente alguém aqui vai fazer mal pra uma mulher porquê tem quem olhe, né? A gente mesmo se defende, se ela tá em algum programa e eu escuto algum tumulto, eu já grito pro cara, entendeu? A gente defende uma a outra não é assim? [perguntando para Violeta ao lado]. A gente mesmo se defende e é pior *apanha* de mulher do que de homem! (ORQUÍDEA).

(...) sim, mas eu acho que segurança é uma coisa que vem de você, se você não apronta, se você não sacaneia, entendeu, você é bem tratada, tudo depende, gentileza gera gentileza. Em qualquer lugar se você souber entrar, você vai sair. (...) Peço à Deus, não tem coisa melhor que ele né? Agradeço ao sair, agradeço ao entrar, agradeço em casa, então não tem coisa melhor (HORTÊNCIA).

Como parte da vulnerabilidade laboral a que estão expostas, perguntou-se se alguma vez a entrevistada recebeu esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de DST/AIDS. Nove entrevistadas disseram que já receberam algum tipo de esclarecimento, seja através de visitas de agentes de saúde aos pontos de prostituição, distribuição de folhetos, revistas explicativas e preservativos e palestras. Porém apenas uma entrevistada afirmou não receber qualquer esclarecimento sobre DST's, perguntado: "O que que é isso DST? (...) Tipo AIDS?", depois de explicado ela revelou (...) Eu tenho AIDS, sou soropositiva mas é meio complicado, porquê depois de já ter já que eu fui conhecer melhor, depois que descobri que foram explicar disso, aquilo, se eu tivesse conhecimento antes com certeza não teria pego essa doença". Angélica explica que "(...) só depois do [primeiro] *Rock In Rio* né, pra cá, que começou a ter essa doença do HIV, porque fora disso eram aquelas doenças simples né, que com uma *bezetacil* curava né, ninguém usava camisinha antes disso e ninguém era doente, agora tá feio".

Portanto, foi questionado se as entrevistadas têm acesso gratuito à programas de saúde preventivos e ao tratamento caso necessário. Nove entrevistadas disseram

ter acesso, inclusive no posto de saúde localizado no Bordel, onde há um ginecologista que presta plantão toda terça-feira, fazendo exames preventivos e fornecendo medicamentos para quem não pode comprar. Angélica, que é agente de saúde, conta que: “Eu distribuo 40 preservativos por mês [para cada profissional], se alguém tiver precisando de tratamento eu levo o nome pra casa ligo pro meu trabalho, agendo, aí já faz todos os exames”, acrescentando que para quem está precisando o tratamento é imediato. A única entrevistada que disse não ter acesso, Jasmim, aparentou não ter conhecimento da existência do posto de saúde no bordel. Porém, embora as demais tenham acesso gratuito, Violeta, Girassol, Magnólia e Hortência procuram atendimento fora, explicando: “Eu tenho, mas eu prefiro pagar preventivo, um exame preventivo lá no (...) hospital particular, (...) porque é mais rápido” (MAGNÓLIA), e “(...) tenho, tenho sim, mas tudo que eu procuro, eu tenho dúvida de alguma coisa, sempre tenho acesso à Internet, então é mais fácil” (HORTÊNCIA).

Outro questionamento proposto foi à respeito da percepção de discriminação e marginalização, inquirindo ainda em como as prostitutas vêem o discurso da sociedade acerca da profissão do sexo. Oito das entrevistadas disseram se sentir marginalizadas ou sofrer discriminação, porém, Violeta e Rosa diferenciam a marginalidade da discriminação, onde Rosa responde “Não [me sinto marginalizada], porque eu não vendo droga, não uso droga, eu não faço nada disso”, sendo que apenas duas não se sentem discriminadas e marginalizadas. Sobre os sentidos acerca da discriminação social, Íris responde sentir que a prostituta sofre preconceito “(...) porque o executivo quer ser melhor que a gente, fica de nariz em pé, desfaz”. Relatou sofrer forte discriminação social, afirmando assim, estar à margem da sociedade, como segue o relato:

Olha, sinceridade, os meus vizinhos eu também não gosto não. Eu já senti discriminação, eu sinto até triste porque é uma coisa que marca muito a gente, a gente quer mudar, às vezes a gente *arrumá* um casamento, assim, aí eles falam “você vai ficar com essa mulher? Essa mulher é rodada, é mulher de rua!” comigo mesmo falam, com meus filhos não falam não, Deus me livre! (...) Cara, os *zotros* lá em casa, os vizinhos, eles vigiam a gente sair pra trabalhar, os meus vizinhos são podres! (...) Oh, tem uns dois anos que eu *tô* fora da vida, agora que eu *tô* voltando, eles vigiam, jogam piada: “Já vai, né?”, “*Tá* saindo muito!”, sempre joga uma piadinha. Eu coloquei

uma placa na minha casa, eu quero sair de lá, tem dia que eu chego em casa e eu choro, muito difícil para mim, não faço por opção, faço por necessidade! (ÍRIS).

A fala de Íris caracteriza a citação de Pasini (2005) que afirma que a discriminação da prostituta ocorre possivelmente porquê é ela quem abstrai a qualidade de romance e intimidade na relação com o homem, tornando-o, assim, um serviço prestado. Daí também a dificuldade que Íris relata em “arrumar um casamento”.

E após o desabafo em lágrimas, responde que se tivesse outra opção de trabalho “Com certeza!” (ÍRIS) saíria da prostituição. Rosa, por sua vez, ilustra ainda mais o sentimento de isolamento advindo do preconceito social reafirmando Carvalho (2000) que cita que os comportamentos não controlados recebem ameaças de exclusão:

(...) eu acho que deveria ter menos preconceito, assim, muito preconceito. Eu acho que deveria ser tratada como qualquer uma pessoa, qualquer um que trabalha em outro lugar, com uma mulher que trabalha dentro de um banco, eu acho que deveria ter o mesmo direito. É muito discriminada a prostituição, as pessoas olham pra gente como se fosse um bicho, a maioria dos homens, das mulheres, olham pra prostituta, já olham torto. Já passei por vários preconceitos, já perdi vários namorados por isso. Amigas, só tenho uma amiga até hoje, nesses quatro anos só sobrou uma amiga, eu só tenho uma amiga e ela frequenta minha casa, é a única amiga que sai comigo pra balada, pra praia, que vai na minha casa almoçar comigo. Até a minha irmã ficou contra mim, eu não tenho ninguém, só tenho uma amiga e a minha mãe que nunca ficou contra mim (ROSA).

Na sua opinião, ela acha “rídículo” (ROSA) o discurso da sociedade brasileira sobre a prostituição, explicando “Porquê é muito preconceito, é muito preconceito, não tem como explicar, porquê é muito preconceituoso a prostituição no Brasil, é vergonhoso pra mulher ela falar que é prostituta, ela é excluída de muitas coisas” (ROSA).

Jasmim diz que a sociedade brasileira que as vê “(...) criticando, achando que a gente é vagabunda, entendeu, é por aí” (JASMIM). Como forma de amenizar tal constrangimento por causa do preconceito, quando Jasmim é questionada sobre seu trabalho, ela prefere não assumir a prostituição como meio de vida: “(...) escondo, falo que é outra profissão, sempre eu falo que trabalho num salão de beleza, trabalho de manicure” (JASMIM), pois em sua opinião, trabalhar como manicure

fosse mais digno do que como profissional do sexo.

Finalmente, Orquídea disse não se sentir nem discriminada, nem marginalizada:

(...) não porque eu sou uma pessoa que tenho uma postura muito legal, então as pessoas acabam me respeitando por isso. (...) primeiro você tem que mostrar quem você é pra depois você dizer o que você faz. (...) minha personalidade, meu caráter não se vendem, eu vendo meu corpo, isso não (ORQUÍDEA).

E, por fim, expõe sua percepção sobre o discurso da sociedade brasileira acerca da prostituta “Muita gente hipócrita, que gosta muito e participa muito, vem procurar freqüentemente, entendeu, só que chega lá fora e quer discriminar, entendeu, mas na verdade são pessoas hipócritas, pura hipocrisia e mais nada” (ORQUÍDEA). Porém, a fala de Magnólia expõe com clareza a rotulação da degenerada nata de Lombroso (RAGO, 2008a), percebida pela prostituta uma vez que explicitada pela sociedade:

(...) eles rotulam a gente como se todas nós fôssemos drogadas, assim, pessoas degeneradas, e nós não somos. Tem pessoas por exemplo, meu exemplo. Eu nunca roubei ninguém nesses dez anos e nunca usei drogas. Não fumo e não bebo, e só venho aqui de manhã todos os dias. Tem pessoas assim aqui, entendeu? (MAGNÓLIA).

Como a sexualidade envolve processos culturais e plurais, sendo uma invenção cultural que se constitui historicamente nos inúmeros discursos que regulam e normatizam a sociedade, produzindo saberes e fazeres (LOPONTE, 2002), a mulher que sai com vários homens, não escolhe o parceiro e cobra pelos serviços, mesmo na atualidade, são consideradas desviantes em relação ao comportamento do ser humano tido como “normal”, sofrendo muitos preconceitos e discriminações, afirmando o posicionamento de Azevedo (2007), que analisando a profissão da garota de programa, diz que esta é uma escolha de vida que sofre pois expõem essas mulheres à aspectos psicossociais de vulnerabilidade laboral.

Porém, analisando seus depoimentos e históricos profissionais dentro de um contexto social capitalista potencialmente excludente e marginalizante Azevedo

(2007) pode ser questionada quando faz referência à prostituição como “escolha de vida”. Para as dez profissionais do sexo entrevistadas, incluindo Hortência que possui um grau de instrução consideravelmente maior que as demais, o que em tese poderia lhe proporcionar um posicionamento no mercado de trabalho diferenciado, capaz de suprir suas necessidades financeiras, a profissão do sexo não foi escolha (embora em algumas falas, quando analisado superficialmente, esse eixo fique em evidência). O que precisa ser apresentado é o eixo norteador da sociedade onde o consumo é privilegiado, ou seja, esse mesmo consumo é o fator definidor não apenas de ascensão social, mas define, especialmente, a capacidade básica de subsistência de toda uma camada da população.

Além disso, como Castro (1988) já propunha, o corpo sexualizado da prostituta e a possibilidade dela obter prazer com sua profissão é uma ameaça à sociedade pois a sexualidade e a centralidade do trabalho, se chocam com a submissão à moral do trabalho associada à moral da família, valores instituídos e construtores da cidadania, e que devem permanecer protegidos através da disciplina e do controle dos trabalhadores (NARDI, 2007), uma vez que a sexualidade se torna o meio mais eficaz de se fixar as premissas culturais instituídas (SOUZA, 2009).

### **6.3.2 Atributos e identificação do profissional do sexo**

Com a finalidade de compreender quais as qualidades inerentes às profissionais do sexo para o exercício da profissão, foi solicitado as prostitutas que, inicialmente respondessem se prostituição é profissão. Logo em seguida pediu-se que elas traçassem o perfil da mulher que desempenha essa tarefa e definissem o trabalho do sexo.

Posteriormente, investigou-se sobre qual nomenclatura deveria ser usada para sua denominação daquele que comercializa o corpo, ou seja, se há alguma preferência entre as palavras puta, prostituta e profissional do sexo.

Uma vez que nesse universo são encontrados inúmeros profissionais que não apenas dão suporte ao exercício da prostituição, como garçons de casas de prostituição, massagistas de saunas e stripper's, como há aqueles em que possa haver uma nomenclatura que não deixe claro a realização da prostituição como por exemplo atriz e ator de filme pornô, acompanhantes de executivos e garotas de programa, pediu-se para que as entrevistadas apontassem, em sua opinião, quem é e quem não é profissional do sexo, deixando-as livres na escolha. Por fim, arguiu-se sobre o fator monetário como definidor ou não, da prostituição, questionando se sexo em troca de favor é prostituição.

Serão apresentadas à seguir as respostas a tais questionamentos, sendo que o primeiro proposto versa sobre a prostituição como profissão. Durante as entrevistas, as prostitutas permaneceram livres para responder da maneira como achavam ou percebiam melhor o seu trabalho, uma vez que procurou-se compreender qual o valor ou o sentido do trabalho da profissional do sexo para elas (Quadro 5: continuação na próxima página).

Nome	Prostituição é Profissão?	Explicitação dos conteúdos
Angélica	Pra quem depende só dela, quem não tem disposição pra trabalhar, então é a profissão da pessoa.	- É profissão mas marginalizada.
Íris	Por que é tipo uma profissão, se você não <i>vim</i> você não ganha, <i>tô</i> errada?	- Só é profissão se há rotina de trabalho e lucro.
Margarida	Ah, é uma profissão, que a gente <i>tá</i> aqui [referindo-se ao bordel onde estava esperando um cliente] todo dia correndo atrás, né? É um trabalho normal.	- É profissão porquê há rotina de trabalho.
Rosa	Porque a gente já trabalhando, né? A gente <i>tá</i> trabalhando como qualquer outro trabalho, você vê que tem mulher que trabalha doze, vinte e quatro horas por dia para sustentar a família, então é trabalho, eu acho que é trabalho.	- É profissão porquê há rotina de trabalho e propósito de sustento familiar.
Jasmim	(...) sim. Eu acho assim, desde quando a gente faz tudo dentro da profissão, sabe se <i>cuida</i> , então eu acho que é uma profissão. Usar sempre camisinha, fazer tudo dentro da profissão com cuidado.	- É profissão que requer proteção devido a riscos à saúde.
Orquídea	Com certeza, porque eu sou uma profissional e eu sustento assim a minha família, e foi assim que eu consegui minha independência financeira, eu nunca mais fui despejada, desempregada com filho pequeno, <i>pagano</i> aluguel e sendo despejada porque não tinha o dinheiro do aluguel, então se a pessoa for profissional, é uma profissão.	- É profissão porquê tem o propósito de autonomia financeira e de sustento da família.



Violeta	(...) um trabalho como qualquer um, entendeu? Você não tá roubando, não tá matando ninguém, você tá cobrando aquilo que você vai fazer.	- É profissão porquê exige rotina e não é crime.
Girassol	Eu sempre encarei como profissão, tanto que tudo que eu tenho, eu sempre falo pro meu filho: “a mamãe vai trabalhar”, ele não sabe que eu faço isso.	- É profissão porquê tem o propósito de sustento da família, mas é marginalizante.
Magnólia	É um serviço sim, mas é um serviço marginalizante, mas é uma profissão.	- É profissão, mas é marginalizante.
Hortência	Não vejo como não ser uma profissão. É uma profissão, a pessoa paga para ter os serviços, é como se você fosse num <i>drive</i> , você tem que pagar para poder comer, não é? Aqui não fica muito diferente, paga pra comer, mas comer outro tipo de comida.	- É profissão porquê é um serviço prestado e tem retorno financeiro.

**Quadro 5: Prostituição é Profissão?**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

TOLFO e PICININNI (2007) afirmam que os valores do trabalho apresentam, diferenças e similaridades transculturais relacionadas com a importância atribuída às facetas do trabalho. Na busca pelo valor do trabalho da prostituta foi possível notar uma gama de sentidos e valores atribuídos a tal profissão, especialmente atrelado ao inculcamento da cultura da prostituta ser mulher de vida fácil. Esse paradigma enraizado pode ser notado na fala de Angélica, Girassol e Magnólia, que condicionam a profissão à quem não tem outra opção ou disposição para outro trabalho, desvalorizando-a frente à qualquer outra profissão e afirmando o que Senge (1990) atribui ao significado do trabalho contemporâneo, onde "a necessidade trabalhar duro torna-se uma virtude" (SENGE, 1990, p. 119).

Quando Jasmim cita “usar sempre camisinha, fazer tudo dentro da profissão, com cuidado” não apenas afirma Pasini (2000) mostrando que existem regras dentro da prostituição que as diferem de outras mulheres, como reforça a pesquisa de Lopes, Rabelo e Pimenta (2004), evidenciando que os homens às procuram, pois, uma vez que “fazem tudo dentro da profissão”, não há o inconveniente de ter de manter relações de compromisso com elas.

Já a fala de Magnólia e Girassol, que esconde a profissão do seu filho, afirma Swain (2004) que diz que a prostituição é um trabalho que insulta às mulheres, menosprezando totalmente as condições que levaram tais mulheres a se submeter a

profissão que exercem, desconsiderando que essas mulheres possam estar sendo impulsionadas à prostituição por elementos de ordem social, como apresentado pela Folha Feminista (2003).

É possível que seja por não encontrar valor e sentido no trabalho (DEJOURS, 1992) que Violeta afirma que a prostituição é profissão porque não é crime, uma vez que não percebe o significado do seu trabalho para a sociedade. Além disso, há que se considerar que no indivíduo social estão incorporadas as intuições, e que em 1897 a prostituição era considerada um “fenômeno social fatal” (MAZZIEIRO, 1998, p.247) qual o crime, e como somos fragmentos ambulantes da sociedade que nos compõe, essa comparação pode ser uma prova do imaginário social instituído.

Tanto Orquídea, quanto Girassol e Rosa buscaram a motivação do construto do significado do trabalho na função que cumpre para elas a manutenção das necessidades familiares, porém, o conjunto de produtos básicos que o trabalho poderia proporcionar como por exemplo, prestígio, contato social, estabelecimento de relações interpessoais, sensação de utilidade para a sociedade e auto-realização (TOLFO; PICININNI, 2007), não são mencionadas, reduzindo a motivação ao trabalho do sexo ao retorno financeiro que este proporciona, possibilitando o consumo (GIUBERTTI, 2004) como claramente mencionado por Íris, Orquídea e Hortência, relacionando o trabalho à moeda.

Muitas associam a prostituição à uma rotina de trabalho, reconhecendo o trabalho somente como algo obrigatório e necessário à sobrevivência e aquisições deixando de perceber esse mesmo trabalho como integrador, capaz de desenvolver um indivíduo, um ser social (TOLFO; PICININNI, 2007).

O próximo questionamento (QUADRO 6) refere-se ao que significa ser profissional do sexo para as entrevistadas. As respostas encontradas foram as seguintes:

Nome	O que é ser Profissional do Sexo?	Explicitação dos conteúdos
Angélica	(...) tá ali pra servir os fregueses. (...) Pra muitas vezes fazer	- É estar disponível pra

	coisas que o homem casado não tem em casa, tem muito que é assim, vai pra rua procurar o que não têm em casa, por que a maior parte dos fregueses da rua é casado. Foi muito tempo que vinha menininho novo aqui, agora não vem mais não. E a mulher que arruma mais dinheiro é a mulher completa, eu nunca fui muito não.	satisfazer qualquer desejo dos fregueses; - Destaque para o verbo servir – serviçal; - Mudança no perfil dos clientes.
Íris	[Precisa ter] beleza, capacidade e coragem de fazer tudo o que o cliente pede.	- É estar disponível pra satisfazer qualquer desejo dos fregueses; - Necessidade de beleza pelos padrões sociais.
Margarida	Eu acho que é uma necessidade, ninguém tá aqui porque gosta. Por que precisa. A gente tá aqui pra trabalhar, né. Ganhar o dinheiro da gente, normal. Eu me sinto um lixo.	- Insatisfação com o trabalho; - Naturalização através do mecanismo monetário de troca.
Rosa	(...) dá prazer ao homem	- É estar disponível pra satisfazer qualquer desejo dos fregueses.
Jasmim	“(...) realiza[r] os desejos do homem, a garota de programa mesmo é diferente da mulher normal ela tem que ter disposição para ficar com qualquer homem e transar também, né?”	- É estar disponível pra satisfazer qualquer desejo dos fregueses; - Diferença entre a mulher “normal” e a prostituta.
Orquídea	(...) é a mulher que vem aqui apenas pra ganhar o seu dinheiro, não se misturar com mais nada, pegar todos os dias o dinheiro que ela ganha e levar tudo pra casa, saber administrar o que ela ganha, tratar bem as pessoas, com respeito, não ser usuária de nenhum tipo de entorpecentes porque isso aí, com certeza vai levar ela a derrota.	- É se preocupar com a família; - É saber usar seu dinheiro com cautela; - É se socializar; - É não se marginalizar, usando entorpecentes.
Violeta	É aquela que cumpre, entendeu, que cobra aquilo ali, permanece com aquilo ali. Muitas cobram aquilo ali mas não fazem o que falam, entendeu? O programa é tanto, aí perguntam "o que você faz?" [cliente], "ah, isso, isso e aquilo" [prostituta], aí o cara fica todo alegre, né, paga e quando chega lá em cima não é nada daquilo, entendeu?	- É ser comprometida com o acordo negociado com o cliente;
Girassol	Pra mim, é uma figurante, eu acho que quando a gente sai daqui nós somos uma mulher totalmente diferente, entendeu, por que a prostituta ela fica lá dentro. Eu acho um nome muito carregado é a profissional do sexo, a prostituta não existe. (...) tem mulher e mulheres, eu acho assim, tem muita mulher de casa mais profissional com o marido que uma mulher da rua, e tem aquela profissional que satisfaz o que a mulher não faz em casa, entendeu? É muito relativo, vai da pessoa e da personalidade da mulher.	- É uma personagem; - Diferença entre a mulher “normal” e a prostituta.
Magnólia	Olha, é a pior coisa que tem. (...) por que a gente é excluída né, de tudo, lá fora, socialmente falando. A gente que ter um relacionamento, quando a gente fala pro rapaz que a gente é garota de programa, é porque a gente falou ele não quer mais a gente, se a gente não fala é porque a gente mentiu, e aí ele também não vai querer mais a gente.	- É ser marginalizada e excluída da sociedade.

Hortência	(...) é aquela mulher que ela é guerreira né, faz e tem coragem de fazer o que muita mulher não tem. Tem muita mulher que tem coragem de roubar, de até matar, mas não tem coragem de poder vir para cá e sustentar seus filhos, sua casa, entendeu, prefere fazer coisas piores, e dizem que isso é pior, não é, é ruim por um lado mais é bom por outro.	- Diferença entre a mulher “normal” e a prostituta; - É uma guerreira.
-----------	--	---

**Quadro 6: O que é ser Profissional do Sexo?**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

É possível notar novamente que há diferenças explícitas entre o que é ser profissional do sexo para uma prostituta e para outra, uma vez que os valores e sentidos dos trabalhos estão diretamente ligados aquilo que as motiva a trabalhar: o sustento familiar.

É possível perceber imediatamente que os relatos sobre a antiga função dos bordéis de ajudar os moços de elite à extravasar seus impulsos sexuais resguardando a castidade das moças até o casamento (VAIRO, 1925; RAGO, 2008a) foi uma realidade, como afirmado por Angélica, porém, não se encaixando mais no perfil dos clientes atuais.

Dessa forma, mais uma vez, Margarida quando afirma “Eu me sinto um lixo” reafirma Swain (2004), que naturalizou sua condição de exclusão e marginalização pela necessidade financeira.

Já as falas de Jasmim, Hortência e Girassol remetem ao papel da prostituta que tem a função de compensar a rotina monótona da vida familiar, do ideal burguês como descrito por Nardi (2007), ou seja, ela seria uma linha de fuga para os homens da família monogâmica instituída socialmente, alugando seu corpo para jogos sexuais (BRAGA, 1982). É possível ainda, pela fala da própria Girassol e de Jasmim, afirmar Guimarães e Merchán-Hamann (2005) quando citam que a profissional do sexo é aquela que trabalha com a realização de fantasias eróticas, como por exemplo Girassol, que utiliza-se de fantasia de odalisca criando uma personagem, onde o homem busca viver as fantasias projetadas sobre as sociedades civilizadas, reais ou imaginárias como descrito por Rago (2008a), uma vez que a dominação masculina e o *habitus* instituído e enraizado produz a diferença entre a mulher “normal”, aquela que deve ser preservada para o casamento e perpetuação da família, daquela que

está ali para servir e dar prazer ao homem. O mesmo homem que paga por seus serviços é o mesmo que a recrimina e a exclui (BOURDIEU, 2002).

Por fim, o perfil lombrosiano relatado nos trabalhos de Rago (2008a) da degenerada nata atraída pelo roubo e pela chantagem que adora bebidas alcoólicas, como os criminosos, que é violenta e gosta de brigas apresenta total dissonância do significado de ser prostituta apresentado por Hortência e Orquídea, onde para esta última, a mulher que se adequa ao perfil lombrosiano é uma derrotada, tanto quanto o perfil da profissional traçado por Violeta de comprometimento com o cliente. Desta forma, vê-se claramente em sua fala e na de Girassol que fora da "batalha" ou da "vida" seus valores morais são tão rígidos em relação a filhos, família e ao lar como de qualquer outra mulher (LEITE, 2009).

Com o objetivo de continuar a análise sobre quem é e quem não é profissional do sexo na visão daquelas que desempenham a função, as entrevistadas foram solicitadas a definir tais profissionais. Porém, desta vez, foram apresentados seis tipos de profissionais do sexo: Acompanhantes de executivos, atrizes e atores de filmes pornô, garotas de programa, garçonetes e garçons que trabalham em estabelecimentos com apelo à sexualidade, massagistas de casa que têm como finalidade o erotismo e o sexo e, dançarina e dançarino que prestam serviço nus, comumente conhecidos como *stripper's*. Tal questão tem por base analisar o PL nº 4.244/04 formulado pelo Deputado Federal Eduardo Valverde (PT-RO) além de averiguar se existe alguma diferença entre uma profissional do sexo e uma acompanhante de luxo que de alguma forma influenciasse na discriminação.

Tais questionamentos foram respondidos de forma livre, portanto, conforme o profissional apresentado, as respostas foram depende, sim e não. Quanto às acompanhantes de executivos uma entrevistada disse depender se há ato sexual, três responderam que acompanhantes não são profissionais do sexo, pois apenas fazem companhia, e seis afirmaram sim, ou seja, as acompanhantes são profissionais do sexo.

Quanto às atrizes e atores de filmes pornô uma disse não saber responder a

questão, duas disseram que não, pois são atores, e sete disse que são sim profissionais do sexo, embora também sejam atores e por isso estão muito mais expostos e suscetíveis a discriminação, por sua imagem estar eternizada no filme.

Já quando o profissional do sexo analisado foram as garotas de programas não restaram dúvidas, foi unanime a resposta afirmativa.

Sobre garçons e garçonetes de bordéis e casas onde há apelo sexual, três entrevistadas responderam que depende, eles só são profissionais do sexo se recebem uma proposta e esta é aceita. Já duas disseram que esses trabalhadores são sim profissionais do sexo, porquê constantemente há propostas de fregueses e comumente eles aceitam como forma de aumentarem seu salário. Porém, cinco disseram que garçons e garçonetes não são profissionais do sexo, eles são funcionários de restaurantes e bares que trabalham servindo comidas e bebidas aos clientes.

Sobre os massagistas de saunas e termas, uma entrevistada disse que depende do ato sexual, duas disseram que sim, eles são profissionais do sexo porquê no final da massagem sempre há sexo oral e sete entrevistadas disseram que os massagistas não são profissionais do sexo pois eles fazem apenas massagens relaxantes.

Por fim, quanto aos *strippers* duas entrevistadas afirmaram que eles não são profissionais do sexo, que são apenas bailarinos, e oito afirmaram ser sim profissionais do sexo, pois segundo Girassol, que já foi *stripper*, sempre há uma proposta de sexo depois do show e os *strippers* aceitam para aumentar seu cachê.

Pode-se então concluir que na opinião das entrevistadas, para ser profissional do sexo é preciso haver a existência do ato sexual, o que de certa forma mostra que não há uma conformidade das próprias profissionais com o PL proposto por Valverde (2004) e vetado pelo Congresso Nacional. Sua proposta, dentre outras, era dar uma maior abrangência aos diversos tipos de profissionais que estão direta ou indiretamente ligados à indústria do sexo, que na sua opinião, é altamente insalubre

e por isso necessitaria de leis específicas e categorizações com o intuito de resguardar a saúde desses profissionais.

Outra pergunta apresentada as entrevistadas foi a respeito de possíveis diferenças entre as mulheres que são prostitutas na “boca do luxo”, ou seja em boates e as que são prostitutas na rua e na “boca do lixo”, como definiu Leite (2009), que de alguma forma influenciasse na discriminação entre elas e entre os clientes. Assim sendo, sete profissionais responderam não haver qualquer diferença entre as acompanhantes de luxo e as prostitutas de bordéis e, que inclusive, quando o movimento das termas – consideradas casas de luxo, diminui, as acompanhantes de luxo vão para o conglomerado de bordéis para aumentar seu faturamento. Já uma disse que existe sim diferença entre uma garota de programa e uma acompanhante de executivo, mas essa diferença é refletida na postura do cliente. E, por fim, duas disseram que há sim diferença entre as prostitutas do luxo e do lixo uma vez que as do luxo, que normalmente trabalham em casa disponibilizando fotos pela internet e marcando encontros pelo telefone, estão menos expostas e menos vulneráveis à discriminação e ao preconceito social. A fala de Girassol ilustra bem o questionamento feito:

(...) tem aquelas que quer ser bem nariz empinado, entendeu, mas acaba caindo no lugar que a gente tá, porque na boate de vez em quando dá uma caída, aí o que que acontece? Vem todo mundo pra [cá]. Aí aqui elas ficam humilde e acaba levando as daqui para lá, entendeu? (GIRASSOL).

Posteriormente, a pergunta feita foi: Sexo em troca de favor é prostituição? Apenas três entrevistadas disseram que não, pois para elas, para se configurar a prostituição precisa haver dinheiro como pagamento ao serviço prestado: “Eu acho que tem que rolar dinheiro. Se trabalha na vida, como profissional do sexo, tem que rolar dinheiro” (MARGARIDA). Já as outras sete prostitutas disseram que mulheres que fazem sexo em troca de qualquer tipo de favor são sim prostitutas: Sim (...) por que tá usando a intimidade dele ou dela para usufruir vantagem financeira (MAGNÓLIA).

(...) às vezes até a mulher casada mesmo é prostituta, por que às vezes faz chantagem com o marido, fala se você me der isso assim, assim, eu vou caprichar mais, vou fazer isso, vou dar aquilo, então já é prostituta, tá se vendendo (ANGÉLICA).

Ela é, incubada. Ela não quer assumir tem vergonha. (...) ela é, existem muitas mulheres que fazem programas incubadas, tipo, saem com o homem em troca de dinheiro, a troco de uma garrafa de cerveja, a troco de um saco de pó e se incubam. (...) muitas das vezes a mulher se troca às vezes por outras coisas sem ser dinheiro (ROSA).

Ou seja, ser prostituta é fazer sexo para trocar por algo, seja este algo recebido pecúnio ou benefícios particulares que dêem favorecimentos à quem os recebe. Houve ainda uma outra nomenclatura “piranha” que não foi definida previamente, mas que surgiu durante a entrevista e que está atrelada diretamente a mulher que faz sexo em troca de favor e não de dinheiro, o que na definição de Girassol é o mesmo que “puta”. Quando solicitado que Girassol definisse-se esse termo, ela responde “(...) ela (a mulher que faz sexo em troca de favor) tá ali em função de um cargo maior né, ela vai usar o corpo dela, então como ela não trabalha num lugar de prostíbulo ela não é uma prostituta, ela é uma piranha. Como dizem né, uma puta, entendeu? Se é favor é piranha” (GIRASSOL).

Por fim, foi solicitado que as prostitutas apontassem como preferem ser chamadas, se prostituta, se puta e ou se profissional do sexo, onde três responderam que a nomenclatura não faz diferença, mas que depende da conotação: “(...) não tem diferença depende de como é colocado, na hora que é colocado. Bom, tem pessoas que dizem de uma forma agressiva “puta”, tem outras que não, dizem não vamos lá fazer uma putaria, entendeu? Tudo é da forma como é colocado” (HORTÊNCIA).

Já sete prostitutas responderam que preferem o termo “profissional do sexo” por ser mais “bonito” (ANGÉLICA), mais respeitoso e menos escancarado (MARGARIDA) e “(...) por que a gente se considera uma profissional, então prostituta eu acho um nome muito áspero e puta também já é muito baixo” (JASMIM).

Girassol mostra seus sentimentos em torno da palavra “prostituta”: Eu acho um nome muito pesado para uma pessoa, então eu acho que todas nós temos coração, então para mim prostituta é um nome muito carregado, é como se a gente tivesse comendo uma panela de feijoada e fizesse mal” (GIRASSOL).



Dessa maneira, embora haja toda uma diferenciação no sentido das nomenclaturas impostas à profissão do sexo, com a sua expansão e com a inserção das mulheres no universo do trabalho, a condição da mulher trabalhadora do sexo pouco mudou do início século passado até a atualidade, pois se comparado às elucidações de Oliveira (2004) sobre as mulheres que “fizeram carreira”, chegando a alcançar uma boa posição social e profissional, parece haver de fato um lugar diferenciado na sociedade que separa a mulher “normal” e a prostituta, uma vez que mesmo havendo uma mudança do papel da mulher que tornou-se mais participativa no sistema econômico-político-social (BOBBIO,1987), muitas prostitutas continuam submetidas à condições desumanas e muitas ainda prostituem-se em troca de favores, expandindo não apenas a venda do corpo como também a exploração, como citado por Ceccarelli (2008). Ou seja, enquanto a sociedade se preocupa em preservar o decoro público, a moral e os bons costumes (MAZZIEIRO, 1998) as prostitutas são relegadas ao esquecimento como se não fossem cidadãs.

Por fim, há de se ressaltar que para o exercício efetivo da cidadania em uma país democrático faz-se necessário reconhecer que trabalhos informais não permitem a arrecadação de impostos, verbas estas que são revertidas em prol do benefício público. Portanto, para exercer-se a cidadania há de se convir que é sumariamente importante contribuir como cidadão. No tópico seguinte será esclarecido o posicionamento político que as prostitutas compartilham a respeito do que é cidadania dentre outras questões pertinentes ao processo de profissionalização.

### **6.3.3 Cidadania no processo de profissionalização da profissão do sexo**

Na categoria “Cidadania na Prostituição”, foram averiguadas questões sobre direitos trabalhistas que as prostitutas gostariam de ter, ou seja, a jornada de trabalho almejada, pedindo que elas definissem o piso salarial mínimo para a profissional do sexo, a carga horária diária de trabalho, além dos direitos que desejariam ter, como férias, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), 13º salário e aposentadoria. Além disso, inquiriu-se sobre seus deveres como profissionais do sexo, uma vez

fariam juz aos direitos. Tentou-se também perceber qual o sentimento de uma trabalhadora que não tem sua profissão reconhecida, que almeja direitos mas que não contribui como os demais trabalhadores.

Abaixo (QUADRO 7) é apresentado o piso salarial mínimo almejado para a categoria, assim como a carga horária diária de trabalho que as entrevistadas deveriam ter caso a profissão fosse regulamentada:

Nome	Piso Salarial Mínimo	Carga Horária de Trabalho (diária)
Angélica	Acima de dois salários mínimos	12 horas
Íris	Acima de um salário mínimo	12 horas
Margarida	R\$ 2.500,00	08 horas
Rosa	R\$ 2.000,00	12 horas
Jasmim	R\$ 1.250,00	08 horas
Orquídea	Não concorda	Não concorda com carga horária
Violeta	R\$ 1.000,00	Não concorda com carga horária
Girassol	R\$ 3.500,00	Não concorda com carga horária
Magnólia	R\$ 2.500,00	06 horas
Hortência	R\$ 3.000,00	06 horas

**Quadro 7: Piso Salarial Mínimo e Carga Horária de Trabalho**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Pode-se constatar que suas reivindicações quanto ao piso salarial variam conforme a renda mensal atual que lhes possibilita um determinado padrão de vida. Como exemplo, é possível citar Íris, que recebe cerca de um salário mínimo por mês com programas e por isso almeja que, caso a profissão fosse regulamentada, tivesse assegurado o mesmo salário mínimo. Na outra ponta tem-se Hortência, a profissional entrevistada que mais fatura por mês, cerca de R\$ 8.000,00. Dessa forma, em sua opinião, o piso salarial mínimo deveria ser R\$ 3.000,00, valor bastante diferente de Íris, o que comprova que cada prostituta citou um valor mínimo para manter seu padrão de vida atual.

Já Orquídea, que recebe cerca de R\$ 5.000,00 só na prostituição (sem contar seus aluguéis de imóveis e a ajuda financeira que recebe mensalmente de um homem que ela declarou já ter sido cliente, afirmando Piscitelli (2005) quando relata os

sujeitos que “ajudam” financeiramente uma mulher), diz não concordar com piso salarial dentre outros direitos trabalhistas, afirmando “Não quero, deixa meu dinheiro livre” (ORQUÍDEA), referindo-se à retenção de imposto de renda na fonte, posicionando-se abertamente desfavorável à contribuição trabalhista e ao exercício da cidadania.

Sobre a carga horária diária estipulada, três entrevistadas disseram não concordar com estipulação de horário para trabalho, explicando: “Não, não, não tem que ter carga horária, porque cada uma faz o que quer, porque a gente ganha, a gente vem e ganha faz o nosso, então eles não podem cobrar, porque para cobrar eles têm que dar nossos direitos” (ORQUÍDEA), e Girassol complementa:

Eu acho que a gente trabalha muito mais do que um profissional, assim que trabalha o dia-a-dia por que, vamos supor, o meu horário de 10 horas da manhã até duas, três horas da manhã, às vezes até amanheço, é puxado, desgasta, entendeu, então eu acho que não deveria ter uma carga horária não, eu acho que deveria ser liberado esse negócio de carga horária (GIRASSOL).

Porém, duas afirmaram que a carga horária deveria ser de no máximo seis horas, outras duas disseram que deveria ser de oito horas e outras três entrevistadas disseram que deveria ser de 12 horas.

Sobre os direitos trabalhistas que as profissionais do sexo declararam dever ter caso a profissão fosse regulamentada, todas as entrevistadas afirmaram que deveriam ter direito à aposentadoria, nove disseram ter direito a 13º salário, sendo que apenas uma não concordou por não querer declarar o imposto de renda e/ou tê-lo retido na fonte. Posicionamento similar apareceu quando questionadas sobre o direito ao FGTS: nove entrevistadas afirmaram que desejariam ter esse direito trabalhista e apenas uma afirmou “Não quero nada!” (ORQUÍDEA).

Porém, quando o assunto é férias, apesar de oito prostitutas afirmarem que desejam férias porque “(...) esses homens cansam, eles estressam muito a gente, esses homens acabam com a nossa vida, cansa a boca, cansa tudo!” (ÍRIS) e apenas duas afirmarem que não desejam, apareceu outra questão, a de usar ou não as férias

para o descanso como apresentado no depoimento: “É, mas pouca gente ia respeitar isso. (...) Por que não ia ficar em casa e [ia] querer receber as férias e vir trabalhar” (MAGNÓLIA).

Durante o questionamento acerca de seus direitos apareceram outras demandas, Violeta indiretamente aborda uma necessidade que poderia ser suprimida através do processo de profissionalização da profissão, ou seja, um salário fixo: “Ah, poderia melhorar sei lá, bom é tipo assim, você ter sempre aquele dinheiro garantido”, além de vale transporte, vale alimentação, plano de saúde, descanso semanal remunerado (a maioria cita a segunda-feira como melhor dia para folga semanal), além de “(...) tem que ter até um médico, uma ambulância à disposição dela” (ÍRIS).

As entrevistadas ainda foram questionadas quanto a necessidade de melhoria na condição de amparo à profissional, mas algumas voltam as mesmas questões abordadas na categoria de vulnerabilidades: “É, ah, sei lá, o bar ficar aberto até mais tarde, aumentar mais as condições do programa, aumentar o preço do programa, ter os policiais mais aqui na rua, certa hora aqui fica deserto” (ÍRIS). Um outro exemplo é o de Orquídea: “Melhoria só se for na aparência do local onde a gente trabalha, no amparo eu acho que cada um vai ter que fazer por si”. Já Magnólia relata: “A minha necessidade é sair daqui. É, a minha necessidade urgente é sair daqui!”. Essa vontade foi expressa por todas as participantes, como Jasmim que relata: “Ah, eu tenho sim, eu tenho a vontade de trabalhar com carteira assinada, ter férias, todos os direitos, por que falam que depois dos 35 [anos] fica difícil de entrar no mercado de trabalho, então eu queria muito”, mas assim como Jasmim, afirmam não sair por não ter conseguido, até o momento, outro trabalho que proporcione o mesmo ganho mensal que a prostituição.

Outro questionamento versou a respeito do sentimento da entrevistada de ser uma cidadã que não tem uma profissão reconhecida, o que é exemplificado pela fala de Girassol: “Eu me sinto, vamos supor, só, digo assim, sem um apoio, um apoio da sociedade de tudo, entendeu? [Você se sente desamparada?] É isso aí é eu, é eu mesma!”. Outra que esclarece seus sentimentos quanto as suas principais

necessidades quanto profissional do sexo e cidadã interligando-a ao desemprego social e a necessidade de pertencimento é Orquídea, como segue:

como profissional do sexo nenhuma, apenas que as pessoas tenham um pouco mais de respeito e olhem você pelo que você é, entendeu, pelo seu caráter, sua integridade, pela mãe de família que você é, e não te julgue antecipadamente: “ah você faz programas, você *roba*, você *chêra*”, entendeu, não é sempre, “ah, mas era uma garota de programa, que foi encontrada *robando*”, não tem nada a ver, tem meninas aqui e a gente trabalha e uma respeita a outra, então não quer dizer que somos prostitutas, profissionais do sexo, que somos obrigadas a ser ladras, cada uma tem a sua personalidade entendeu, tem viciado aqui como tem viciado na alta sociedade. Então as pessoas tem que aprender a diferenciar e não te julgar pela tua profissão, primeiro teu caráter, sua personalidade, depois dizer quem você é (ORQUÍDEA).

E já que as prostitutas foram questionadas sobre quais deveriam ser seus direitos como profissionais do sexo, inquiriu-se também, quais deveriam ser seus deveres, aparecendo as seguintes respostas para ilustração:

Não esculachar o cara. Tem muita mulher aí dentro que esculacha os cara mesmo pagando. Não deixa o cara terminar o trabalho, o que veio fazer, não deixa o cara gozar. Tem muita mulher que fala “acabou o tempo, acabou o tempo” pro cara descer e não deixa ele gozar, por que não tá mais suportando o cara, por exemplo, o cara *tá* em cima da mulher aí *tá* ficando todo, “sai!” a *mulé* fala, “já acabou o tempo” e aí o cara desce com raiva (MARGARIDA).

O dever dela é, deixa eu ver, o dever dela é obedecer (...) as regras. (...) Se ela tivesse direito de um décimo terceiro, de férias, de tudo, eu acho que deveria ser como um trabalho de carteira assinada, ela deveria obedecer às regras. (...) Eu acho que assim, por que dá muito problema por causa disso, uma mulher chega lá [na cabine com o cliente] e fala que é “x”, chega lá e não faz e o cliente fica revoltado, porque nós somos tipo uma psicóloga, entendeu, cada cliente ele tem um problema. A gente não conhece, entra gente tudo quanto é tipo de índole, aí você vai marca uma coisa com ele, ele fica revoltado, volta pega uma arma e mata a menina, então eu acho que tinha que ter sim esse negócio, falou tem que cumprir [com o programa acordado] (GIRASSOL).

Quanto à questão dos direitos e deveres abordada com as entrevistadas, Tolfo e Piccinini (2007) esclarecem que os direitos referem-se às obrigações da sociedade para com o indivíduo, portanto, tem-se que todo indivíduo tem direito a um trabalho interessante e significativo, constatando-se nos relatos o total descaso da sociedade para com essas mulheres segregadas e marginalizadas, já que desempenham um trabalho sem qualquer valor ou sentido que ultrapasse os limites financeiros ou de

satisfação masculina (BOURDIEU, 2002), onde o valor encontrado chega no máximo à necessidade de sustento da família, voltando mais uma vez o olhar para a questão financeira.

Porém, a definição de direitos de Tolfo e Piccinini (2007) deixa margem para questionamentos, pois, uma vez que os direitos referem-se às obrigações da sociedade para com o indivíduo, onde há a contrapartida e a contribuição do indivíduo, como cidadão, para a criação e perpetuação de uma sociedade justa e igualitária? Partindo do princípio que o indivíduo está inserido em uma sociedade contribuindo de maneira significativa para a construção do bem público, os recursos arrecadados dos tributos advindos da prostituição poderiam ser revertidos em políticas públicas para a própria categoria. E, diante desta ótica, não há como se falar em direitos do trabalhador se não há o cumprimento dos deveres como trabalhador.

Então, quanto aos deveres definidos por Tolfo e Piccinini (2007) como padrões sociais sobre o trabalho considerados corretos pelos indivíduos na sua relação com a sociedade, é possível notar que na ótica das entrevistadas seu dever de contribuir para o bem social através do seu trabalho resume-se mais uma vez ao bem estar masculino (BOURDIEU, 2002), criando condições de obediência (Girassol) para satisfação do prazer e do impulso sexual do cliente de maneira a assegurar não apenas o pagamento pelo trabalho prestado como também sua integridade física, afirmando o que Senge (1990) relata sobre o crescimento da riqueza, que mal dimensionada pelo descaso social e político, cria no meio ambiente a desigualdade, a deterioração e fragmentação social.

Embora Silva (2005) exponha que o direito de se ter direito perpassa os direitos humanos, muito mais amplos por serem universais, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular, ou seja, o direito de minorias, prevaleça sobre o interesse público, é evidente a necessidade de articulação de uma política pública que possua um olhar multidisciplinar e integrador, unindo os direitos econômicos aos direitos sociais e humanos, desenvolvendo possibilidades para que

esse público segregado ganhe a vida mediante um trabalho livremente escolhido e aceito, respaldados por lei e com dignidade.

#### 6.3.4 Conscientização política sobre a prostituição

Esta quarta categoria busca perceber a “Conscientização Política Sobre a Prostituição”. Para isso as entrevistadas foram questionadas sobre seu engajamento político, como por exemplo, a possibilidade de participação em um sindicato de profissionais do sexo, atividades correlacionadas com ONG's que lutam por seus direitos, o conhecimento da proposta regulamentar que tramita no Congresso Nacional, além da suposta necessidade de fazer um exame de saúde para ter seu registro como profissional do sexo.

Dessa maneira, foi questionado às prostitutas se elas possuem algum engajamento político e a resposta obtida foi: oito entrevistadas disseram não ter qualquer tipo de engajamento político e duas afirmaram ter algum tipo de engajamento. Estas últimas, Angélica e Margarida, relatam suas participações políticas: “Participo da ASSOCIAÇÃO “A”, eu vou pra esse negócio de fóruns, essas coisas, congresso nacional de prevenção. (MARGARIDA) “(...) quando tá na ativa [a ONG “O”] eu vou, sou convidada” (ANGÉLICA), e Margarida relata que estava

(...) fazendo um projeto sobre DST, HIV, AIDS como educadora. Agora acabou o projeto. (...) era direcionado às meninas profissionais do sexo. Eu trabalhei um ano e dois meses, e aí o projeto acabou. *Tinha* três *garota* profissional do sexo que era educadora, (...) que aprendia pra passar pras meninas aqui dentro [do conglomerado de bordéis] (MARGARIDA).

Quando questionada sobre quem financiava o projeto, responde: “O presidente, o governo mesmo, o normal. Era o Ministério da Saúde.” (MARGARIDA), trazendo para debate novamente a questão da discriminação:

Lá dentro do projeto tinha discriminação contra as mulheres profissional do sexo. O projeto era para as mulheres profissional do sexo e eles *tavam* com preconceito contra as mulheres, e *tavam* ali. [O preconceito] Eram das que mandavam né, do Ministério [da Saúde], tanto que elas não ficavam no

hotel que a gente ficava, a gente ficava *nium* que era pago pelo governo e elas ficavam *niotro* melhor que o da gente. (...) Foi lá no Ceará, aí e teve várias entidades no caso foi a “ASSOCIAÇÃO A”, outra lá de Maceió, umas oito, uma lá de Belém, foi várias. Ia três meninas de cada lugar e uma educadora, não, três educadoras e uma, era a assistente social, que eles mandaram, entendeu? Aí chega lá, a gente sentiu o preconceito entre elas mesmo com a gente, rolava preconceito com a gente e com as pessoas que tem o vírus do HIV e sobre DST também, né, que tem muita mulher aí dentro da zona que acha que DST é só uma AIDS não sabe que tem uma DST que mata também (MARGARIDA).

A questão seguinte abordou a possibilidade das prostitutas participarem de um sindicato de profissionais do sexo, e oito entrevistadas disseram que participariam sim de um sindicato: “Eu sou a favor, aí eu participaria, com certeza. Porque eu acho justo, porque a gente é sofrida mesmo, porque quem tá batalhando ali precisa mesmo” (MARGARIDA). Já Hortência e Magnólia disseram que não participariam “(...) de jeito nenhum. (...) Não, não, quero me distanciar de tudo que se refere à garota de programa” (MAGNÓLIA).

Foi inquirido se as prostitutas tem conhecimento da existência de algum projeto lei sobre a regulamentação da profissão do sexo e, surpreendentemente, oito entrevistadas afirmaram não conhecer qualquer projeto lei sobre isso, onde apenas duas delas afirmaram conhecer ou já ter ouvido falar sobre o projeto, mas sem saber ao certo, como segue: “(...) às vezes ouço falar nas palestras que eles fazem aqui dentro, mas nunca me *interei* no assunto não, por que para mim não faz muita diferença regularizar não, porque eu já faço por mim” (ORQUÍDEA).

Tal desconhecimento das prostitutas sobre a existência de um PL que visa regulamentar sua profissão vai de encontro às afirmações de atuação que ONG's que se promovem em prol da causa dizem ter. Tais instituições pautam-se na participação direta no meio prostitucional, esclarecendo sobre a profissão, atuando não apenas na prevenção de DST's como propondo palestras educativas sobre conscientização de políticas públicas, *slogam* utilizado, por exemplo, por Gabriela Leite, conhecida líder da Rede Brasileira de Prostitutas e da ONG carioca DaVida, como campanha política da candidata à Deputada Federal em 2009.

Dessa forma, as entrevistadas foram esclarecidas de que há um projeto lei que



tramita no Congresso Nacional, sendo ele de autoria de Fernando Gabeira e em seguida perguntou-se se as entrevistadas eram favoráveis à regulamentação da profissão do sexo: cinco entrevistadas afirmaram ser favoráveis para quem está na profissão e, as outras cinco afirmaram ser desfavoráveis à regulamentação da profissão. Margarida explica que “Tem mulheres idosas que é difícil para arrumar um dinheiro”, e que ficam “(...) implorando pros homens subir [para as cabines] com elas (MAGNÓLIA), sendo que a prostituta mais velha do conglomerado tem “59 [anos]” (MAGNÓLIA). Porém,

(...) nem elas iam querer, por que já chegou naquela idade e ser reconhecida como prostituta é brabo. Pensou, mostrar a carteira de trabalho "profissional do sexo"? Ave-Maria! Minha mãe me mata! Já tem uma desconfiança se eu chegar com uma carteira dessas, por mais que esconda, esconda, vai achar a carteira um dia, eu *tô fudida!* (MARGARIDA).

(...) eu não vejo nenhuma vantagem sobre isso. Como é que ele vai regularizar uma coisa que não sabe a fundo quanto cada uma ganha, quanto que cada uma precisa? O negócio dele é imposto, entendeu? Você imagina à R\$ 8.000,00 que eu ganho por mês quanto que ele vai querer ganhar em cima de mim, entendeu? Então não tem vantagem nenhuma, não vejo vantagem, pode ter a vantagem do bolso dele, pro meu não (HORTÊNCIA).

Fez-se necessário então perguntar para as prostitutas se, em suas opiniões, a profissão têm chances de um dia ser regulamentada, onde cinco entrevistadas afirmaram que acreditam que um dia a profissão será regulamentada: “Eu acho [que sim], porque é muito antigo isso, eu acho que já era para ter sido legalizado” (JASMIM), outro depoimento justifica: “(...) porque as pessoas estão mudando, o mundo está melhorando, está avançando, as pessoas estão ficando com a mente um pouco mais aberta né, e isso vai ajudar com que seja regulamentada, mas para mim continua indiferente” (ORQUÍDEA), e as outras cinco afirmaram que não acreditam que um dia a profissão será regulamentada, explicando:

Acho difícil hein, por que essas meninas não vão querer pagar imposto, entendeu, sobre o dinheiro que ela ganha. Aqui não *tá* pagando bem, mas onde que ganha bem ganha muito dinheiro, e eles não vão querer pagar imposto sobre esse dinheiro. Em boates de alto nível, imagina essas meninas de programa lindíssimas que ficam lá na termas do aeroporto ganhando os *tubos*, pagar R\$1.000,00 de imposto de renda? Não vai, não vai querer pagar isso, e você sabe que quem tiver olerite ou contra-cheque vai ter que pagar imposto de renda (MAGNÓLIA).

Porém, caso fosse compulsória a regulamentação, foi questionado se as prostitutas acham que deveria haver uma categorização exposta em lei diferenciando um profissional do sexo de outro, como proposto por Valverde (2004). Neste caso, nove entrevistadas disseram que não pode haver qualquer categorização em lei que diferencie um profissional de outro, porquê "(...) é todo mundo igual" (GIRASSOL), sendo apenas uma, Magnólia, que afirmou que deveria sim ter uma categorização explícita em lei, pois:

(...)em todos os setores de trabalho existem graduações de pessoas, tipo de pessoas que são capazes de fazer tudo por dinheiro, qualquer coisa por dinheiro e aquelas pessoas que são mais seletivas, entendeu existem níveis, dentro de níveis (...). Deveria sim, porque existem vários níveis [de profissionais] como te falei anteriormente, você não pode pegar uma classe e rotular ela como se todas elas fossem iguais, por que não são iguais. Existem lugares que pagam mais e existem lugares que não pagam quase nada, aí não pode ser tudo a mesma coisa (MAGNÓLIA).

Neste caso, perguntou-se à Magnólia se no dia à dia de trabalho ela notava esse tipo de categorização, de diferença entre uma garota de programa, a prostituta de rua e a de boate, onde ela respondeu:

Eu noto. Tem umas meninas que às vezes vem de lá, desses lugares todos luxuosos, você tem que ver o nível das meninas, são lindíssimas, aí fica aqui um dia, dois dias, depois vai embora. [Mas cobram mesmo preço que você?] Eu cobro caro por que os meus clientes são antigos, elas também cobram caro, mas de qualquer um que pague, por que elas têm a facilidade por causa da beleza. [Mas dá algum problema com as meninas aqui dentro por causa disso ou não?] Olha, se dá ninguém presta atenção, porque se você for reclamar com alguém que tá cobrando R\$15,00 para fazer anal ou oral sem camisinha para uma menina que cobra R\$ 50,00 para fazer tudo de camisinha a pessoa vai acabar agredida fisicamente aqui dentro (MAGNÓLIA).

Assim sendo, abordou-se a atuação das ONG's que lutam pela regulamentação da profissão do sexo, porém, o primeiro questionamento feito foi se alguma vez a entrevistada procurou alguma entidade de amparo, proteção e luta em prol da prostituição, sendo que oito das respondentes afirmaram nunca ter procurado qualquer tipo de entidade ou ONG.

A seguir, perguntou-se sobre qual a opinião das entrevistadas à respeito dessas instituições de luta, como exemplificado pelo depoimentos:

Ah, eu acho legal (...) por que vai dar mais direito pra gente né, vai ser menos vergonhoso. [E por que é vergonhoso?] Por que é, porque já é muito *preconceitos*, já é chato você chegar no lugar a pessoa perguntar: “Você trabalha no quê?”, aí tá, “Eu trabalho na zona!”. Eu tenho uma sobrinha, minha sobrinha de cinco anos que a pessoa pergunta para ela, ela fala: “Minha tia trabalha na zona”, aí: “Fazendo o quê?”, aí ela não sabe responder. Imagina dela falar com *quê* minha tia trabalha, “fazendo programa”, é vergonhoso, eu acho vergonhoso. Teria menos vergonha que seria regularizada. A prostituta poderia falar: “Não, eu trabalho de carteira assinada”, ia ter orgulho disso (ROSA).

Eu acho legal, tem umas que é em prol da ajuda mesmo, tem outras que é por interesse. Então hoje em dia você não sabe nem o que é o certo, nem o que é errado. Então o que você tem que fazer hoje em dia é cada um por si e Deus por todos (HORTÊNCIA).

Tendo em vista que a proposta de Valverde (2004) para regulamentação da profissão impunha a expedição de registro do profissional do sexo por delegacias especializadas mediante a apresentação de atestado de saúde, perguntou-se às entrevistadas se, supondo que houvesse de fato a regulamentação da profissão do sexo e que para a expedição das carteiras de trabalho, fosse preciso um atestado de saúde sexual que lhe condicionasse ao exercício da profissão, se a entrevistada faria ou não esse exame. Surpreendentemente indo na contra-mão do movimento organizado de prostitutas que serviu para o veto desse PL, seis entrevistadas afirmaram que fariam o exame, mas que não gostariam que ele ficasse exposto, sendo, portanto sigiloso. Outras quatro afirmaram que não fariam esse exame, e que se ele fosse necessário para o exercício da profissão preferiam “(...) sair da vida” (HORTÊNCIA) e “ (...) [ir] fazer uma faxina” (MARGARIDA).

Esse é um exemplo de que as prostitutas não são ouvidas e a política proposta pelas ONG's não representam suas vontades legitimamente, uma vez que a maioria desconhece qualquer projeto de profissionalização da profissão, e ainda mostram concordância com a suposta exigência de atestados de saúde sexual, que remontam à atuação das antigas Delegacias de Costumes (FONSECA, 1982) na tentativa de disciplinar o meretrício onde os médicos visitavam regularmente esses estabelecimentos, procedendo ao exame das mercadorias humanas e seqüestrando aquelas não saudáveis (PEREIRA, 1976; MAZZIEIRO, 1998; RAGO, 2008a).

Vê-se ainda que há uma falta de participação em movimentos associativos exemplificada no interesse das entrevistadas em participar de um sindicato de profissionais do sexo, o que aponta a ineficácia do movimento de ONG's que visam conscientizar e lutar pelos direitos desses profissionais, uma vez que dentro de um dos maiores conglomerados de bordéis do Brasil as prostitutas mostram não receber esclarecimentos adequados. Fica a pergunta, se a proposta das ONG's é conscientizar a mulher prostituta de que ela têm profissão, em que território está acontecendo sua atuação? Sua proposta política seria mesmo coletiva e agregadora, ou haveriam outros interesses que se promovem por detrás de uma classe marginalizada?

### **6.3.5 Imagens e adesão acerca do processo de profissionalização da profissão do sexo**

Por fim, na quinta e última categoria investigou-se a “Imagens e Adesão Acerca do Processo de Profissionalização da Profissão do Sexo” e suas implicações trabalhistas para tais prostitutas, ou seja, dirige o olhar para os sentidos da regulamentação da profissão do sexo e suas interferências laborais à respeito da proposta no PL 98/2003. Nesse caso fez-se necessário focar-se nos possíveis aspectos positivos que a regulamentação traria à profissão na visão da trabalhadora; e em contraponto, os aspectos negativos que a regulamentação poderia trazer ao exercício da atividade.

Posteriormente, foi perguntado às entrevistadas se desejam ou não ter a carteira assinada como profissional do sexo, para em seguida esclarecê-las sobre a proposta do PL 98/2003, investigando se este contempla todas as suas necessidades como profissional do sexo, onde, para tanto, fez-se necessário ler brevemente um resumo da proposta de Fernando Gabeira, pedindo, em caso de negativa, para que as prostitutas apontassem qual necessidade não foi contemplada pelo projeto lei.

E, após apresentado todos os direitos das trabalhadoras como previsto em lei, solicitou-se que as prostitutas respondessem se mesmo assim elas se incluíam ou não na regulamentação, informando se desejam ter sua carteira profissional como profissional do sexo.

A primeira questão abordada foi se a violência contra a mulher prostituta diminuiria caso a profissão fosse regulamentada, onde cinco respondentes disseram que diminuiria sim a violência, alegando:

Com certeza as pessoas iam respeitar mais, né? Nós somos profissional do sexo mas nós temos família, nós temos filhos, nós temos coração, nós somos mulher, e toda mulher tem que ser tratada como *flo*, entendeu, não com agressividade e violência. Eu acho que se você não gosta de uma coisa tem que evitar, não agredi-las (GIRASSOL).

No entanto, outras cinco afirmaram que não ia diminuir, podendo ser igual ao que já é na atualidade ou até mesmo piorando, onde as principais justificativas são: “Eu acho que ia ser pior, porque muitas *ia* sofrer mais em casa” (MARGARIDA), “[*ia* ser] a mesma coisa, talvez até piorasse, porque o salário ia ser menor, a gente ia pagar imposto, e o estigma social ia ser muito grande” (MAGNÓLIA) e, por fim, “(...) igual porque ultimamente eles acham que podem tudo, entendeu, a gente é nada e eles jogam na nossa cara: Ah é puta mesmo! É complicado, e muitas mulheres têm medo também de falar” (VIOLETA).

Nessa questão é possível perceber que as prostitutas correlacionam o pagamento de impostos (o que é um bem social, uma vez que a arrecadação do Estado é para o bem estar comum) com a perda financeira, e não com o ganho de algum benefício trabalhista ou seguridade social. Conseqüentemente, em sua ótica, quando se assume profissionalmente que se exerce a prostituição como labor provedor de sustento, o estigma se associa, uma vez que a comercialização de serviços sexuais não é moralmente aceita, permanecendo portanto como tabu, mesmo se regulamentada.

Uma das questões que mais se destacaram no trabalho versou à respeito das prostitutas terem desejo ou não de ter a carteira de trabalho assinada como

profissional do sexo, inclusive na entrevista de Hortência, onde ela revelou um descontentamento em como a política pública é feita no Brasil, afirmando que essa é feita sem consultar o interesse do público-alvo, o que confirma mais uma vez o descaso das ONG's e suas ações particulares, além de demonstrar que a política pública segue um processo de cima para baixo, não levando em consideração os interesses de quem a lei irá atingir. Girassol também afirmou que nunca ninguém esteve no conglomerado de bordéis investigando a prostituição por essa ótica. Assim, a proposta foi fazer o questionamento ao público-alvo, como apresentado (QUADRO 8, continua na página seguinte):

Nome	Carteira de Trabalho Assinada como Profissional do Sexo	Explicitação dos conteúdos
Angélica	Não, a minha não, porque eu não trabalho só com isso(...). Eu acho que é um serviço como outro qualquer, mas pra mim não. (...) se eu dependesse exclusivamente não ia manchar [a carteira profissional], mas como tenho outro trabalho aí já fica chato.	- A prostituição é um trabalho inferior à outros; - Compromete o trabalhador “manchando a carteira”
Íris	Não, não. Eu queria uma coisa melhor para mim. Oha, pra <i>mim assiná</i> , para <i>mim trabalhá</i> nisso não, porque eu não queria uma vida, que pra mim eu queria casar, um dia casar e ter meu marido direito. É tanto que todas as vezes que eu tenho oportunidade de <i>arrumá</i> uma pessoa direita eu não venho pra cá, eu não traio. Se eu tiver com um namorado, ou um marido que tiver me ajudando financeiramente eu não venho pra cá não. Eu quero ter meu trabalho dignamente, honestamente. (...) a gente não <i>tá</i> roubando, <i>tá</i> trabalhando pra <i>levá</i> o pão de cada dia pros filhos.	- A prostituição é um trabalho inferior à outros; - Compromete os relacionamentos; - Comparada com delitos é um trabalho mais ético.
Margarida	Eu não ia querer não! No meu caso não quereria ter minha carteira assinada como profissional do sexo, porque tenho três filhas adolescentes, entendeu? Amanhã ou depois, como vou mostrar uma carteira de trabalho como puta pra minhas filhas? Elas vão querer fazer o mesmo que eu fiz, entendeu? Eu sou contra. Chegar com a carteira em casa com a carteira como prostituta, qual família vai aceitar? Quando querer arrumar outro serviço, né? Aí olham pra sua carteira, ai eles vão ter sempre preconceito, né? Com certeza. o próprio empregador não ia empregar.	- Compromete o trabalhador “manchando a carteira”; - Compromete os relacionamentos; - Trabalho vergonhoso.
Rosa	Não (...) porque é ridículo. (...) Porque é feio “profissional do sexo”, “Ah você trabalha fazendo sexo?” eu acho que é feio, para mim não.	- Trabalho vergonhoso.
Jasmim	Eu acho que seria verdade, né, a profissão sua estampada na carteira de trabalho, o que você faz. (...) eu acho que poderia ser outro nome, profissional do sexo, sim. Porque é a realidade, o que eu faço.	- O nome prostituta e puta tem uma conotação completamente diferente de

		profissional do sexo, por este último ser menos pejorativo.
Orquídea	Tô fora, (...) porque eu não quero ter, eu não quero ter que cumprir com certas regras e nem ter que deixar o dinheiro para eles, eu prefiro meu dinheiro livre na minha mão. Ela vai me pagar R\$1.000 por mês tá, e os outros R\$3.000, R\$4.000 que eu ganho? Fica aonde? Então deixa eu aqui.	- O imposto de renda e o imposto arrecadado na fonte são problemas para quem trabalha com o sexo.
Violeta	Se não fosse tão discriminado, se fosse uma coisa normal, eu até poderia mudar de opinião, entendeu? Mas eles julgam muito, entendeu, até mesmo para você procurar um trabalho todo o tempo que você trabalhar de carteira assinada, como eu que já tenho carteira assinada, e aí como é que você se sustenta, entendeu? Isso tudo perguntam [o empregador], entendeu, tão sempre procurando saber da sua vida.	- Compromete o trabalhador “manchando a carteira”; - Trabalho vergonhoso e discriminado.
Girassol	(...) eu não botaria na minha carteira “uma prostituta!” (...) De jeito nenhum, <i>cê tá doida?</i> Eu trabalho mas eu não me sinto, eu sinto como se fosse um trabalho meu, eu não aceito, não. (...) eu não gosto do que faço, eu faço por necessidade [financeira] (...) se eu gostasse eu teria uma <i>renca</i> de <i>filho</i> , e me envolvia com tudo quanto é homem, ou teria pego uma coisa pior, né? [Se pudesse] com certeza já teria saído há muito tempo daqui.	- Trabalho vergonhoso e discriminado.
Magnólia	Não, eu acho estigmatizante. (...) Não não, de jeito nenhum, nem sonho! (Você acha que depois teria problema para conseguir outro emprego?) Com certeza, com certeza (...) por causa da sociedade, (...) preconceito.	- Trabalho vergonhoso, discriminado e estigmatizante.
Hortência	Bom é uma coisa que, eu digo assim, é cara à tapa, né, é dar ela para pessoa bater ou não. A pessoa teria que ter coragem para pôr uma coisa dessas, entendeu, eu não tenho, não colocaria de forma nenhuma. (...) porque eu sou a própria preconceituosa, entendeu, eu quero sair daqui ter uma vida normal, entendeu, e isso aqui é um passado que eu quero esquecer, entendeu? Eu não assinaria minha carteira, de forma alguma, porque na minha vida eu tenho isso aqui como passageiro. É uma página virada, entendeu, quando eu sair daqui é o olhar para frente sem olhar para trás, sem ver os erros, erros e acertos da vida né, mas eu não aceitaria a legalização, não para mim, para mim de forma alguma.	- A prostituição é um trabalho inferior à outros; - Trabalho vergonhoso, discriminado e estigmatizante.

**Quadro 8: Depoimentos sobre o desejo de ter a carteira de trabalho assinada como Profissional do Sexo**

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Como é possível constatar, com exceção de Jasmim, que não explicita claramente se deseja ou não ter a carteira assinada como profissional do sexo, todas afirmam não desejarem ter o trabalho regulamentado, por motivos como a prostituição ser um trabalho inferior aos outros, e por isso é vergonhoso, discriminado e estigmatizante, comprometendo o trabalhador do sexo que deseja sair da profissão e tentar uma

outra carreira, o que elas citam como “manchar a carteira” com o próximo empregador, já que todas desejam sair da prostituição.

Outra constatação diz respeito ao nome prostituta e puta, que na visão das entrevistadas possui uma conotação completamente diferente de profissional do sexo, por este último ser menos pejorativo e, portanto, mais respeitoso. Cabe destaque para a reivindicação que a fundadora da ONG DaVida fez à respeito da nomenclatura: enquanto a ONG representante dos direitos das profissionais do sexo exige a nomenclatura “Putá” para designação trabalhista, as prostitutas entrevistadas enfatizam que este é um nome pejorativo para a identidade profissional e, portanto, preferem “Profissional do Sexo” para tal finalidade.

E, mais uma vez, confirmasse que o imposto de renda e o imposto arrecadado na fonte é um impeditivo para quem trabalha com o sexo, o que parece impedir diretamente a adesão dessas mulheres à proposta de regulamentação.

Cabe salientar ainda Bourdieu (2002) que refere-se aos homens invertidos, ou seja, mulheres que buscam uma linha de fuga através da profissão do sexo por exemplo, só podendo exercer algum poder, voltando contra o forte sua própria força, ou então aceitando se apagar e se esconder, ou exercendo seu poder por procuração, como exemplificado no desejo de Íris se casar. Buscando um homem, ela atestaria socialmente sua dignidade e superioridade (o que romperia com o processo discriminatório que sofre), submetendo-se voluntariamente à dominação masculina instituída no *habitus*, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial.

Nesse sentido o corpo feminino é reduzido à um instrumento simbólico da política masculina, podendo este ser intercambiado como uma moeda, onde evidentemente alguns tem mais valor, como os corpos castos que devem ser preservados para o casamento e perpetuação da prole, e outros menos valor, como o de Íris, mas que continuam sendo necessários para a manutenção do *status quo* social (BOURDIEU, 2002).



Em seguida, o PL é apresentado às prostitutas e é solicitado a elas que indiquem se este contempla integralmente<sup>21</sup> suas necessidades ou se há algo que poderia ser acrescentado ou modificado. Sete entrevistadas afirmam que o PL contempla integralmente todas as suas demandas, uma afirma não desejar nada e outras duas acrescentam que desejariam que na lei fosse incluso a questão da cobrança de clientes devidos e um artigo exclusivo para a segurança, como apresentado em seus relatos:

Eu acho que deveria assim, a mulher deveria ter uma segurança melhor e mais, (...) como prostituta por que a gente não tem nenhuma, a gente não tem. Aqui mesmo a gente pagando segurança, às vezes a gente não tem segurança, a gente paga por pagar, que a gente não tem segurança. (...) É tudo pelo trato na boca, às vezes a gente cai até no pau, às vezes as meninas uma ajuda outra e bota pra fora, mas nosso medo é lá fora, assim, a gente vai embora para casa todo dia, a maioria, e você não sabe o que acontece na pista. (...) O medo da gente é lá fora, porque aqui dentro uma protege a outra, e lá fora? Lá fora tá aberto [e pode acontecer] qualquer coisa ué, podem fazer uma covardia com a gente, como tá acontecendo de mulheres sumirem, ninguém saber como e porquê e, de repente, aparecer morta [na capital], aparecer morta em algum lugar, cortada, violentada, entendeu, e a maioria são todas mulheres, só mulheres (VIOLETA).

Eu acho que está certíssimo, só mandaria outra pessoa cobrar em caso daquela pessoa se negar em me pagar, aí sim você tem que chamar um homem, né, porque a mulher fica meio fragilizada nessa situação. (...) Quem tem que receber é quem prestou o serviço, não é terceiros. (...) Assim, mas aí a pessoa só cobra para você receber, não fica com nada (...) dá tudo [o dinheiro do programa] na nossa mão, não fica com nada (ORQUÍDEA).

Margarida endossa o depoimento de Orquídea, dizendo que deveria existir uma lei que fizesse com que o cliente pagasse: “(...) eu acho que desde o momento que ele vai lá, combina um valor, um horário, ele tem de cumprir e a mulher também, os dois, tanto na parte dela quanto o dele” (MARGARIDA). Contudo, como ela é “contra total” a regulamentação da profissão, questionou-se como seria possível fazer uma lei que assegurasse o pagamento pelo programa se a profissão não é regulamentada, onde ela responde: “Ah, existe lei pô, a *mulé tá* ali trabalhando, correndo atrás e eles chegam lá querendo prazer, querem gozar, tem que pagar! Ué, o cara quer diversão tem que pagar o programa!” (MARGARIDA).

<sup>21</sup> Contemplar integralmente suas necessidades não significa que as prostitutas concordam em ter suas carteiras profissionais assinadas como “profissional do sexo”. O questionamento proposto foi uma suposição caso a prostituição fosse regulamentada, ou seja, foi solicitado que as entrevistadas analisassem o PL conjugando-o com suas necessidades laborais, por isso sete delas afirmaram que a proposta contempla integralmente suas necessidades.

Todavia, após apresentado todo o PL às entrevistadas, apresentando os direitos os quais elas fariam juz se a profissão fosse legalizada, três entrevistadas mudam de opinião e afirmam desejar sua carteira assinada como profissional do sexo, além de Jasmim que passa também a aderir à proposta: “(...) assim eu até ficaria, porque ia ser um serviço de carteira assinada, ficaria” (ÍRIS), “(...) eu acho que vou querer, tô mudando de idéia. [Porque] já que eu tenho tantos direitos assim, ah, então vou querer! (ROSA), “Se a única maneira de assinar a carteira fosse assim, com certeza” (JASMIM), Girassol explica ainda que “dependente, se eu tivesse aqueles *direito* eu deixaria [FGTS, aposentadoria, férias remuneradas, 13º salário, dentre outros] (...) mas vou esconder a carteira o máximo que eu *poder* dos meus filhos” (GIRASSOL) acrescentando em seguida que deseja parar em breve, mas se precisasse sair em busca de um outro emprego ia “depende muito da cabeça do patrão, eu vou ser sincera, eu vou jogar a sinceridade, porque a verdade muitas das vezes funciona, né?” (GIRASSOL).

Porém, mesmo afirmando que o PL abrange integralmente suas necessidades laborais como profissional do sexo, sete entrevistadas permanecem com a mesma opinião contrária a regulamentação, afirmando:

Eu não pegaria nada porque foi como eu falei, como ele [o empregador] vai pagar, ele certamente, ele vai impor um valor “x”, então eu não acho justo eu vir para cá, por exemplo, ficar aqui seis horas, de repente sair com trinta, vinte homens, e o dinheiro, o valor real não veio pra mim, entendeu, vai diretamente pra mão dele, ele vai estipular quanto que eu tenho que ganhar, sendo que vai ter uma pessoa do lado [outra garota de programa] que de repente vai fazer dois ou um ou nenhum [programa] e vai ganhar a mesma coisa que eu. Não, aqui é cada um por si e Deus por todos! (HORTÊNCIA).

E apresentam ainda a sua opinião quando se fala do Brasil debatendo a regulamentação:

Eu tenho um amigo que falou, ele é holandês, todo o ano que ele vem, ele me procura, ele me liga e fala “tô chegando e tal”, ele fala que lá [Holanda] é totalmente diferente daqui do Brasil, ele falou que lá as mulheres têm plano de saúde, tem tudo né, totalmente diferente daqui, mas eu acho que aqui elas não aceitariam não, ter a carteira assinada como prostituta não (MARGARIDA).

Não, não vai [o Brasil não vai aceitar a regulamentação], porque o homem é aquele estilo assim, tem homens que tiram meninas daqui, entendeu,

apaixonam, gostam, separam até da mulher para poder casar, existe, isso existe, mas é aquela coisa, o homem tira mas o homem não sai, o homem tem mulheres lindas em casa e não tem necessidade de tá aqui e vem. Então enquanto existir isso, enquanto existir homens procurando mulheres como nós, isso aqui nunca vai deixar de existir (HORTÊNCIA).

A fala de Hortência caracteriza o império do organismo, do prazer e do desejo que sobrepuja-se a honra, a virtude, ao dever e a religião. Porém, na prática, o que é presenciado é o deslocamento de qualquer responsabilidade do homem, concentrando-a sobre a mulher e condenando-a radicalmente (BOURDIEU, 2002; RAGO, 2008a), pois, como Pasini (2008) apresenta em seu trabalho, é a prostituta quem abstrai a qualidade de romance e intimidade na relação com o homem para torná-la um serviço prestado, ficando ela encarregada de explicitar o mercado da prostituição, pois oferece um serviço específico e o vende. E, como foge à moral e aos costumes instituídos, além de ser marginal por estar sempre ligada às atividades criminosas como a prostituição infantil e o tráfico de drogas (ALMEIDA; DAHER, 2003), com seu entorno delineado por um mercado clandestino e muitas vezes incluso de práticas ilícitas (LEITE, 2009), ela é a figura da marginalidade, o que a destina ao preconceito e à discriminação, comprometendo seus relacionamentos sociais, uma vez que a sociedade valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade e a fidelidade feminina (RAGO, 2008a), e o que lhes é contrário a esse padrão deve ser excluído.

O que parece não ser discutido, mas que é de suma importância no debate, é que só há prostituição pois há quem por ela pague, ou seja, a prostituição é apenas a imagem mais nítida, mas por trás existem inúmeros agentes que a promovem e a exploram.

Embora o sentido do trabalho permita a construção de uma identidade pessoal e social do trabalhador, como citado por Dejours (1992), não há uma identificação da trabalhadora com aquilo que ela executa (GIRASSOL), fato que somado à carência de consciência política reflete na não adesão ao processo de profissionalização da prostituição.

A imagem da prostituição inculcada nas próprias profissionais como vergonhosa,

reafirma que a questão da prostituição perpassa a representação social de “mulher direita” instituída no *habitus* (BOURDIEU, 2002) onde os valores sociais entram em choque com os comportamentos antagônicos. Por isso, caso o projeto de lei fosse aprovado, a mulher prostituta passaria a assumir dupla identidade, o que de certa forma seria uma aprovação lícita para que ela circulasse em ambos universos, o das prostitutas e os das “mulheres direitas”, o que imporá novas configurações sociais, especialmente sobre a discriminação e a aceitação de uma igualdade de indivíduos.

A regulamentação não significaria que as mulheres que já estão na prostituição estariam destinadas a nela permanecer como afirmado por Cesare Lombroso e Ferrero (RAGO, 2008a) pois, como exposto nos depoimentos das entrevistadas, todas afirmam o desejo de sair da prostituição, não o fazendo pois esta continua a ser um fenômeno econômico (MAZZIEIRO, 1998). Certamente, se lhes é possibilitada outra forma de subsistência de maneira a manter o padrão de vida atual, através da educação, poderia haver opção em permanecer como profissional do sexo ou não, como o caso de Hortência, que mesmo tendo nível superior escolheu a profissão do sexo por uma questão de maior lucro e não por falta de oportunidades, tornando-a uma escolha e não um destino fadado às classes menos favorecidas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo identificar os aspectos e os sentidos do processo de profissionalização da profissão do sexo para mulheres que se prostituem, sendo realizado numa das maiores zonas de comércio sexual do sudeste brasileiro.

Notadamente contemporânea à civilização, a prostituição ganhou novas configurações, constituindo um mercado de oferta e consumo em torno do prazer, transformando-se numa atividade lucrativa que exige cada vez maiores investimentos.

Ao entrevistar dez profissionais do sexo, todas com idade acima de 18 anos, em um dos maiores conglomerados de bordéis à céu aberto do país, foi possível analisar os principais atributos requeridos à profissão do sexo, ou seja, o perfil da mulher que desempenha tal trabalho e sua identificação. À respeito dos atributos requeridos, pode-se notar que para ser uma profissional do sexo bem sucedida é necessário tanto atributos físicos, como a beleza e o uso de vestimentas eróticas, quanto psicológicos e sociais. Faz-se necessário que a profissional não apenas satisfaça as fantasias sexuais dos clientes, como também se relacione com eles, comprometendo-se com o profissionalismo atrelado ao cumprimento do acordo negociado, não se envolvendo com entorpecentes e aplicando a renda recebida tanto no seu sustento como para o da família.

Dentre uma gama de profissionais apresentados às entrevistadas para a identificação, como por exemplo stripper's, acompanhantes de executivos, massagistas de saunas, garotas de programa e garçons que trabalham em casas de prostituição, conclui-se que, na opinião das prostitutas entrevistadas, só é profissional do sexo aquele que pratica o ato sexual em prol de pecúnia ou benefício, incluindo-se neste caso, mulheres que fazem sexo em troca de favorecimento.

Quanto à identificação, conclui-se também que, para elas, não há diferença entre a

garota de programa para prostituta que trabalha na rua, quanto para aquela que trabalha em boates e, de tal forma, a lei deve abrangê-las como um todo. Porém, quanto à nomenclatura utilizada para sua designação, as entrevistadas preferem o título de “profissional do sexo”, quando comparados à “prostituta” e “puta”, por uma questão de valorização do nome uma vez que este remete ao respeito e minimiza o estigma relacionado ao trabalho desempenhado, já que o aluguel do corpo é visto por elas como trabalho, todavia, uma profissão marginalizada. Suas opiniões destoam da nomenclatura escolhida pela presidente da ONG DaVida, que acredita que a profissão do sexo seria mais bem caracterizada se a carteira de trabalho as identificasse como “puta”.

Os riscos inerentes à profissão estão atrelados também ao ambiente de trabalho das pesquisadas e, para tanto, foi preciso compreender suas necessidades como um todo. A violência física e psicológica de clientes e policiais, a falta de infraestrutura e organização das casas que alugam as cabines para o programa não disponibilizando higiene e segurança adequadas, a poluição sonora, a utilização de entorpecentes, o alto preço cobrado para utilização do quarto e a constante exposição às DST's foram apontados quando o assunto abordado foi espaço e vulnerabilidade laboral, mostrando que o ambiente no qual as entrevistadas trabalham precisa de reestruturação urgente. Acerca das vulnerabilidades sociais, as entrevistadas relatam constante discriminação e exclusão social, por desempenharem um trabalho diretamente ligado ao sexo.

A carga horária disponibilizada para o trabalho varia de quatro à dezoito horas por dia, conforme a prostituta, porém, embora algumas tenham manifestado que, mesmo se a profissão do sexo fosse regulamentada, não deveria haver carga horária estipulada, a maioria afirmou que almeja trabalhar no máximo cerca de 12 horas diárias.

Quanto ao retorno financeiro almejado houve uma discrepância de opiniões, que reflete possivelmente as necessidades de manutenção do padrão de vida atual mas, caso fosse regulamentada, a remuneração mínima para o exercício da profissão

deveria girar em torno de R\$ 2.000,00.

Na proposta de compreender se a regulamentação do sexo interferirá de maneira positiva ou negativa na realização de sua atividade laboral, foi encontrada uma divisão de opinião quanto ao tema violência, onde metade das entrevistadas acreditam que com a regulamentação a violência diminuiria pois a trabalhadora sairia do anonimado e da marginalidade e assumiria sua profissão e, a outra metade acredita que seria pior uma vez que elas estariam mais expostas para a família e sociedade, aumentando o preconceito e a discriminação, além de citarem que as taxas cobradas para a utilização das cabines poderia sofrer alterações para cobrir os gastos com a segurança.

Outro aspecto negativo em suas visões é a carga tributária que insidiria sobre seu ganho mensal, o que mostra claramente uma visão individualista de bem-estar, onde as partes se preocupam unicamente com elas e o todo fica sistematicamente prejudicado uma vez que não há uma visão social que pudesse agregar demandas e reivindicar melhorias gerais.

Todavia, para as entrevistadas, em caso de regulamentação profissional não deveria haver qualquer tipo de categorização de profissionais que interferisse no processo de profissionalização da profissão. A maioria não adere à proposta especialmente por não ter conscientização política à respeito, fato que denota um abandono social tanto por parte do Estado, quanto por parte das ONG's que têm como bandeira a luta pela mulher prostituta.

Essa afirmativa pode ser feita mediante a mudança de opinião apresentada quando houve o esclarecimento do conteúdo do PL 98/2003, pois até a explicitação da proposta de lei, as entrevistadas mostraram desejar direitos trabalhistas como férias remuneradas, fundo de garantia por tempo de serviço, aposentadoria, folga e 13º salário, mas explicitaram com veemência serem absolutamente contrárias à assinatura da carteira de trabalho, uma vez que todas demonstram vontade de sair da profissão e acreditam que se esta estiver assinada como “profissional do sexo”

haverá comprometimento para um futuro vínculo empregatício.

Porém, mesmo conscientizadas de seus direitos e, salientando ainda que algumas mudaram de opinião e aderiram à regulamentação, a maioria continua a desejar apenas os direitos que o Ministério do Trabalho assegura ao trabalhador que é reconhecido, recusando-se a cumprir com seus deveres, alegando que como foi a própria trabalhadora que lutou para ter seu pecúnio diário e, portanto, ele deve permanecer para seu uso na íntegra, como lhe bem aprouver. Esse pensamento destoa da grande maioria de trabalhadores autônomos brasileiros que também só recebem o pecúnio mediante a força de trabalho empenhada diariamente e que mesmo assim contribuem mensalmente com o recolhimento de impostos em prol da aposentadoria e de benefícios públicos como um todo.

Já na investigação do sentido da regulamentação trabalhista para as profissionais do sexo, pode-se concluir que este não é um trabalho que possui sentido, valor e significado, especialmente porque é associado ao crime e à marginalidade, não proporcionando a construção do indivíduo como ser social que colabora para a formação de uma sociedade. As entrevistadas apenas caracterizam a prostituição como profissão por haver uma rotina de trabalho, possibilitando autonomia financeira através de serviços prestados, mas deixando claro que este é um trabalho inferior aos outros e, por isso, estigmatizante.

Quanto às diferenças entre o autonomia já requerida no Ministério do Trabalho e a regulamentação proposta pelo PL, é possível compreender que se a profissão fosse regulamentada haveria maior seguridade, além do direito à verbas trabalhistas. Isso se dá, pois o trabalhador autônomo é a pessoa física que presta serviços à outrem, mas como não é subordinado por não haver vínculo empregatício este assume os riscos da sua atividade. De tal maneira, não há horários a serem cumpridos, não há empregador, não há seguridade de salário mensal, nem direito às verbas como 13º salário, férias e folga semanal, pois ele não é protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), portando seus direitos resumem-se aos direitos previdenciários.



Com a regulamentação da profissão seria possível que essas mulheres saíssem da clandestinidade, possuissem os direitos previstos na CLT, além da possibilidade de aplicação de medidas de ordem sanitária, médica, social, urbana e de segurança.

Porém é de suma importância ressaltar que as entrevistadas desejam os direitos trabalhistas, mas assumem não querer arcar com os ônus tributários para tal, além de não desejarem subordinação e fixação de horários de trabalho. Esse é um ponto de vista que de fato precisa ser investigado, estruturado e disseminado onde faz-se necessário que suas vozes sejam ouvidas de dentro, possibilitando que as políticas públicas sejam feitas de baixo para cima, com conhecimento de causa. O que há hoje é que essas políticas nascem de um interesse de classe, mas não da demanda das profissionais do sexo pois, segundo seus relatos, não há quem entre dentro de um conglomerado de bordéis para questioná-las sobre suas necessidades, anseios e desejos.

É necessário que a sociedade civil, intelectuais e políticos ouçam suas vozes e conheçam seu ambiente de trabalho, transformando o uso desse universo (comumente utilizado como objeto de estudo das práticas que escapam às intuições sociais) para construção efetiva de oportunidades de educação e emprego, fazendo a prostituição tornar-se opção e não destino.

Um dos problemas da prostituição está relacionado à sua conceituação inscrita no *habitus* social, é preciso questionar o que realmente significa prostituição, para começar a inserir uma nova ótica na sociedade. Seria mesmo a prostituição uma condição forçada a qual a mulher submete-se à prestar serviços sexuais por falta de melhores oportunidades? Afinal o fator definidor do que é prostituição é o dinheiro ou o explorador? Haveria prostituição se a mulher fizesse sexo em troca de dinheiro, sem exploração de terceiros, com seus direitos trabalhistas assegurados, por livre vontade e escolha profissional? Há de se levantar ainda o debate acerca da prostituição vista como crime, pois quem seria o autor? Uma vez que a vítima não pode ser considerada autora do crime, nem pode ser considerado crime o ato violento onde a vítima o permita, pergunta-se: qual sujeito então seria o culpado pela

prostituição? O cliente que se serve da prostituição e que por ela paga ou a sociedade que não cobra medidas públicas que possibilitem às mulheres que se prostituem uma escolha?

Seria utópico pensar no fim da comercialização de serviços sexuais, portanto, faz-se urgente o debate sobre a profissionalização da profissão do sexo com a sociedade e também com as prostitutas, desenvolvendo desde já medidas de conscientização política e participativa das profissionais do sexo, propondo uma desmistificação da mulher prostituída criada à partir do escape aos padrões sociais de dominação masculina estabelecidos, apresentando à sociedade que a prostituição não deve ser reduzida à um fator de exclusão social ou de marginalidade, estigma que ela já carrega consigo e que nem por isso contribuiu de forma positiva para a mudança do olhar da prática social. Esta deve ser apresentada como uma indústria crescente que supera o faturamento de diversos outros ramos de atividade e que não possui uma regulamentação que verse sobre suas peculiaridades.

Há um nítido descaso e hipocrisia social que insistem em não trazer à tona tabus que abordam a moralidade e a sexualidade, o que é de suma importância, uma vez que milhares de mulheres estão trabalhando em situação de total abandono, situação que não pode ser revertida através da declaração de autonomia no Ministério do Trabalho. É necessário que a sociedade que a produz e a mantém deixe de lado a imagem da prostituição que a atrela à disseminação de doenças e a criminalidade e, portanto, a marginaliza, ignorando que toda prática social encontrará uma linha de fuga.

Porém, mesmo se não regulamentada, é preciso que se desenvolvam políticas públicas que dêem oportunidade para as mulheres que desejam sair da prostituição, como por exemplo, introduzindo institutos próximos ao bordéis com educadores capacitados à adentrar esse universo apresentando a este público-alvo novas oportunidades através de cursos de capacitação e aprendizagem profissional. Todavia, essa é uma função do Estado, uma vez que é a sociedade que o financia e que elege seus representantes. Através de atos voluntários ou da participação das

ONG's em territórios governamentais, a sociedade retira a responsabilidade das mãos do Estado e assume a sua consequência.

ONG's que realmente cumprem com sua proposta de suprir o encargo que pertence por direito e dever ao Estado, faxina a imoralidade e a corrupção que existe no comércio sexual para debaixo do tapete, sendo apenas visto a consequência imediata, a ponta do *iceberg*, não tratando suas causas. Porém essa temática de participação de ONG'S e outras sociedades sem fins lucrativos em nichos de carência do governo não foi abordada neste trabalho mas merece ser considerada, sendo deixado portanto, como sugestão para trabalhos futuros, abordando ainda os lucros advindos da imagem e do posicionamento políticos admitidos por tais.

Este estudo limitou-se à apresentar um novo olhar sobre o trabalho da prostituição, sendo indicado então que novos estudos se estruturam com o objetivo de desenvolver políticas públicas que recaiam principalmente sobre a estruturação do campo organizacional onde a prostituição se materializa, onde atualmente, fatores ambientais, sociais e culturais são limitadores, mas também são possibilitadores para o início do processo de mudança estratégica, se apresentados de maneira agregada, onde o mercado, o Estado e a sociedade, examinam as forças de resistência, analisando a natureza da profissão e criando estratégias geradoras de mudança, transformando os agentes que atualmente são limitadores, em agentes transformadores de uma prática social naturalizada.

A necessidade de mudança social admitindo que a prostituição é uma realidade é o único caminho digno capaz de reduzir os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada, sendo possível, a partir dessa nova ótica, transformar o sentido do trabalho hoje sofrido e vitimizador. É preciso conscientizar não apenas as profissionais do sexo de que elas possuem um trabalho digno, que não pode ser associado ao crime se praticado por pessoas que comprovadamente possuem capacidade civil, como também introduzir uma nova ótica à sociedade de que esta é uma profissão que subexiste ao tempo e que a melhor solução não é a hipocrisia e a marginalidade que subestimam a sua existência.

## 8 REFERÊNCIAS

ABREU, W.. **O Submundo da Prostituição, Vadiagem e Jôgo de Bicho**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1968, p. 19.

AGUIAR, A. F. **O Lenocínio como Problema Social no Brasil**. Rio de Janeiro, 1940, pp. 15 e 28.

A LIGA <http://www.band.com.br/aliga/episodios.asp>. Acesso em: 16/06/2010.

ALMEIDA, M.C.B.; DAHER, F. **As características da prostituição feminina na Rua Augusta – São Paulo, SP e sua implicação no turismo**. São Paulo: PUC, 2003. Disponível em: [http://www.puccampinas.edu.br/pesquisa/i\\_semana\\_cientifica/tcc\\_resumos](http://www.puccampinas.edu.br/pesquisa/i_semana_cientifica/tcc_resumos) Acesso em 18/08/2010.

ALVARENGA NETO, R. C. D.; BARBOSA, R. R.; CENDÓN, B. V. **A construção de metodologias de pesquisa qualitativa com vistas à apreensão da realidade organizacional brasileira: estudos de casos múltiplos para proposição de modelagem conceitual integrativa**. Inf. & Soc.: Est, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 69-86, jul/dez. 2006.

ANDRADE, S. S. **Mídia, imprensa e educação de corpos femininos**. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs). *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p.108- 123.

ARANHA, P. M. **A Prostituição e o Contexto do Séc. XIX**. Página do Núcleo de Estudos Contemporâneos UFF-RJ, v. --, p. 8, 2005.

ASSOLINI, F.E. **Análise discursiva dos saberes e fazeres pedagógicos de professores do Ensino Fundamental**. In: Alfa. São Paulo, 52 (1): 123-147, 2008.

AZEVEDO, R. L. W. (2007). **Aspectos Psicossociais da sexualidade na adolescência associada a vulnerabilidade ao HIV/AIDS**. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia. João Pessoa: UFPB; 140p.

BARBARÁ, A.M.; LEITE, O.S. **As Meninas da Daspu**. Teresópolis, RJ: Novas ideias, 2007.

BARCELLOS, C. <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM852649-7823-O+UNIVERSO+DA+INDUSTRIA+DO+SEXO,00.html>, 2008. Acesso em: 25/09/2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 1977.

BBC BRASIL. **Feira em Las Vegas revela pujança da indústria pornô**.

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070113\\_industria\\_porno\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070113_industria_porno_pu.shtml) Acesso em 25/09/2010.

**BÍBLIA SAGRADA.** 1997 - 109ª edição, Edições Ave Maria. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma sociologia reflexiva.** In: O poder simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, J.M.F. **Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social.** In: ÂNGELO, A. et al. A prostituição em debate. São Paulo: Paulinas, 1982. Cap.7, p.59-76.

BRUNI, J. C. **Foucault: o silêncio dos sujeitos.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 199-207, 1.sem. 1989.

BRUNS, M. A. DE T.; GOMES, O. P., JR. (1996). **Prostituição: O discurso de quem se vende e o silêncio de seu comprador.** Jornal Brasileiro de DST, Rio de Janeiro, 8(4), 4-13. Base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Acesso em 19/10/2010.

CARVALHO, S. B. **As Virtudes do Pecado: Narrativas de Mulheres a “Fazer a Vida” no Centro da Cidade.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública, 2000. Dissertação de mestrado.

CASTRO, R. V. (1988). **Mulheres más.** Psicologia Clínica, 3(3), 121-129. Retirado em 27 fev. 2005, da Base de dados INDEXPSI (Index Psi Periódicos).

\_\_\_\_\_. (1995). **Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro.** In M. J. Spink et al. (Ed.), O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da Psicologia Social (pp.149-187). São Paulo, SP: Brasiliense.

CECCARELLI, P. R. **Prostituição - Corpo como mercadoria.** Mente&Cérebro, São Paulo, p. 55 - 63, 12 dez. 2008.

CIRINO, O. **O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault.** Mental [online]. 2007, vol.5, n.8, pp. 77-89. ISSN 1679-4427.

COSTA, J. F. 1996 - **O Referente da Identidade Homossexual** in: PARK, R. e BARBOSA, R. M. (orgs) - Sexualidades Brasileiras. RJ, Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo, SP: Oboré, 1987.

\_\_\_\_\_ **Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações**. In J.-F. Chanlat (Ed.), O indivíduo na organização: Dimensões esquecidas (pp. 150-173). São Paulo, SP: Atlas, 1992.

DIMENSTEIN, G. **Meninas da noite: a prostituição das meninas escravas no Brasil**. São Paulo, Ática, 1992.

DINIZ, M. H. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ESPÓSITO, A. P. G.; KAHHALE, E. M. P. (2006). **Profissionais do sexo: sentidos produzidos no cotidiano de trabalho e aspectos relacionados ao HIV**. Psicologia: reflexão e crítica, 19 (2), 329-339.

FERREIRA, A. B. H., Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. - 3ed. Totalmente revista e ampliada. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, G. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo, Resenha Universitária, 1982, p. 160.

FOLHA FEMINISTA. (junho, 2003). **O cruel negócio da prostituição**. Boletim da Sof da luta feminina. n. 43. ISSN 1516-8042.

FRANÇA, G.V. **Prostituição: um enfoque político-social**. Femina, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 145-148, fev. 1994.

GABEIRA, F. Projeto de lei nº 98/2003. [http: www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf](http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf) Acesso em: 02/06/2010.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**; tradução de Magda Lopes, São Paulo; Editora UNESP, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_ **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIUBERTTI, A. M. **Trabalho: para que te quero? O espaço ocupado pelo trabalho na vida do indivíduo contemporâneo**. Soc. estado. [online]. 2004, vol.19, n.1, pp. 261-262. ISSN 0102-6992. doi: 10.1590/S0102-69922004000100020.

GOMES, R. **Prostituição infantil: Uma questão de saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, (1994) 10(1), 58-66. Base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online).

GUIMARÃES, K.; MERCHAN-HAMANN, E. **Comercializando Fantasias: A representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania**. Estudos Feministas, Florianópolis, (2005) 13(3): 320.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro, 10.ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. Revista Forense, vol. VIII, Rio de Janeiro, 1947.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, G. **Filha, Mãe, Avó e Puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1. ed., 2009.

LENZ F.; NOBRE C., **O negócio do sexo**, Revista Beijo da Rua. Março, 2004. <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=10&coluna=6&num=0> Acesso em: 10/10/2010.

LEONI, F.; FRAGA, L.P.; NAGIB, R.; BARROCO. **Um condomínio chamado Vila Mimosa: Sexo, comércio e preconceito**. Revista Cenas Urbanas, p. 43 – 46. PUC – Rio de Janeiro.

LOPES, C. S.; RABELO, I. V. M. e PIMENTA, R. P. B. **A Bela Adormecida: estudo com profissionais do sexo que atendem à classe média alta e alta na cidade de Goiânia**. Psicol. Soc. [online]. 2007, vol.19, n.1, pp. 69-76. ISSN 0102-7182. doi: 10.1590/S0102-71822007000100010.

LOPONTE, L. G. **Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminismo**. Revista. Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.2, Florianópolis, jul./dez. 2002. Disponível em < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) >. Acesso em 24.07.2010.

MARTINI, M. **Requerimento de informações, CBO - item 5198 e 5198-05**, <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/618784.pdf>. Acesso em 10/10/2010.

MARTINS, GA & LINTZ, A. Guia para a elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . Editora Atlas, 2000.

MARX, K., 1986, p. 22 – in **O Trabalho Humano**, p.5.

MAZZARIOL, R.M. **Mal necessário: ensaio sobre o comportamento da prostituição na cidade de Campinas**, Unicamp, 1976.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 18,n. 35, 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100012&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Oct. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100012>.

MEMÓRIA RODA VIVA.  
[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/723/entrevistados/gabriela\\_leite\\_2009.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/723/entrevistados/gabriela_leite_2009.htm)  
Acesso em: 01/06/2009.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.  
[http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3\\_081014-104341-274.pdf](http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081014-104341-274.pdf), Acesso em: 15/09/2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005,  
<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/8364.asp> Acesso em 15/09/2010.

<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em 08/07/2011.

MORAES, A. F. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, E. **Prostituição e Infância**. In Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Rio de Janeiro, Gráfica Editora, 1925, p. X.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Patologia Social**. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1921, pp. 238-249.

NADER, M. B. **A violência contra a mulher sul-americana: estatísticas das denúncias**. VIII Reunión de Antropologia del Mercosur (RAM). “Diversidad y poder em América Latina”, Buenos Aires, Argentina, 2009.

NARDI, H. C. (2007). **Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho**. In: PocaHy, F. Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: NUANCES.

NUCCI, G.S. **Código Penal comentado - versão compacta**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. v. 1. 1263 p.

ORTEGA, C. A. (2000). **Prostituição e trabalho: Um estudo sobre a visão de mulheres de programa**. Aprimoramento em Saúde Coletiva: Reflexões, São Paulo,



45-50, Base de dados LILACS, Acesso em: 24/07/2010.

OLIVEIRA, W. F. de. **Educação social de rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. Porto alegre: Artmed, 2004.

PADILHA, G. **As polacas prostitutas que São Paulo quis esquecer**. São Paulo, Jornal da tarde, 12/02/2000.

PASINI, E. **Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina**. In: Cadernos Pagu, n° 14, 2000 c.

\_\_\_\_\_. **Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa**. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, pp. 185-216. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332005000200008.

PELUSO, L.; GOLDBERG, S. **Sexo: lucros do prazer**. Isto é, São Paulo, n. 1381, p. 88-92, 1996.

PEREIRA, A. **Prostituição: uma visão global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

[PEREIRA, C. S. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX](#). Cadernos Pagu, n°. 25, 2005, p. 25-54.

PISCITELLI, A. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, pp. 7-23. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332005000200001.

\_\_\_\_\_. **Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2007, vol.22, n.64, pp. 17-32. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69092007000200002.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RAGO, M. **O corpo exótico, espetáculo da diferença**. labrys, études féministes/ estudos feministas janvier/juin 2008-janeiro/junho 2008b Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/perspectivas/marga.htm>

\_\_\_\_\_. **Do Cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinada**. Rio de Janeiro, Paz e terra 1997.

\_\_\_\_\_. **Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008a.

REDE DE PROSTITUTAS DO BRASIL. <http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf>  
Acesso em: 09/02/2011

SANCHES, K. R. B. **A AIDS e as mulheres jovens: uma questão de vulnerabilidade.** [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 143 p.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina.** São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, E. L. da e MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3a edição revisada e atualizada. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância. 2001. 121 páginas.

SILVA, M. B. **Profissionais do Sexo e o Ministério do Trabalho, 2005.** [http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/5999/Profissionais\\_do\\_Sexo\\_e\\_o\\_Ministerio\\_do\\_Trabalho](http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/5999/Profissionais_do_Sexo_e_o_Ministerio_do_Trabalho) Acesso em: 01/09/2010.

SOARES, L. C. **Tentativas de controle da prostituição carioca no séc. XIX,** Rio de Janeiro, ed. Brasil, 1985.

SOUZA, E. M. **Sexualidade e trabalho : estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos em bancos públicos** – 2009. 349 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

SWAIN, T. N. **Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica.** Unimontes Científica: Montes Claros, v.6, n.2, julho/dez 2004.

TEDESCO, L. L. **Vender sexo é legal? Relações de trabalho entre agenciadores e profissionais do sexo no mercado sexual brasileiro.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: [http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT\\_21\\_-\\_Ilegalismos\\_Sus\\_Objetos\\_Permanencia\\_y\\_Dispositivos\\_de\\_Control/GT21-Ponencia\\_\(Tedesco\).pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT_21_-_Ilegalismos_Sus_Objetos_Permanencia_y_Dispositivos_de_Control/GT21-Ponencia_(Tedesco).pdf)

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. **Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros.** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. Spe, 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=en&nrm=iso)>. access on 08 Nov. 2010. doi: 10.1590/S0102-71822007000400007.

TORRES, G. V.; DAVIM, R. M. B.; COSTA, T. N. A. **Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 1999, vol.7, n.3, pp. 9-15. ISSN 0104-1169. doi: 10.1590/S0104-11691999000300003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VAIRO, O. **Os “vícios elegantes” particularmente em São Paulo,** tese

apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo (1925).

VALVERDE, E. **Projeto de Lei nº 4.244/04** [http://www.conjur.com.br/2004-out-09/projeto\\_lei\\_pretende\\_regulamentar\\_prostituicao](http://www.conjur.com.br/2004-out-09/projeto_lei_pretende_regulamentar_prostituicao). Acesso em: 13/07/2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista da profissional do sexo

### Categoria 1: Perfil do sujeito

- 1) Há quantos anos você exerce a profissão?
- 2) Como você se tornou uma profissional do sexo e porquê você decidiu ser profissional do sexo?
- 3) Como você se prepara para ir trabalhar?
- 4) Seu programa com cada cliente dura em média quanto tempo?
- 5) Quantos você atende por dia?
- 6) Quanto você cobra em média?
- 7) Algum já saiu lhe devendo?
- 8) Você trabalha quantos dias na semana?
- 9) Como vc avalia suas condições de trabalho? O que você considera positivo e o que deveria melhorar?
- 10) Como as autoridades policiais lhe trata? Relate um episódio que tenha sido marcante para você.
- 11) Alguém depende financeiramente de você e do seu trabalho? Quantas pessoas?
- 12) Como você prefere ser chamada: profissional do sexo, prostituta ou puta? Pra você há alguma diferença?
- 13) Sua única fonte de sustento é a prostituição?
- 14) Qual seu nível de escolaridade?
- 15) Você teve alguma profissão antes de ser prostituta? Qual?
- 16) A prostituição melhorou sua condição financeira? Como você percebe isso?
- 17) Em que lugar você trabalha?
- 18) Em quais você já trabalhou (casas, boates, sozinha, rua)?
- 19) Onde você costuma atender seus clientes?
- 20) Você utiliza de alguma tecnologia para trabalhar (telefone, anúncios em jornais, sites na internet)?
- 21) Você já sofreu algum tipo de violência na profissão? Acha que se fosse

regulamentado haveria mais ou menos violência?

## **Categoria 2: Regulamentação da profissão do sexo**

- 22) Você considera a prostituição uma profissão?
- 23) Como você definiria a profissão prostituta?
- 24) Dentre as diversas nomenclaturas existentes para pessoas que tem atividades relacionadas à profissão de sexo (garota de programa, atriz e ator de filme pornô, garços de casas de prostituição, massagistas de saunas, acompanhantes, stripper's, etc) quem destes, ou outro, vc considera realmente um profissional de sexo?
- 25) Pra você quem faz sexo em troca de algum favor é prostituta? Ou precisa haver dinheiro como pagamento?
- 26) Quais são as suas principais necessidades quanto profissional do sexo e cidadã?
- 27) Você contribui de alguma forma para o inss ou algum outro plano de aposentadoria? Como você pensa sua aposentadoria?
- 28) Você é engajada politicamente em prol da causa da prostituição? Como?
- 29) Na sua rotina de trabalho, você sente alguma necessidade de melhoria nas condições de trabalho e amparo? Quais são elas?
- 30) Você já buscou alguma entidade de proteção, amparo ou luta em prol da prostituição? Porquê sim/não?
- 31) Você conhece algum projeto lei sobre a regulamentação da profissão?
- 32) O que você acha das entidades que lutam pela regulamentação da profissão?
- 33) Como você analisa o discurso da sociedade brasileira sobre a prostituição?
- 34) Você acha que algum dia ela tem chances de ser regulamentada?
- 35) No projeto lei foi contemplado os profissionais do sexo de modo geral, você acha que deveria haver uma categorização (prostitutas de rua, garotas de programa, garotas que trabalham em boate)?
- 36) No dia a dia do trabalho você nota esse tipo de categorização?
- 37) Como você se sente, como uma pessoa pagadora de impostos como

- qualquer outro trabalhador, mas que não tem sua profissão reconhecida?
- 38) Se você pudesse definir direitos das prostitutas, quais você definiria (aposentadoria, carga horária semanal de trabalho, piso salarial, 13º salário, férias, fgts, etc.)? E os deveres?
- 39) Dentro dessa suposta categorização existe alguma diferença de um tipo de prostituta para outra que influencia na questão da cidadania ou de discriminação?
- 40) Você sente algum preconceito da sociedade quanto à prostituta? Por quê?
- 41) As palavras marginalizadas/discriminadas é pertinente ao seu dia à dia?
- 42) Você alguma vez já recebeu esclarecimentos das autoridades de saúde pública sobre medidas preventivas de evitar doenças sexuais?
- 43) Você tem acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis?
- 44) O que você acha do registro de profissional do sexo na carteira de trabalho? Você gostaria que assinassem a sua?
- 45) Se para a regulamentação da profissão fosse necessário um atestado de saúde sexual registrado no seu local de trabalho, e se você tivesse que fazer exames de saúde à cada ano para exercer sua função, você gostaria de ser registrada?
- 46) Você participaria de um sindicato de profissionais do sexo?

Resumo do projeto lei nº 98/2003 gabeira:

Art. 1º é exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual.

§ 1º o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual será devido igualmente pelo tempo em que a pessoa permanecer disponível para tais serviços, quer tenha sido solicitada a prestá-los ou não.

§ 2º o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual somente poderá ser exigido pela pessoa que os tiver prestado ou que tiver permanecido disponível para os prestar.

- 47) Quanto ao projeto apresentado pelo gabeira há algum ítem sugerido ou

que poderia ser modificado? Ele contempla integralmente as suas necessidades de trabalho?

48) Se essa proposta de regulamentação se torna-se lei, você se incluiria?

## APÊNDICE B - Carta de Apresentação

---



Programa de  
Pós-graduação  
em Administração

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Informo a quem interessar possa que a aluna Daniele do Carmo Baldner está regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAdm), nível mestrado. Seu projeto de pesquisa tem como título "A interdiscursividade do processo de profissionalização das profissionais do sexo: uma análise da ONG DaVida", sendo que o mesmo está em análise pelo comitê de ética de pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa tem fins estritamente acadêmicos onde os dados serão coletados por meio de entrevistas aplicadas em local escolhido pelo entrevistado. Serão preservados o sigilo das informações e a identidade dos participantes, sendo que os registros das informações poderão ser utilizados para fins exclusivamente científicos e divulgação em congressos e publicações científicas, resguardando-se sempre o anonimato dos participantes.

Atenciosamente

Eloisio Moulin de Souza  
Orientador



## **APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Informado para Participação em Pesquisa**

**Título da Pesquisa:** A interdiscursividade do processo de profissionalização das profissionais do sexo: uma análise das ONG's DaVida e Rede de Prostitutas do Brasil.

**Pesquisadora:** Daniele do Carmo Baldner

**Telefone para contato:** (27) 8824-5969 e-mail: [danielebaldner@gmail.com](mailto:danielebaldner@gmail.com)

**Orientador:** Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

**Telefone para contato:** (27) 81569991 e-mail: [eloisiomoulin@gmail.com](mailto:eloisiomoulin@gmail.com)

**Instituição:** UFES – Universidade Federal do Espírito Santo / PPGADM – Programa de Pós-Graduação em Administração.

**Telefone para contato:** (27) 4009-7712 e-mail: [ppgadm@gmail.com](mailto:ppgadm@gmail.com)

**Objetivo da Pesquisa:** Analisar como as principais representantes das associações de amparo às profissionais do sexo DaVida e Rede de Prostitutas do Brasil, bem como as potenciais prostitutas assistidas por estas entidades, avaliam o projeto que visa a regulamentação da profissão.

**Descrição do Procedimento:** Serão realizadas entrevistas com cada participante acerca das propostas de regulamentação trabalhista buscando identificar as demandas profissionais da categoria estudada.

**Benefícios:** Espera-se que os resultados contribuam para um melhor entendimento acerca da profissão considerada a “mais antiga do mundo”, relatando na visão de tais participantes, quais são os benefícios adquiridos na luta pela regulamentação do trabalho e quais as possíveis mudanças caso houvesse aprovação da legislação .

**Análise de risco e sigilo:** Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente aos critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta pesquisa com seres humanos. As entrevistas seguirão técnica padrão

cientificamente reconhecida e serão aplicados em local escolhido pelo entrevistado. Serão preservados o sigilo das informações e a identidade dos participantes, sendo que os registros das informações poderão ser utilizados para fins exclusivamente científicos e divulgação em congressos e publicações científicas, resguardando-se sempre o anonimato dos participantes. O participante terá a liberdade de interromper ou desistir de sua participação em qualquer fase da pesquisa. Dúvidas, informações suplementares e esclarecimentos serão fornecidos a qualquer momento aos participantes ou seus responsáveis pelo pesquisador. As transcrições com os dados coletados serão mantidos por cinco anos e depois serão inutilizados. A previsão do período para os procedimentos descritos é de março de 2011 à março de 2012.

### **Identificação do Participante**

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Estando de acordo, assinam o presente termo de consentimento em 02 (duas) vias.**

\_\_\_\_\_

Participante

\_\_\_\_\_

Daniele do Carmo Baldner – Pesquisadora

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Comissão de Ética em Pesquisa – CEP/UFES**

Telefone para contato (27)3335-7211 e-mail: [cep.ufes@hotmail.com](mailto:cep.ufes@hotmail.com)

## APÊNDICE D - Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Vitória-ES, 07 de julho de 2011.

De: Prof. Dr. Adauto Emmerich Oliveira  
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde

Para: Prof. (a) Eloisio Moulin de Souza  
Pesquisador (a) Responsável pelo Projeto de Pesquisa intitulado: **“A interdiscursividade no processo de profissionalização das profissionais do sexo: uma análise das ONG’s Davida e Redes de Prostitutas do Brasil”**.

Senhor (a) Pesquisador (a),

Informamos a Vossa Senhoria, que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, após analisar o Projeto de Pesquisa nº. **037/11** intitulado: **“A interdiscursividade no processo de profissionalização das profissionais do sexo: uma análise das ONG’s Davida e Redes de Prostitutas do Brasil”** e o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, cumprindo os procedimentos internos desta Instituição, bem como as exigências das Resoluções 196 de 10.10.96, 251 de 07.08.97 e 292 de 08.07.99, **APROVOU** o referido projeto, em Reunião Extra Ordinária realizada em 04 de maio de 2011.

Lembramos que, cabe ao pesquisador responsável elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196 de 10/10/96, inciso IX.2. letra “c”.

Atenciosamente,

Coordenador do  
Comitê de Ética em Pesquisa  
CEP/UFES

